

# **O AMBIENTE EM 25 ANOS DE EUROBARÓMETRO**

## **Relatório**

**Abril, 2011**

Luísa Schmidt (coord.), Ana Delicado, José Gomes Ferreira, Susana Fonseca, João Seixas, David Sousa, Mónica Truninger, Susana Valente

## Índice

|  |    |
|--|----|
| Introdução .....   | 2  |
| Nota metodológica.....   | 3  |
| I. Percepção dos problemas ambientais.....   | 5  |
| Os problemas ambientais que mais preocupam .....                                   | 5  |
| Percepção da relação entre economia e ambiente.....                                | 13 |
| II. Das práticas “amigas do ambiente” às práticas sustentáveis .....               | 20 |
| A hierarquia das práticas ambientais no EB Especial de Ambiente 2008 .....         | 21 |
| Evolução das principais práticas ambientais (top 4) .....                          | 25 |
| Práticas destacadas nos Eurobarómetros .....                                       | 27 |
| Práticas da esfera doméstica em torno do uso da água e da energia .....            | 28 |
| Práticas de consumo e de produção de lixo: do fim da cadeia à circulação.....      | 32 |
| Práticas de mobilidade e de uso do carro .....                                     | 36 |
| Participação e Cidadania Ambiental.....  | 39 |
| III. Informação e confiança nas fontes .....                                       | 42 |
| Nível de informação sobre ambiente .....   | 42 |
| Fontes de informação sobre ambiente .....  | 47 |
| Confiança nas fontes de informação .....   | 53 |
| IV. Políticas: Escala preferencial para a Governação das Questões Ambientais ..... | 61 |
| Síntese.....   | 66 |
| Referências.....   | 71 |

## Introdução

A entrada de Portugal na UE implicou consequências maiores para as questões ambientais, tanto ao nível político como ao nível da informação. Ao *nível político*, Portugal inicia nessa altura um processo de acompanhamento das políticas ambientais comunitárias, implicando uma elevação dos seus padrões de exigência e a transposição sistemática dos dispositivos legais europeus. Este processo, que conduziu as principais políticas ambientais portuguesas ao longo dos últimos 25 anos, decorreu durante uma fase particularmente afirmativa e exigente das políticas europeias para o ambiente, e a sua articulação às condições específicas da transformação acelerada da sociedade portuguesa não se processou sempre de forma linear. Todavia, é inegável a importante viragem que a adesão à UE trouxe ao estatuto oficial das questões ambientais entre nós, acentuando inclusivamente o significado público das instâncias comunitárias de apelo. Os reflexos desse processo são, aliás, visíveis na crescente inscrição social da importância dos assuntos e das políticas de ambiente entre nós.

Ao *nível da informação*, Portugal inicia nessa altura também várias figuras de inclusão nos mecanismos comunitários de levantamento estatístico e de

instrumentos de inquirição. Entre estes destaca-se o Eurobarómetro que, desde os anos 80, integra capítulos específicos sobre “ambiente”. Por via deste instrumento, passou o país a ser alvo de procedimentos regulares e comparáveis à escala comunitária de inquirição sobre valores, representações e atitudes dos portugueses em matéria ambiental, num espectro temático muito alargado.

Ao cabo de 25 anos de aplicação de Eurobarómetros, procedemos a um ensaio de comparação à distância de duas décadas e numa Europa entretanto ampliada a 27 países membros. A vastidão do propósito impõe escolhas e, nesse sentido, seleccionámos quatro tópicos que nos parecem destacar-se ao revelar aspectos mais interessantes tanto para a caracterização das ‘cidadanias ambientais’ portuguesas, como pelas dinâmicas que permitem antever para o futuro próximo. São elas a *percepção* ordenada dos principais e mais críticos problemas ambientais; as *práticas* de participação em função de objectivos ambientais; o modo como se obtém *informação* ambiental e o grau de *confiança* depositado nas fontes e nos meios; e a opinião sobre as *políticas* ambientais, as entidades que as conduzem e as responsabilizações que geram. Os principais resultados são, não só apresentados, como comentados.

Sem dúvida, a enorme riqueza de informação que os Eurobarómetros

facultam, não se confina aos 4 temas exemplares que aqui abordamos. Num futuro próximo, contamos proceder a análises mais extensivas, tanto dentro da temática de ambiente, como nas questões de energia, tecnologia e risco. Mas é já seguro que as breves análises agora esboçadas não deixam margem para dúvidas quanto ao significado e valor desta nossa inserção numa estrutura europeia de conhecimento, informação e acompanhamento de dinâmicas sociais e políticas públicas.

Sem querer antecipar, não podemos deixar de destacar já a insistente confirmação do papel desempenhado pelas variáveis idade e sobretudo escolaridade, na modernização do conhecimento e na maior exigência cívica em matéria ambiental por parte das novas gerações.

### ***Nota metodológica***

Esta investigação, desenvolvida entre Janeiro e Abril de 2011 por uma equipa de investigadores do Observatório de Ambiente e Sociedade do Instituto de Ciências Sociais, incidiu sobre um conjunto de questões relativas a temas ambientais, as quais foram colocadas em inquéritos do Eurobarómetro, desde 1986 até 2010, num intervalo de 25 anos. Como primeiro passo de pesquisa, realizou-se um levantamento dos vários

Eurobarómetros Especiais cujos temas abrangiam as questões de ambiente. Este levantamento foi efectuado a partir da base de Eurobarómetros do Zacat, catálogo *online* do Instituto-Leibniz para as Ciências Sociais – GESIS ([www.zacat.gesis.org](http://www.zacat.gesis.org)). Além dos Eurobarómetros Especiais com o tema específico “ambiente”, foram ainda identificados Eurobarómetros Especiais dedicados à energia, às biotecnologias, ao nuclear, às cidades, à agricultura, entre outros. Os questionários destes inquéritos foram depois vertidos para uma base de dados. Nessa fase da pesquisa, foram também analisados os Eurobarómetros Standard, e as questões que diziam respeito a temas ambientais foram igualmente lançadas na base de dados.

As perguntas, e suas respostas, foram então classificadas, fosse quanto ao(s) seu(s) tema(s), (p. ex. biodiversidade, ou energia, ou políticas, ou poluição), fosse quanto à sua categoria, (p. ex. práticas, ou percepções). A classificação realizada possibilitou a pesquisa e selecção de questões na base de dados, em função dos tópicos de interesse, no contexto da investigação presente. A partir desta selecção primária, foi possível obter um lote mais reduzido de questões, as quais foram depois objecto de uma segunda selecção, mais fina, em função do interesse para a interpretação do conteúdo concreto de perguntas e opções

de resposta, e em função do número de ocorrências de uma mesma questão, em diferentes anos, possibilitando a construção de séries de dados.

Os tópicos abordados foram agrupados da seguinte forma: percepção sobre os problemas ambientais; práticas e participação; informação e confiança nas fontes; percepção sobre escala de governação apropriada. Cada um destes tópicos foi analisado a partir de uma ou mais questões presentes nos Eurobarómetros. A análise desenvolveu-se a partir da comparação entre os dados de Portugal e a média europeia, ao longo das séries temporais obtidas. Uma análise complementar, em função de idade, género e ensino, foi efectuada para o ano mais recente de cada questão. Refira-se neste ponto que os inquéritos do Eurobarómetro não consideraram propriamente a variável “nível de ensino”, como é comum, mas antes e apenas o número de anos de estudo – e estudantes actuais – o que permite deduzir de forma grosseira o nível de ensino correspondente. Uma nota também relativamente às modificações introduzidas, de uns anos para os outros, no texto das perguntas, ou nas opções de resposta: a análise dos dados assinala este tipo de modificações sempre que relevantes do ponto de vista do conteúdo, considerando-se como uniformes as alterações menores ao nível da linguagem.

Através desta pesquisa, ficou criada uma extensa base de dados, que permitirá análises longitudinais, temáticas e comparativas num futuro desenvolvimento desta investigação sobre os 25 anos de ambiente no Eurobarómetro.

## I. Percepção dos problemas ambientais

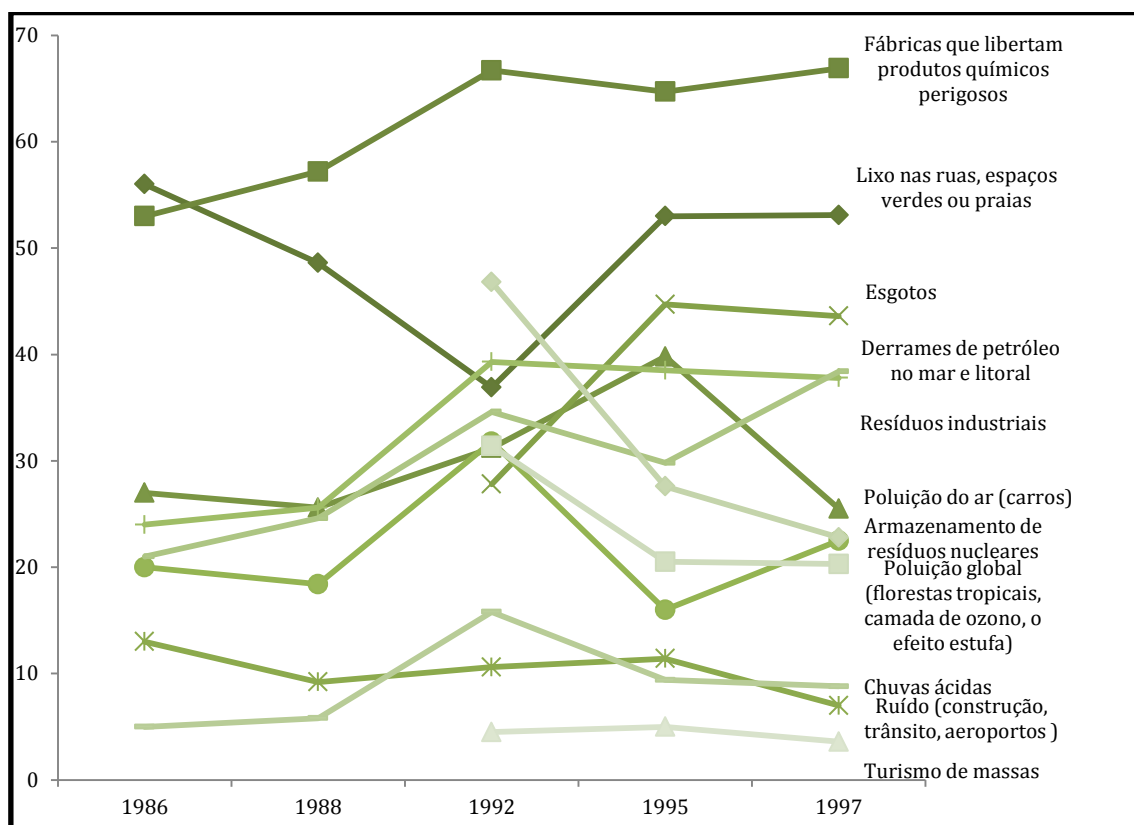
Os inquéritos do Eurobarómetro oferecem variadas questões reveladoras das percepções e atitudes dos inquiridos perante as questões de ambiente e sustentabilidade. Para este capítulo foram seleccionadas questões para as quais existem suficientes ocorrências de dados, permitindo uma análise das tendências, seja apresentando o ambiente de forma transversal (secção 1.), seja na sua concepção global, enquanto paradigma de desenvolvimento (seccção 2.).

### ***Os problemas ambientais que mais preocupam***

Para conhecermos de que forma evoluiu a percepção dos europeus e, em particular, a dos portugueses no que concerne às preocupações ambientais, usando os dados do Eurobarómetro, torna-se necessário fazer uma análise por décadas, uma vez que não existe uma continuidade nas questões que são colocadas. Assim, nas décadas de 80 e 90 a tónica foi colocada nos danos ao ambiente, solicitando ao inquirido que seleccionasse as opções que a menção “dano ao ambiente” lhe sugeria. No início

do século XXI a tónica passou a ser colocada na preocupação. Durante o primeiro período em análise (1986-1997), para os portugueses, é a poluição industrial que se destaca enquanto principal área com impacto no ambiente (mais concretamente a libertação de produtos químicos perigosos para o ar e para a água), tendência que se agrava à medida que avançamos na década de 90. Ainda associado a esta sensibilidade com a poluição industrial, vemos o aumento do peso dado a questões como os esgotos, o despejo indiscriminado de resíduos industriais ou os derrames de petróleo no mar e no litoral. Também de referir o aumento da percepção de vários problemas globais (efeito de estufa, camada de ozono, perda das florestas tropicais), talvez por influência da marcante Cimeira do Rio em 1992, da assinatura do Protocolo de Quioto (1997) e, claro, pela mediatização destes temas a partir do início da década de 90 (ver Schmidt 2003).

**Fig. 1: Problemas mais associados a “dano ao ambiente” Portugal (%)**



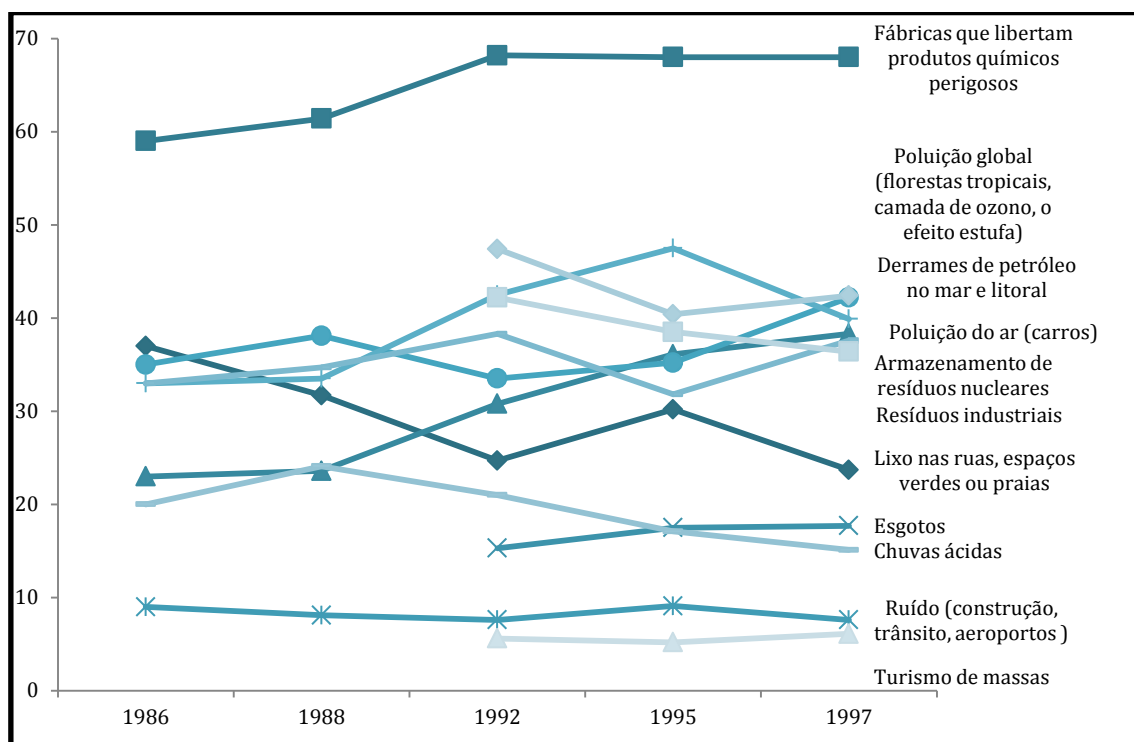
Fonte: Eurobarómetros 25 (1986), 29 (1988) 37 (1992), 43.1 bis (1995) e 47 (1997)

Quando analisamos as respostas dos europeus no seu conjunto (Fig.2), percebemos que a poluição industrial assume igualmente um peso progressivo, sendo que o mesmo acontece com a poluição do ar provocada pelos automóveis. O excesso de uso de fitofarmacêuticos na agricultura, os derrames petrolíferos no mar e os resíduos industriais, também surgem como os danos mais preocupantes. Em sentido contrário encontramos as chuvas ácidas, o lixo nas ruas, espaços verdes e praias, e o armazenamento de resíduos nucleares.

Com a entrada do novo século, introduziu-se uma nova abordagem, sendo solicitado aos inquiridos que

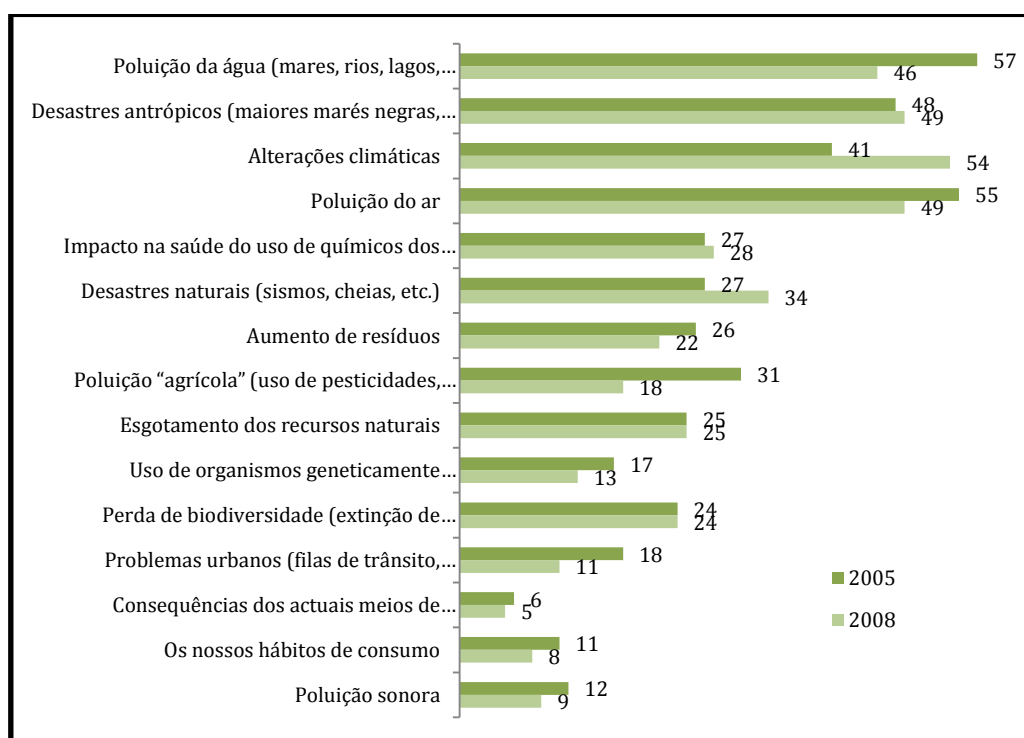
assinalassem os 5 problemas ambientais que mais os preocupavam (Fig. 3). Nestes inquéritos, por outro lado, desapareceram as referências às fontes da poluição (nomeadamente a associação à indústria). No entanto, as respostas dos portugueses acabam, ainda assim, por espelhar alguma continuidade, destacando-se a preocupação com a poluição da água, com os desastres antrópicos (marés negras, acidentes industriais), com a poluição do ar e com a emergente questão das alterações climáticas. As situações onde é visível uma preocupação crescente, entre 2005 e 2008, são as alterações climáticas e os desastres naturais.

**Fig. 2: Problemas mais associados a “dano ao ambiente” - Europa (%)**



Fonte: Eurobarómetros 25 (1986), 29 (1988) 37 (1992), 43.1 bis (1995) e 47 (1997)

**Fig. 3: Cinco problemas ambientais que mais preocupam - Portugal (%)**



Fonte: Eurobarómetros 66.2 (2005) e 68.2 (2008)

No caso dos europeus, as tendências são ainda mais claras, embora

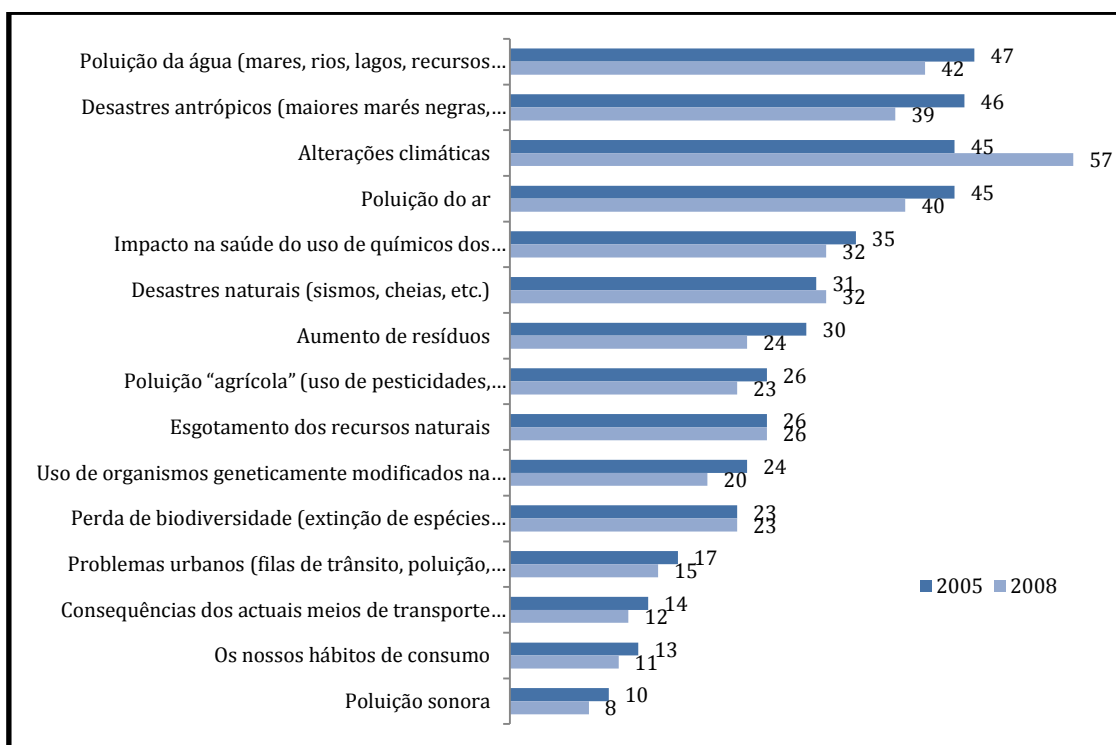
acompanhando de perto a perspectiva dos portugueses. Os problemas mais preocupantes mantêm-se, existindo



apenas três casos em que se verifica um crescendo de preocupação de 2005 para 2008: as alterações climáticas, os desastres naturais e os desastres antrópicos. Em todos os restantes casos,

ou não há alteração, ou há uma diminuição da preocupação com os problemas apresentados.

**Fig. 4: Cinco problemas ambientais que mais preocupam – Europa (%)**

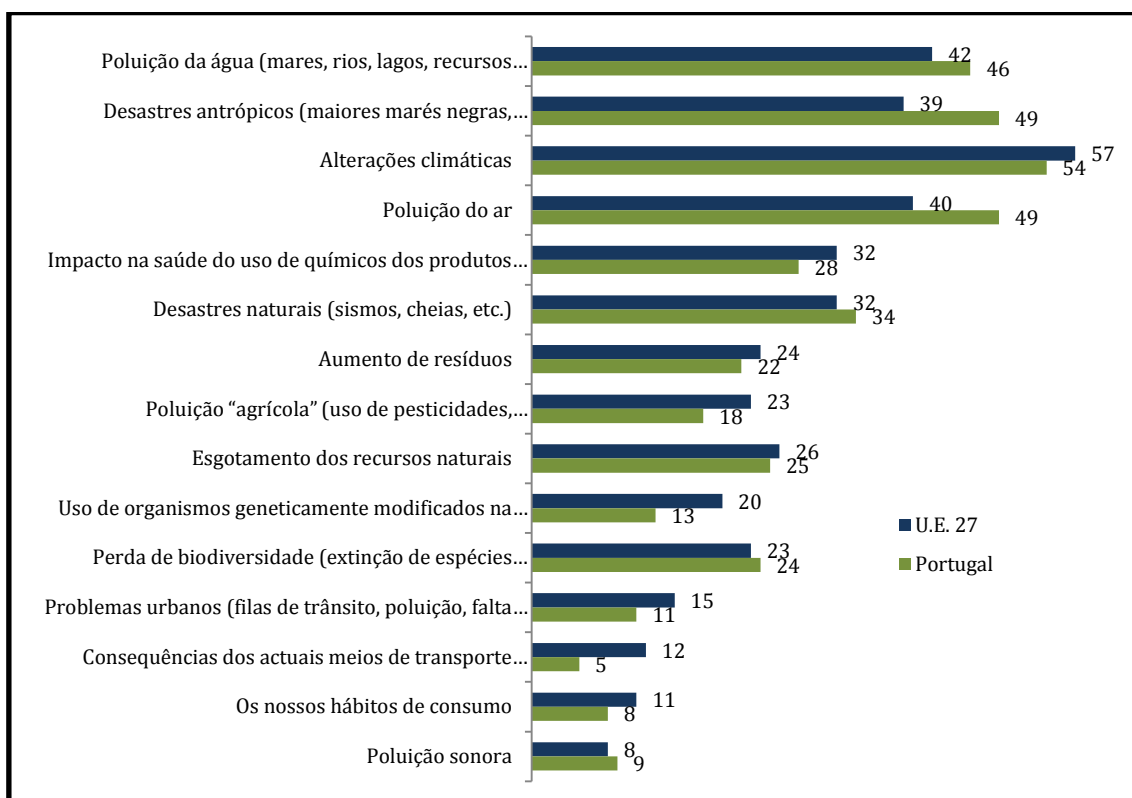


Fonte: Eurobarómetros 66.2 (2005) e 68.2 (2008)

Uma comparação directa das preocupações dos europeus e dos portugueses (Fig.5) parece indicar uma atenção mais acentuada por parte dos primeiros a problemas de 2ª geração, alguns deles ainda emergentes (como é o caso do esgotamentos dos recursos naturais e dos hábitos de consumo), outros mais sedimentados, como é o caso das alterações climáticas (muito embora este tema seja também o mais preocupante em Portugal). Em

contrapartida, os portugueses enfatizam ainda os problemas de primeira geração, tal como faziam nos inquéritos do OBSERVA, quase 10 anos antes (ver Ferreira de Almeida 2000 e 2004). Parece também existir uma maior tendência por parte dos portugueses para desconsiderar as consequências dos meios de transporte que usamos actualmente e dos problemas em meio urbano (como é o caso do trânsito, poluição e falta de espaços verdes).

**Fig. 5: Cinco problemas ambientais que mais preocupam - Portugal /UE27 – 2008 (%)**



Fonte: Eurobarómetro 68.2 (2008)

Para se perceber melhor a preocupação ambiental dos inquiridos, analisou-se os dados publicados no relatório de 2008 com base nas variáveis sexo, grupo etário e escolaridade. Na análise segundo o género (fig. 6), são poucas as diferenças assinaláveis, sendo os desfasamentos mais dignos de nota os verificados na poluição do ar e aumento de resíduos (que preocupa sobretudo as mulheres) e os desastres de origem humana (em que é mais elevada a preocupação dos homens).

A análise segundo a idade (Fig. 7), ainda em 2008, revela diferenças mais marcadas que segundo o género. Em

Portugal, sobressai o facto dos jovens (15-24) se mostrarem bastante mais preocupados, por esta ordem, com a perda de biodiversidade, com a poluição do ar e com as alterações climáticas. Também são notórias as preocupações mais elevadas do grupo etário seguinte (25-39) com os desastres naturais, e é entre os mais velhos (55 e mais anos) que aumentam as preocupações com a poluição da água. Pela inversa, destaca-se a menor preocupação, dentro deste mesmo grupo etário, com os organismos geneticamente modificados, e com os efeitos das substâncias químicas usadas no quotidiano.

**Fig. 6: Cinco problemas ambientais que mais preocupam, segundo o género - Portugal (%)**

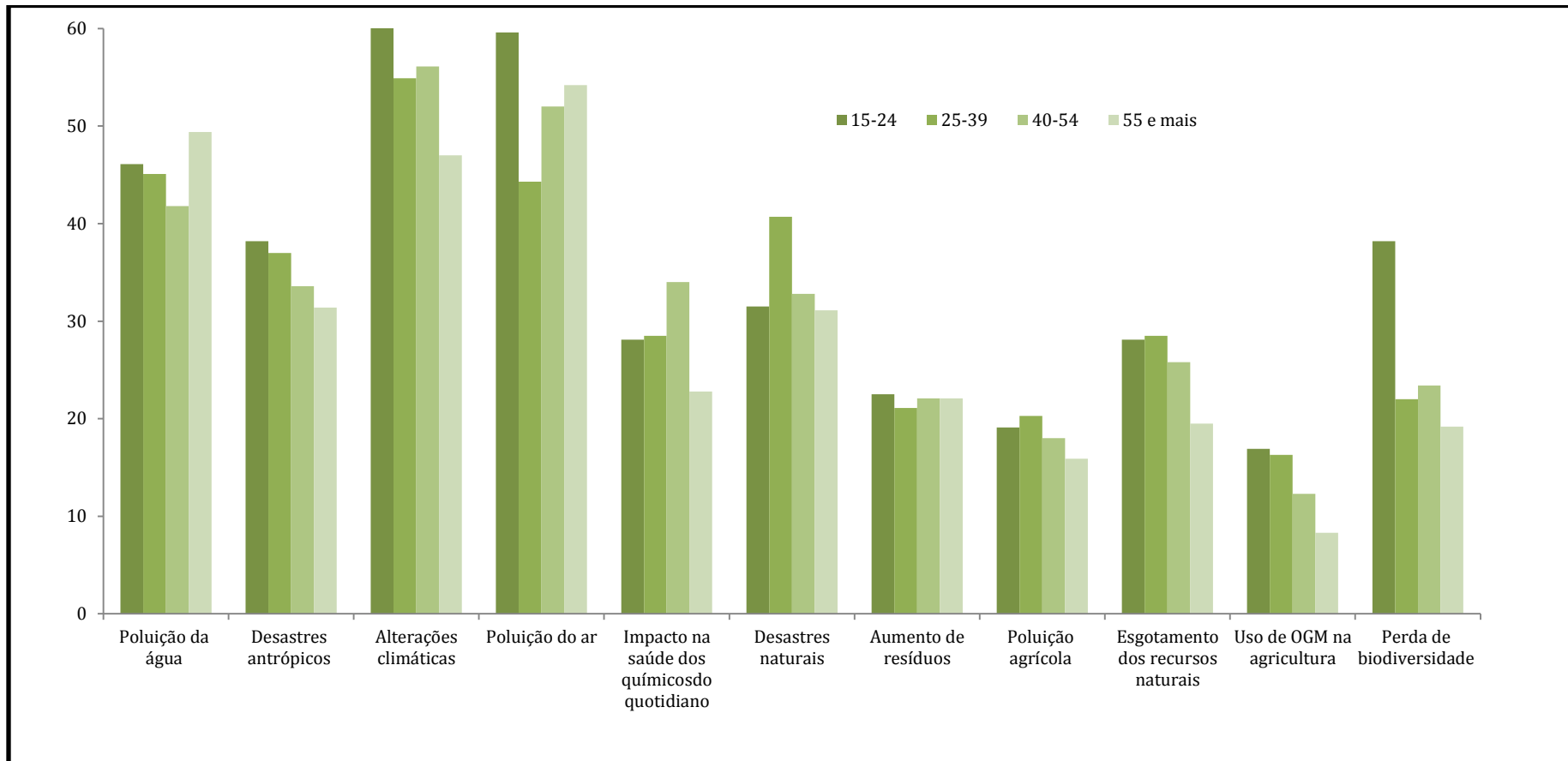


Fonte: Eurobarómetro 68.2 (2008)

Os dados segundo o tempo de escolaridade revelam diferenças, tanto entre os diferentes grupos, quanto entre Portugal e Europa. Assim, no caso português, o primeiro facto que sobressai é que a biodiversidade é claramente uma causa da nova geração: entre os inquiridos que ainda estão a estudar, o um grau de preocupação com este problema é bastante maior que nos outros grupos. O mesmo sucede, em menor escala, com os desastres naturais. O esgotamento dos recursos naturais e as alterações climáticas, merecem também

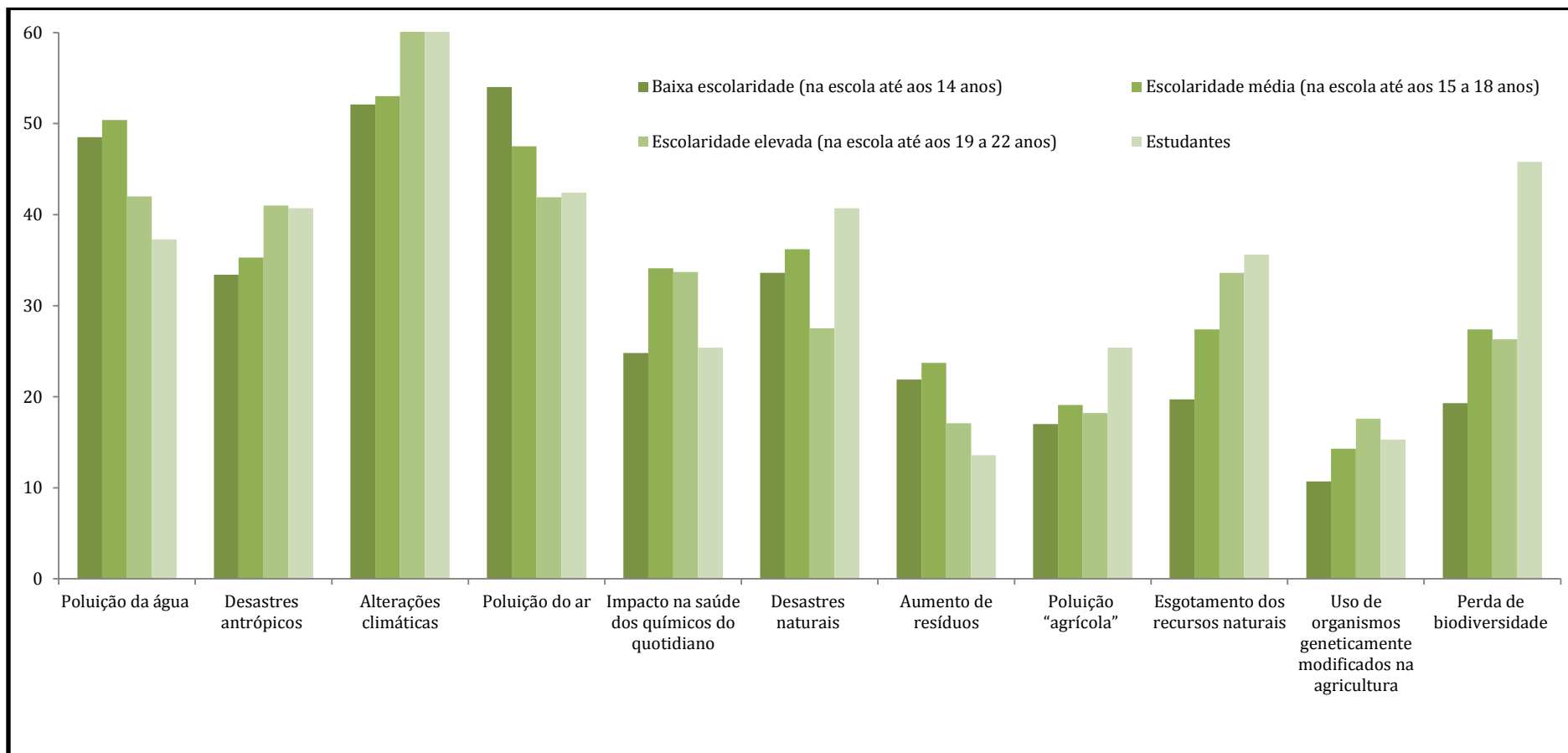
maior preocupação, seja entre quem se encontra a estudar, seja entre quem frequentou o ensino durante mais tempo. Inversamente, a preocupação com a poluição da água e do ar, e com o aumento de resíduos, diminuem com o aumento de escolaridade.

**Fig. 7: Cinco problemas ambientais que mais preocupam, segundo a idade – Portugal (%)**



Fonte: Eurobarómetro 68.2 (2008)

**Fig. 8: Cinco problemas ambientais que mais preocupam, segundo a escolaridade – Portugal (%)**



Fonte: Eurobarómetro 68.2 (2008)

### ***Percepção da relação entre economia e ambiente***

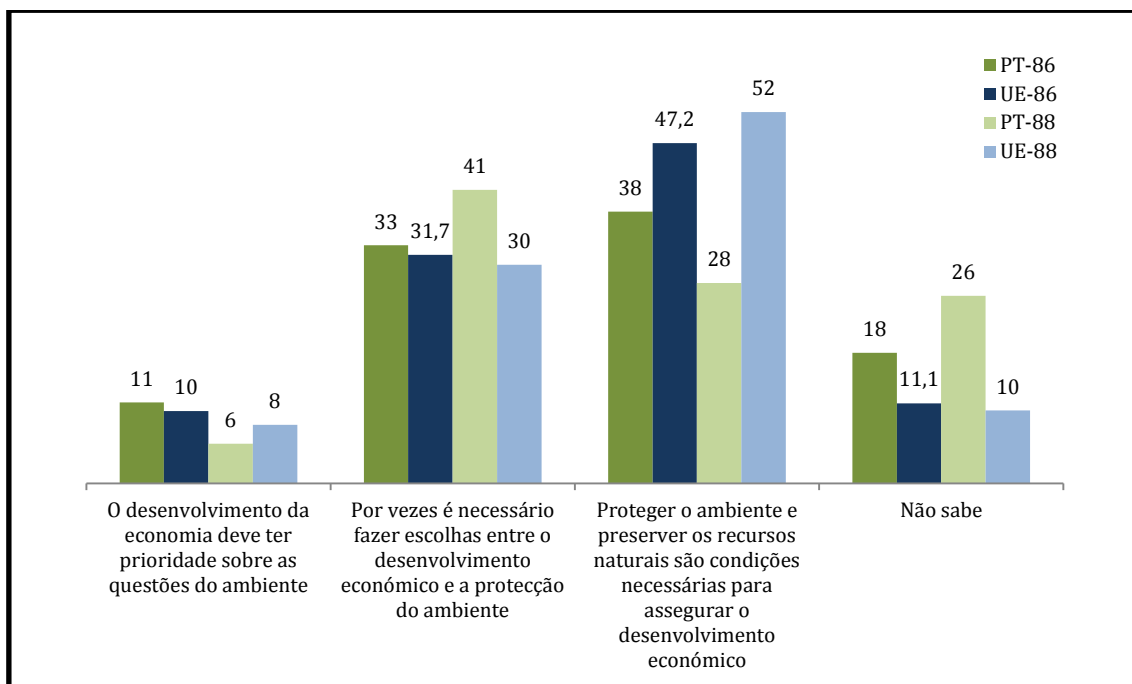
No contexto da percepção dos problemas ambientais, abordou-se um tópico específico, que ocorre regularmente nos Eurobarómetros desde 1986 e que diz respeito à relação entre desenvolvimento económico e ambiente, frequentemente representada como conflitual. Trata-se de um tema recorrente na problemática ambiental, o qual convoca, tanto as concepções e modelos de desenvolvimento, quanto a compreensão dos fenómenos e mecanismos que desencadearam e mantêm a crise global do ambiente.

Neste âmbito, existem resultados editáveis e de análise comparativa relevante para os anos de 1986, 1988, 1992, 1995, 1997, 2004 e 2007. No entanto, existem variações significativas na formulação da questão, as quais

contribuem, aliás, para explicar as diferentes respostas obtidas (ver Anexo 1). Assim, nos inquéritos de 1986 a 1997, a questão apresentada oferecia três opções de resposta, uma das quais apresentava – ainda que em termos diferentes para os Eurobarómetros de 1986-88 e de 1992-97 – uma “solução de compromisso” perante a dicotomia entre economia e ambiente que se colocava.

A pergunta colocada em 1986 e 1988 é sem dúvida a mais abrangente, nomeadamente na consideração da assumpção da protecção do ambiente como elemento central para o próprio desenvolvimento económico – que corresponde aliás a uma visão mais esclarecida da relação entre economia e ambiente, subjacente ao posicionamento político da UE nesta matéria.

**Fig. 9: Percepções da relação entre desenvolvimento económico e ambiente, em Portugal e na média da UE, em 1986 e 1988 (%)**



Fonte: Eurobarómetro 25 (1986), e 29 (1988)

Assim, em 1986 e 1988 (Fig. 9), os portugueses seguem em geral a média dos cidadãos europeus, na inclinação minoritária por atribuir maior prioridade ao desenvolvimento económico – ligeiramente maior que a UE em 1986, e ligeiramente menor em 1988. No entanto, os inquiridos portugueses situavam-se, na compreensão do ambiente como condição necessária para o próprio desenvolvimento económico, numa posição mais baixa (e caindo de 1986 para 88) face à média europeia. Por outro lado, observa-se um nível de resposta “não sabe” que ronda os 20%, aproximadamente o dobro da média europeia. Uma leitura complementar

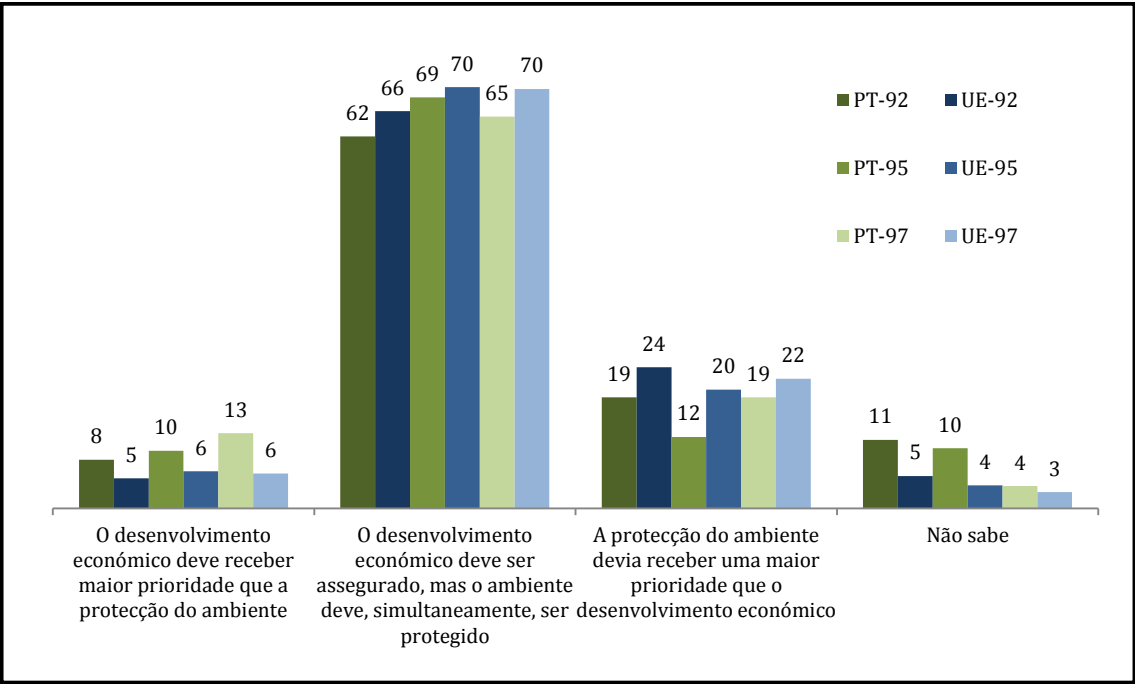
destes três tipos de aferições sugere que o conceito de “desenvolvimento sustentável”, que fez o seu percurso na opinião pública sobretudo a partir da publicação do Relatório Brundtland, justamente em 1986, tardou o fazer o seu percurso na sociedade portuguesa na década de 80.

Na década de 90 (Fig. 10), a busca de conjugação entre economia e ambiente é claramente a via mais preferida. Deve contudo atentar-se no facto da resposta mais escolhida já não implicar, como na formulação de 1986-88, uma interligação entre economia e ambiente – e, portanto, uma compreensão dessa relação dentro de um paradigma de desenvolvimento sustentável, ainda jovem e pouco difundido entre nós à

época, como referimos atrás. A formulação preferida para a resposta intermédia, nos anos de 1992, 95 e 97, desligando economia e ambiente, mas oferecendo a possibilidade da sua coabitação não-problemática, facilitou por certo a escolha desta opção. Isto explica, em parte, o aumento visível na escolha desta resposta. Deve tomar-se ainda em conta a mais aguda percepção dos problemas ambientais ao longo daquela década, com a criação da pasta

do Ambiente no Governo, em 1991, e a Presidência Aberta de Mário Soares, em 1993-94, dedicada às questões ambientais. Não obstante, a preferência por uma posição “desenvolvimentista”, elegendo a economia em detrimento do ambiente, revelou valores que, mesmo sendo baixos, se situam bastante acima da média da UE.

**Fig. 10: Percepções da relação entre desenvolvimento económico e ambiente, em Portugal e na média da UE, entre 1992 e 1997**



Fonte: Eurobarómetro 37 (1992), 43.1bis (1995), 47 (1997)

Contrariamente aos termos dos inquéritos de 1992, 1995 e 1997, a pergunta colocada na década de 2000, designadamente nos inquéritos de 2004 e 2007 (Fig. 11), opõe economia e ambiente em termos dicotómicos e sem

opção de “terceiras vias”, ou vias integradoras. Confrontados então com tal ordem dicotómica, a generalidade dos respondentes opta, tanto em Portugal quanto na média dos países da UE, pelo ambiente. Esta opção, que já se



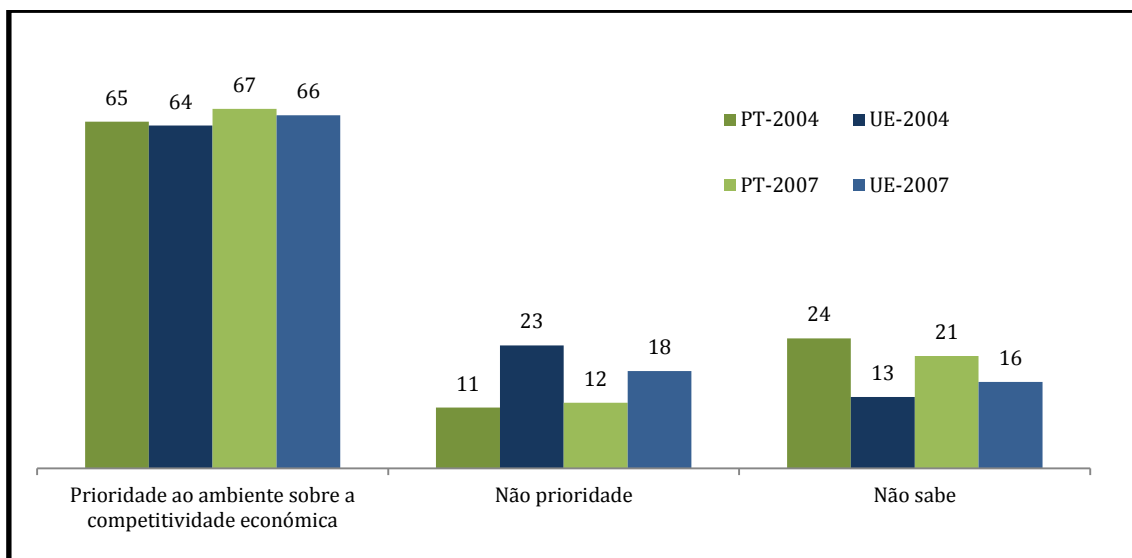
verificava no ISSP (International Social Survey Program) de 2000 (ver Lima, Vala e Villaverde Cabral 2004), numa década em que a competitividade económica da Europa foi problemática, não deixa de surpreender.

Mais surpreendente será o facto do número de respondentes nacionais, que atribuem a primazia ao ambiente, ser superior à média europeia, dado que, em matéria de competitividade económica, o crónico atraso em relação à média europeia ser um tema frequente do debate político. Seria portanto expectável que Portugal, com uma das mais baixas taxas de crescimento económico do espaço europeu, apresentasse valores mais elevados na escolha da prioridade à competitividade. Contudo, e bem pelo contrário, em Portugal a prioridade ao ambiente surge, por comparação com os restantes países da União (Fig. 12), em 2004 e 2007, no terceiro e quarto lugar, respectivamente. A maior prioridade dada ao ambiente em Portugal não deixa de ter uma leitura política, num país em que, tantas vezes,

as opções políticas sacrificam o património natural em nome do desenvolvimento económico. Parece, portanto, haver um distanciamento entre cidadãos e classe política, no que toca a prioridades na relação economia-ambiente.

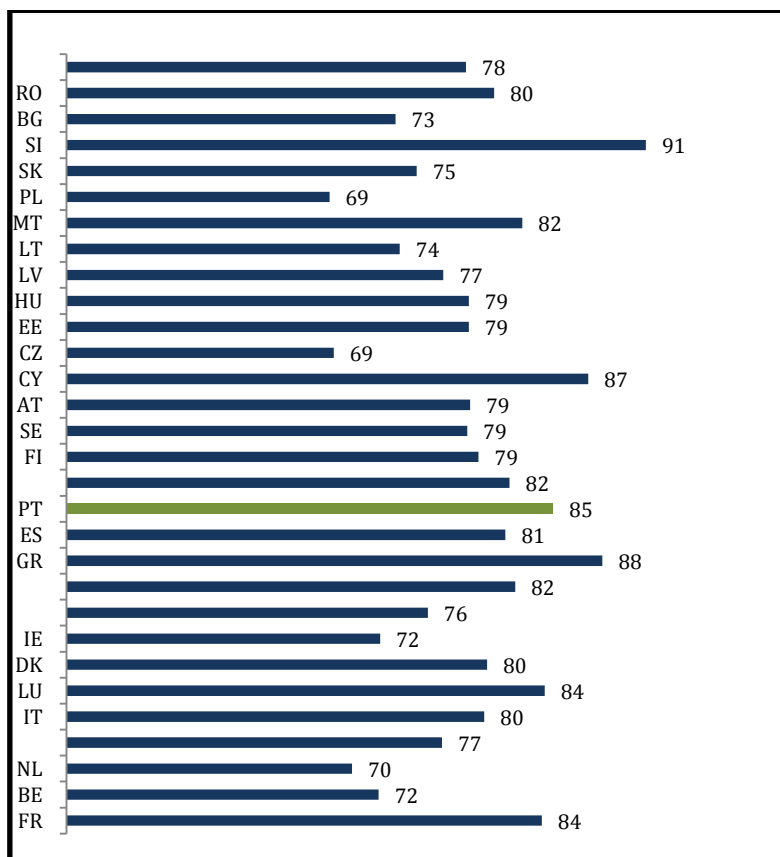
Uma outra observação ressalta da comparação entre Portugal e UE nestes dois inquéritos: o número bastante mais elevado de respostas “não sabe”, por comparação com os inquéritos da década de 90, indica que a formulação dicotómica da pergunta lança mais inquiridos na incerteza. Conserva-se, aliás, ao longo das três séries, nas três décadas sucessivas, a desproporção entre a incidência da resposta “não sabe” entre Portugal e a média da UE. Sem prejuízo da propensão “ambientalista” revelada acima, esta elevada incidência das respostas “não sabe” parece revelar a permanência de uma menor compreensão dos problemas em causa, já notado na década de 80, quer indecisão quanto à melhor opção.

**Fig. 11: Percepções da relação entre desenvolvimento económico e ambiente, em Portugal e na média da UE, em 2004 e 2007 (%)**



Fonte: Eurobarómetro 62.1 (2004), 68.2 (2007)

**Fig. 12: Percepções da relação entre desenvolvimento económico e ambiente, nos vários países da UE, em 2007 (%)**



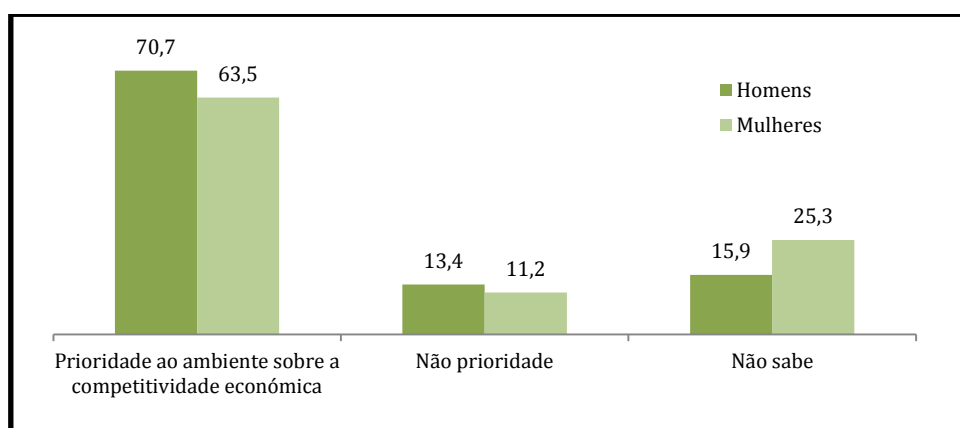
Fonte: Eurobarómetro 68.2 (2007)

No que toca às diferenças de género (Fig. 13), estas são praticamente nulas, em proporção, destacando-se apenas a maior incidência das respostas “não sabe” entre as inquiridas.

Quanto ao nível de ensino (fig.14), é visível que a opção pela prioridade ao ambiente aumenta entre os inquiridos que estudaram mais anos, e ainda mais

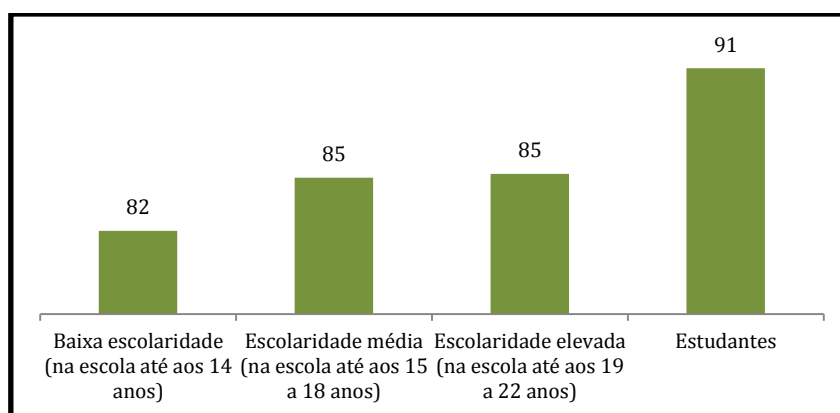
entre aqueles que ainda estão a estudar – ou seja, os mais jovens.

**Fig. 13: Percepções da relação entre desenvolvimento económico e ambiente, de acordo com o género, em Portugal, em 2007 (%)**



Fonte: Eurobarómetro 68.2 (2007)

**Fig. 14: Percepções da relação entre desenvolvimento económico e ambiente (prioridade ao ambiente), segundo o nível de escolaridade, em Portugal, em 2007 (%)**

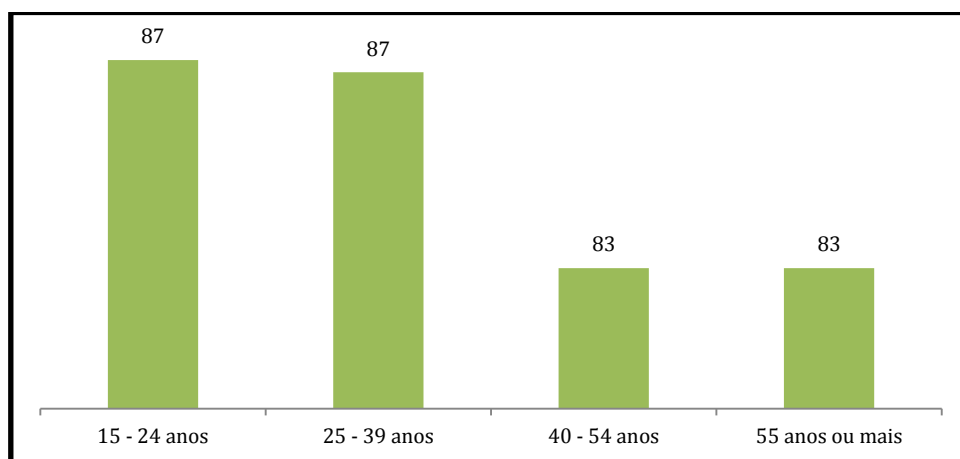


Fonte: Eurobarómetro 68.2 (2007)

Esta tendência confirma-se na análise dos dados por faixas etárias – sabendo-se que, estatisticamente, as gerações mais jovens são as que possuem maior escolaridade e, portanto, maior cultura científica. São precisamente os mais

jovens que se mostram mais propensos a preferir o ambiente à economia. Em todo o caso, deve notar-se as diferenças entre faixas etárias são de apenas alguns pontos percentuais.

**Fig. 15: Percepções da relação entre desenvolvimento económico e ambiente, segundo a idade, em Portugal, em 2007 (%)**



Fonte: Eurobarómetro 68.2 (2007)

## II. Das práticas “amigas do ambiente” às práticas sustentáveis

Esta secção tem como objectivo mostrar a evolução das práticas ambientais quotidianas dos portugueses ao longo de 25 anos (desde 1986 a 2010) através dos dados dos Eurobarómetros (EB), tendo como referência comparativa a média Europeia<sup>1</sup>.

A análise que se segue baseia-se sobretudo numa questão concreta, elaborada geralmente da seguinte forma: “Alguma vez, por razões ambientais, fez alguma das acções listadas?”. Há que chamar a atenção para o facto deste tipo de questão implicar uma salvaguarda na

análise e interpretação dos dados: trata-se de respostas relativas a práticas “ditas”, o que significa que não se pode assumir como práticas “objectivadas” ou efectivas. De qualquer modo, as respostas dos indivíduos são reveladoras dos problemas ambientais aos quais estão mais atentos na sua esfera de actuação diária. Por seu turno, também revelam aquilo que de algum modo consideram que é (socialmente) esperado que façam, que gostariam de (já) fazer e que sabem que está ao seu alcance; isto é, há uma tendência para dar uma “boa resposta”, que é necessário ter presente. Sendo as práticas ambientais positivamente valorizadas nas sociedades contemporâneas, este factor tem algum peso na análise, embora não seja impeditivo de interpretar as grandes tendências de adesão às práticas ambientais.

Uma das constatações recorrentes que se destaca da análise de dados relativos à opinião pública portuguesa, em relação ao ambiente, é a dissonância entre as preocupações ambientais manifestas – genericamente bastante elevadas, como já pudemos ver no capítulo I. – e as práticas para proteger o ambiente – tendencialmente baixas, como se verá neste.

Para além de um olhar sobre as respostas dos portugueses, e do exercício comparativo com a média europeia, também as próprias categorias de

<sup>1</sup>Para dar corpo a esta dimensão utilizamos essencialmente os EB Especiais de Ambiente (1986, 1988, 1992, 1995, 1999, 2008) e os EB Especiais de Alterações Climáticas (2008 e 2009), cujos questionários contêm perguntas específicas sobre acções individuais adoptadas no dia-a-dia, com vista a proteger o ambiente ou combater as AC. Verifica-se um hiato de cerca de dez anos em que não há dados comparativos sobre as práticas ambientais, na medida em que os EB Especiais de Ambiente questionam esta problemática de forma diferente: ou através da disponibilidade para as práticas ou através de uma forma genérica sem focar em categorias específicas (p.e. lixo, energia, água, transportes, etc.). Pontualmente recorre-se a dados complementares de EB Especiais de Energia (1987, 1993, 1996, 2007) e de Consumo (1993 e 2009), ou a dados relativos a cidadania ambiental presentes nos EB Standard (1986, 1987, 1988, 1992, 1995, 1998 e 2003) e nos EB de Ciência e Tecnologia (2005 e 2010).

resposta serão alvo de uma análise, tendo em conta que as perguntas em si são reveladoras e reflectem uma agenda política e económica da UE. O desaparecimento de certas perguntas e categorias de resposta, e a emergência de outras, reflectem um contexto de evolução das questões ambientais. Actualmente, no contexto dos inquéritos Eurobarómetro, há uma clara tendência para enfatizar as alterações climáticas (AC), fruto da sua proeminência na agenda política e mediática, o que determina o conteúdo das perguntas.

### ***A hierarquia das práticas ambientais no EB Especial de Ambiente 2008***

De uma forma geral, ao longo dos EB de Ambiente, a pergunta sobre as práticas ambientais é elaborada de forma genérica – “Alguma vez, por razões ambientais, fez alguma das acções listadas” – o que faz acentuar a importância das salvaguardas e cautelas de interpretação anteriormente expostas, porque basta ter feito uma vez, para se assinalar o “sim”, não sendo um bom indicador de regularidade e incorporação da acção no quotidiano dos indivíduos.

No entanto, em 2008, a questão sobre as práticas foi elaborada de forma ligeiramente diferente, no sentido em que as localiza num período de tempo específico e delimitado – o último mês.

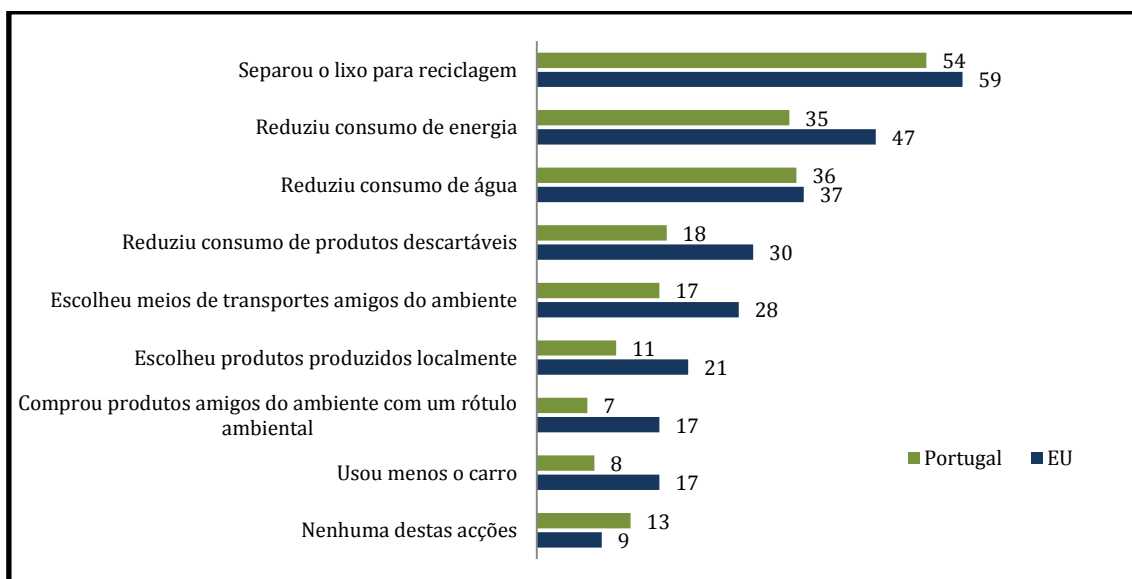
Em consequência desta formulação da pergunta, verifica-se que as percentagens de resposta são mais baixas do que em anteriores inquéritos, e o mesmo sucede relativamente ao EB das Alterações Climáticas (AC) para o mesmo ano. Estes valores mais baixos explicam-se pelo facto da pergunta situar a acção no tempo, em vez de ser formulada de forma mais genérica.

Por esta razão, optou-se por não colocar os dados desta questão mais situada no tempo nas séries cronológicas analisadas, constituídas pelos inquéritos anteriores, e por fazer antes um enfoque particular neste EB Especial de Ambiente que é, além do mais, bastante recente. Estes dados permitem pois fazer um quadro actual das práticas dos portugueses no que respeita ao ambiente<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup>O ano de 2008 nas séries cronológicas apresentadas relativamente às práticas é representado com base nos dados do EB Especial de AC, que apresenta uma formulação mais genérica e mais coerente com a formulação em outros inquéritos realizados ao longo do tempo, permitindo assim uma comparação mais fiável.

**Fig. 1: Acções no último mês por razões ambientais, 2008 (%)**



Fonte: Eurobarómetro Especial Ambiente 68.2 (2008)

Em 2008, como se pode observar, a acção que a maioria dos portugueses (54%) afirma ter realizado no último mês por razões ambientais é “separar o lixo para reciclagem”, seguindo-se a redução do consumo de água, a par da redução do consumo de energia. Refira-se, contudo, que estas duas últimas acções poderão ser mais determinadas por uma lógica de economia doméstica em tempos de crise, em que a redução destes consumos se reflecte nas facturas, do que por uma lógica de protecção do ambiente e de consumo sustentável.

O actual destaque da prática da separação do lixo para a reciclagem reflecte sem dúvida os esforços de sensibilização que foram realizados neste âmbito, na sequência dos avultados investimentos, já desde a década de 90, em infra-estruturas de tratamento de

resíduos, e na implementação de uma rede abrangente de ecopontos colectivos distribuída pelo país. Várias campanhas, locais e nacionais, promovendo a separação de resíduos domésticos, também concorreram para a consolidação desta prática (ver Schmidt e Martins 2007).

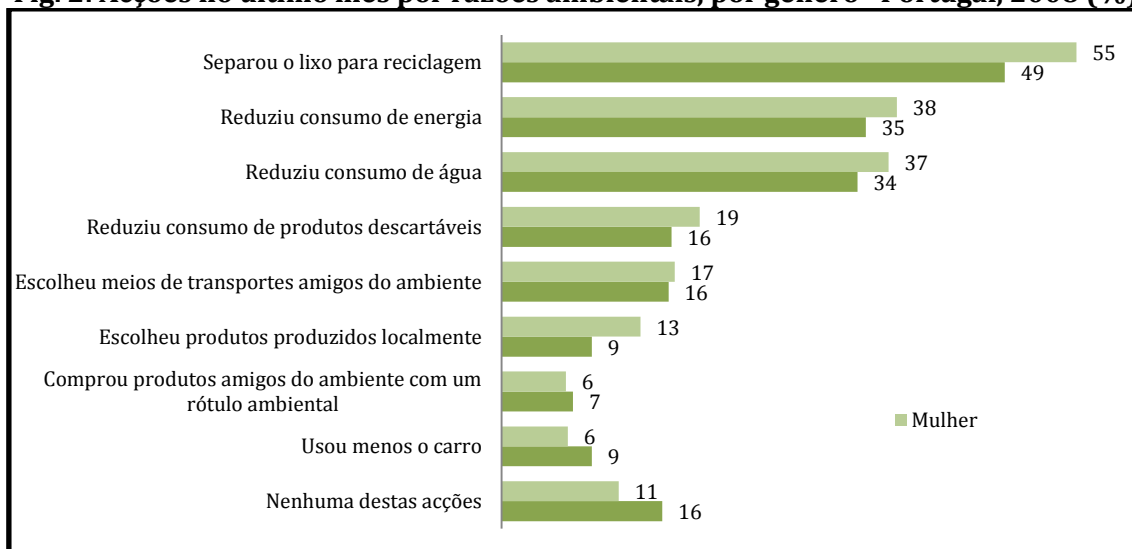
Se tivermos em conta a média europeia, verifica-se que, para quase todas as práticas – excepto “separar o lixo para reciclagem” e “redução do consumo de água” – os portugueses estão abaixo da média em cerca de 10 valores percentuais, sendo precisamente apenas na categoria “nenhuma das acções” que têm um valor superior.

As acções que envolvem atitudes de consumo e de mobilidade de carácter mais ecológico, apresentam valores visivelmente baixos, o que significa que, nessas práticas quotidianas, o ambiente

não é um critério de escolha para a acção tomada. Se compararmos com a média europeia, as respostas nacionais indicam ainda um desfasamento face a uma cultura ambiental europeia. De facto, o constrangimento da passagem à prática na sequência das preocupações manifestas é, eventualmente, marcada por questões de informação e responsabilização do seu papel de

consumidor; e também, por outro lado, pela relação específica e forte que os portugueses têm com o carro enquanto meio de transporte (símbolo de estatuto e de liberdade de movimentos) num contexto de transportes colectivos com uma imagem pouco atraente, bem como de uma rede de transportes públicos deficitária (Nave, Schmidt e Sousa 2003).

**Fig. 2: Acções no último mês por razões ambientais, por género –Portugal, 2008 (%)**



Fonte: Eurobarómetro Especial Ambiente 68.2 (2008)

Quando à análise segundo o género, e uma forma geral, verifica-se que as mulheres são ligeiramente mais activas ambientalmente do que os homens, sobretudo separam mais o lixo e consomem mais produtos locais. Ambas são categorias que remetem para o protagonismo feminino nas compras alimentares e na organização das rotinas da casa, o que inclui a separação do lixo, quase sempre localizado na cozinha – território doméstico por excelência

dominado pelas mulheres. Na idade, os mais novos (15-24 anos) são aqueles que se destacam, pela positiva, em “separação do lixo”, com valores bastante acima da média,<sup>3</sup> assim como os que apresentam um valor mais elevado na escolha de meios de transporte amigos do ambiente, o que se explica, em parte, pelo facto deste grupo também não ter sequer

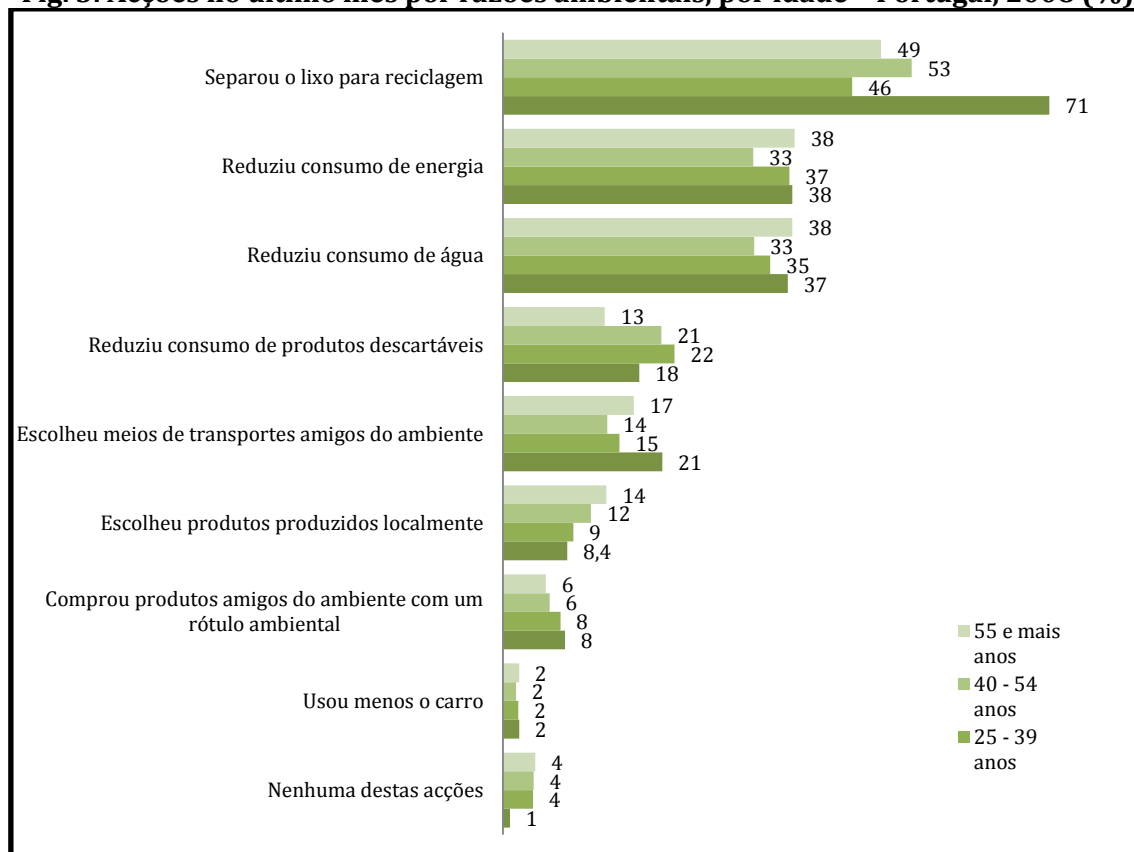
<sup>3</sup> O predomínio do tema da separação de resíduos entre as acções de educação ambiental dirigidas aos mais novos ajuda a explicar este facto (Schmidt *et al* 2010)



ainda idade para ter carta de condução. Esta sensibilidade dos mais jovens também se verifica na opção por consumir produtos amigos do ambiente. No que respeita às outras práticas mais

recorrentes – reduzir o consumo de energia e água, estas são práticas partilhadas por todos os escalões etários de forma quase equivalente.

**Fig. 3: Acções no último mês por razões ambientais, por idade – Portugal, 2008 (%)**

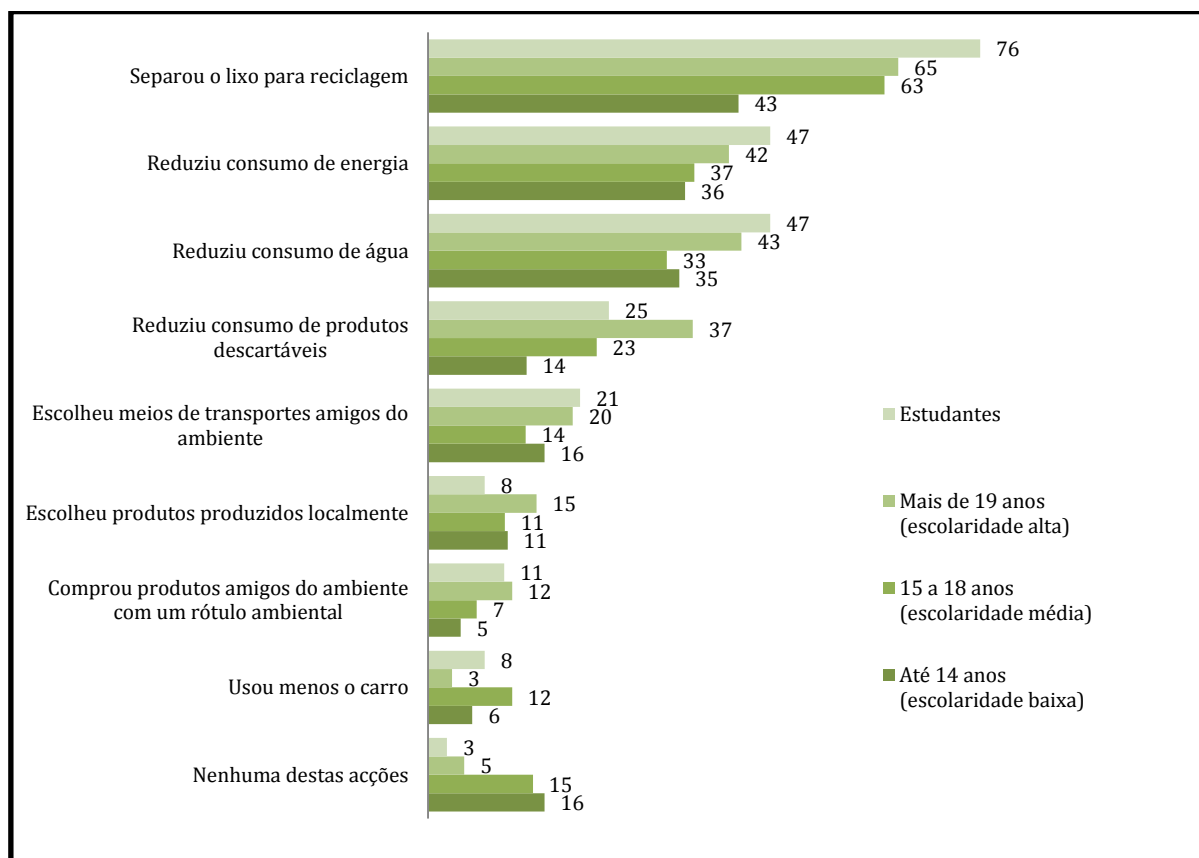


Fonte: Eurbarómetro Especial Ambiente 68.2 (2008)

Se tivermos em conta a escolaridade dos inquiridos, verificamos que se trata de uma variável crucial para a explicação da adopção de práticas de quotidiano face ao ambiente. Quanto mais escolarizados os inquiridos, mais práticas ambientais desenvolvem. A população estudante – que corresponde grosso modo aos mais

jovens (15-24 anos) – parece estar empenhada na separação dos lixos, na redução dos consumos de água e energia, temáticas ambientais tratadas no âmbito da escola, seja a nível curricular, seja a nível de projectos de educação ambiental (Schmidt *et al* 2010).

**Fig. 4: Acções no último mês por razões ambientais, por escolaridade – Portugal, 2008 (%)**



Fonte: Eurobarómetro Especial Ambiente 68.2 (2008)

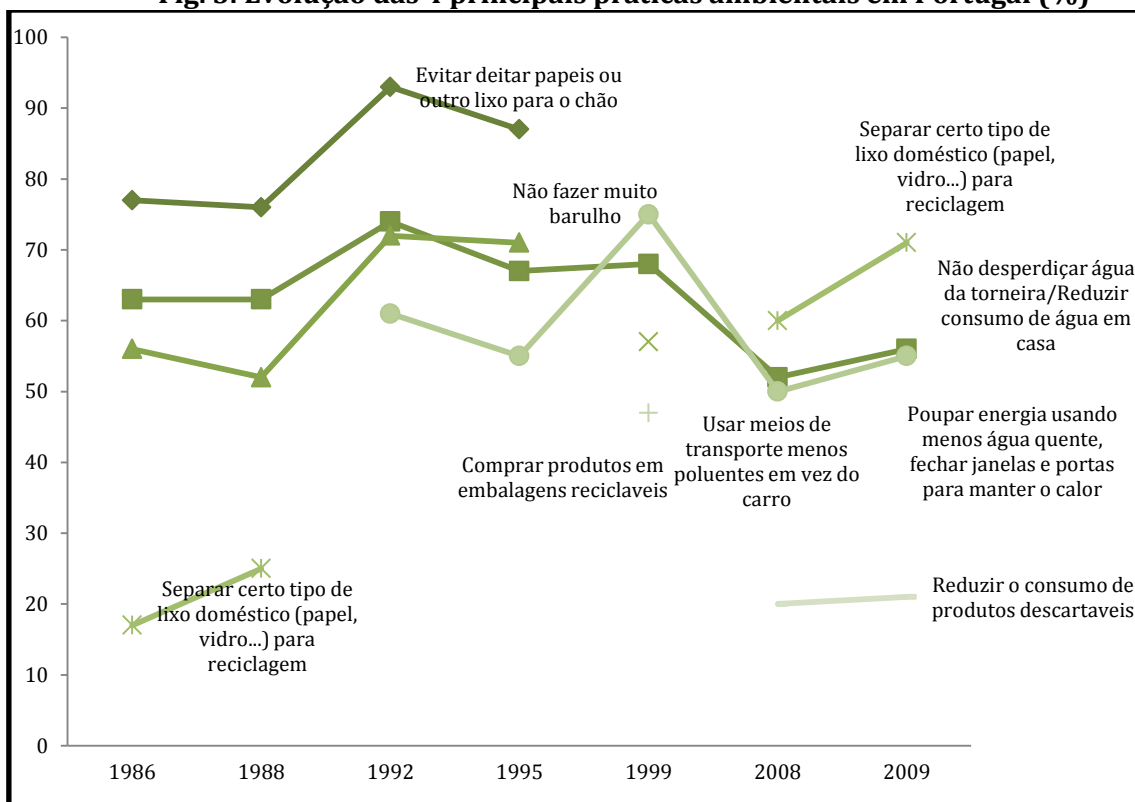
### ***Evolução das principais práticas ambientais (top 4)***

Antes de passarmos a analisar tematicamente as práticas, apresentamos a evolução das práticas ambientais predominantes ao longo dos últimos 25 anos, tanto em Portugal como na UE. Os dados existentes não são, porém, lineares, havendo perguntas que apenas ocorrem até aos anos 90, e outras que apenas surgem nessa altura, obrigando portanto a uma leitura prudente dos gráficos seguintes.

Aliás, são justamente questões que foram eliminadas dos inquéritos nos anos 90 aquelas que mais os portugueses assinalavam: enquanto estiveram presentes (até 1995) as categorias “evitar deitar papéis ou outro lixo para o chão” e “não fazer barulho”, questões ligadas a uma dimensão de educação cívica, estas foram sempre assinaladas de forma muito significativa em Portugal. A poupança/redução do consumo de água é outra das práticas dominantes (acima dos 50%) ao longo do tempo, perdendo

apenas um pouco do seu peso no contexto das AC.

**Fig. 5: Evolução das 4 principais práticas ambientais em Portugal (%)**



Fonte: Eurobarómetros Especial ambiente 25 (1986), 29 (1988), 37.0 (1992), 43.1 (1995), 51.1 (1999), Especial AC 69.2 (2008) e 71.1 (2009).

A separação dos lixos surge ainda nos anos 80, em quarto lugar, mas com valores muito abaixo das acções dominantes. Só em 2008 e 2009 passa a ser a prática de topo no contexto de outras práticas ambientais, mesmo acima da redução dos consumos de água e energia. Por seu turno, a temática da energia, assim que surge na listagem das práticas (1992) passa a ter um peso bastante significativo que mantém até 2009.

No final da década de 90 a questão de 'usar meios de transporte menos

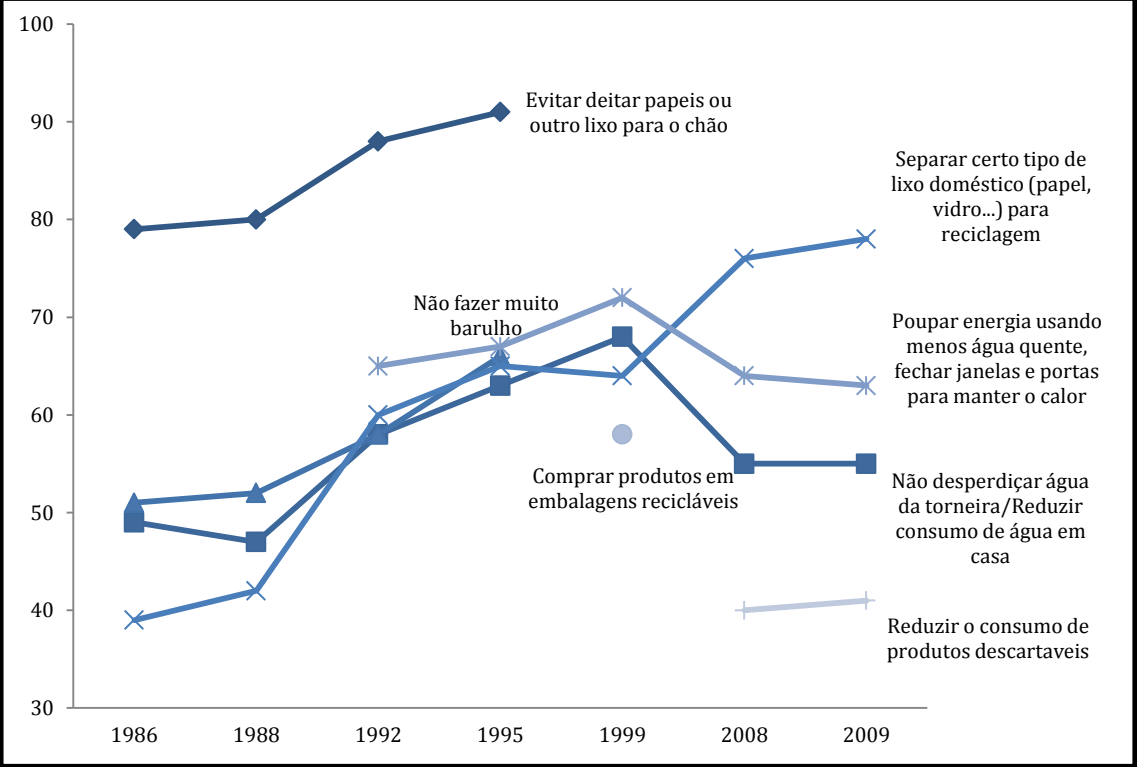
poluentes em vez do carro' apresenta um valor inesperado (57%) eventualmente fruto de toda a dinâmica em torno do Dia Europeu Sem Carros, movimento emergente com bastante visibilidade pública nessa altura. Trata-se, contudo, de uma resposta pontual, sem continuidade. Também em 1999, emerge nos EB a problemática relativa às embalagens – “comprar produtos em embalagens recicláveis – ficando no top 4 das práticas a nível nacional.

Em termos da UE, a evolução das práticas apresenta paralelismos e desfaseamento com Portugal ao longo do tempo. À

semelhança de Portugal, “evitar deitar papéis para o chão”, “não fazer muito barulho” e a “poupança da água” encontram-se presentes e dominantes

até 1995, ainda que comparativamente se saliente o maior peso da questão de poupar água para o caso português.

Fig. 6: Evolução das 4 principais práticas ambientais na UE



Fonte: Eurobarómetros EBS ambiente 25 (1986), 29 (1988), 37.0 (1992), 43.1 (1995), 51.1 (1999), EBS Acs 69.2 (2008) e 71.1 (2009).

A “separação dos lixos”, ao contrário de Portugal, esteve sempre fortemente presente, de modo crescente. A poupança/redução da energia surge desde os anos 90, mantendo-se sempre com valores acima dos 60%. Do ponto de vista do consumo, as práticas que predominam, e chegam a estar no topo da hierarquia das práticas mais comuns entre os europeus, são “comprar produtos em embalagens recicláveis” e “reduzir o consumo de produtos descartáveis” com valores que duplicam

os dos portugueses (apesar de estes também as destacarem).

**Práticas destacadas nos Eurobarómetros**

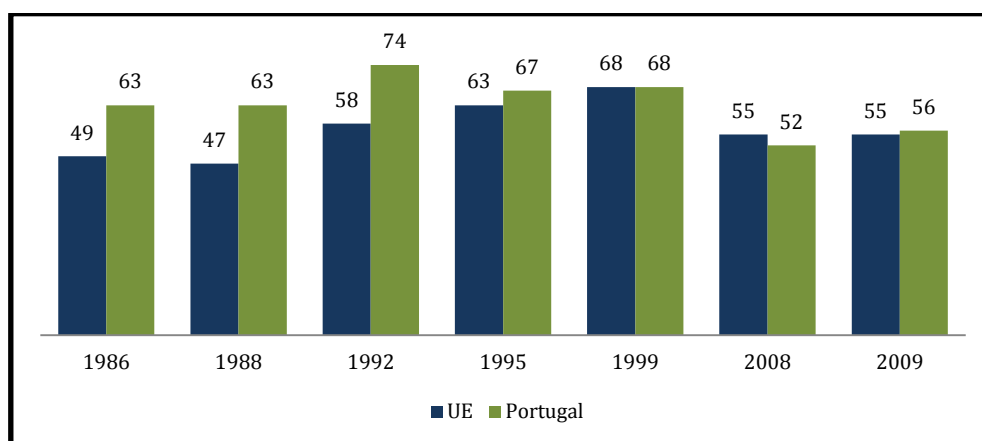
Há um conjunto de práticas relativamente às quais são colocadas questões específicas ao longo de vários Eurobarómetros, nas seguintes áreas: água e energia, consumo e produção de resíduos, e mobilidade. Nesta secção analisaremos autonomamente os dados de cada uma destas áreas.

*Práticas da esfera doméstica em torno do uso da água e da energia*

Nos primeiros EB em análise (1986, 1988, 1992 e 1995) a questão do uso da água na esfera doméstica era colocada mediante a seguinte expressão: “não desperdiçar/poupar água da torneira”, ou simplesmente “poupar água” (1999). A formulação que reflecte o conceito de “redução” emerge mais recentemente (2008 e 2009), nos EB das AC e do Ambiente. Ou seja, já não se trata de

poupar (com as respectivas remissões a uma lógica de economia doméstica) mas de “reduzir o consumo de água em casa (p.e. não deixando as torneiras a correr, substituindo o banho pelo duche, instalado equipamento de poupança de água)”, num apelo que já pressupõe uma lógica da sustentabilidade. Ou seja, está subjacente um discurso em que se admite já terem sido ultrapassados os limites da utilização sustentável dos recursos, sendo agora necessário reduzir o consumo.

**Fig. 7: Poupança/redução do consumo de água (%)**



Fonte: Eurobarómetros EBS ambiente 25 (1986), 29 (1988), 37.0 (1992), 43.1 (1995), 51.1 (1999), EBS Acs 69.2 (2008) e 71.1 (2009).

Até meados dos anos 90, a prática de poupar água em Portugal situou-se sempre acima da média europeia. Estas respostas podem reflectir, por um lado, uma tendência enraizada de poupança nas despesas do agregado familiar, e por outro lado, uma sensibilidade específica às questões da água, pela circunstância particular de país do Sul, sujeito ao

fenómeno da seca, com forte mediatização.<sup>4</sup>

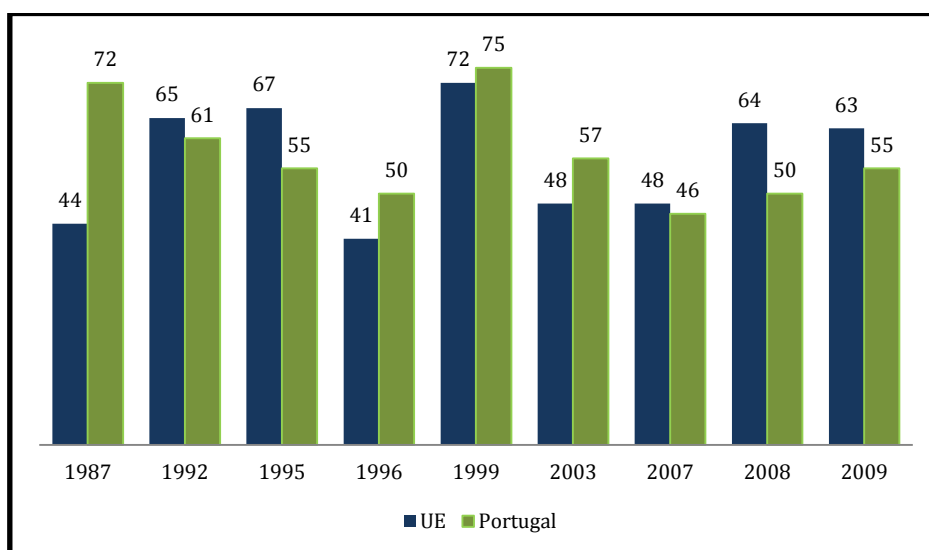
A questão da energia surge pela primeira vez enquadrada na listagem das práticas de um EB de Ambiente em 1992, não deixando a partir daí de estar presente no

<sup>4</sup> O mesmo facto poderá explicar a preocupação com a poluição dos rios, que é bastante elevada entre os portugueses (EVS, 2010; Ferreira de Almeida 2000)

contexto destes inquéritos temáticos. No entanto, já em 1987, num EB Especial sobre Energia – *“The Europeans and the Energy Problem”* – se coloca um conjunto de questões sobre o uso da energia em casa. Aliás, a problemática da energia tem uma relevância para a União Europeia que se expressa no facto de ter um conjunto vasto de EB Especiais exclusivamente dedicados a essa temática, e com bastante regularidade, ao longo dos últimos 25 anos.

Em 1992 e 1995, está presente a categoria de resposta “poupar energia, por exemplo, usando menos água quente, fechar janelas e portas para manter o calor”, enquanto em 1999 aparece simplesmente “poupar electricidade”. Também para a energia se manifesta a transição de “poupar” para “reduzir”, já observada no caso da água, aparecendo a categoria “reduzir o consumo de energia em casa” nos EB de AC (2008 e 2009).

**Fig. 8: Poupança/redução do consumo de energia (%)**



Fonte: Eurobarómetros EBS ambiente 25 (1986), 29 (1988), 37.0 (1992), 43.1 (1995), 51.1 (1999), Standard 57 (2003), EBS energia 65.3 (2007), EBS ACs 69.2 (2008) e 71.1 (2009).<sup>5</sup>

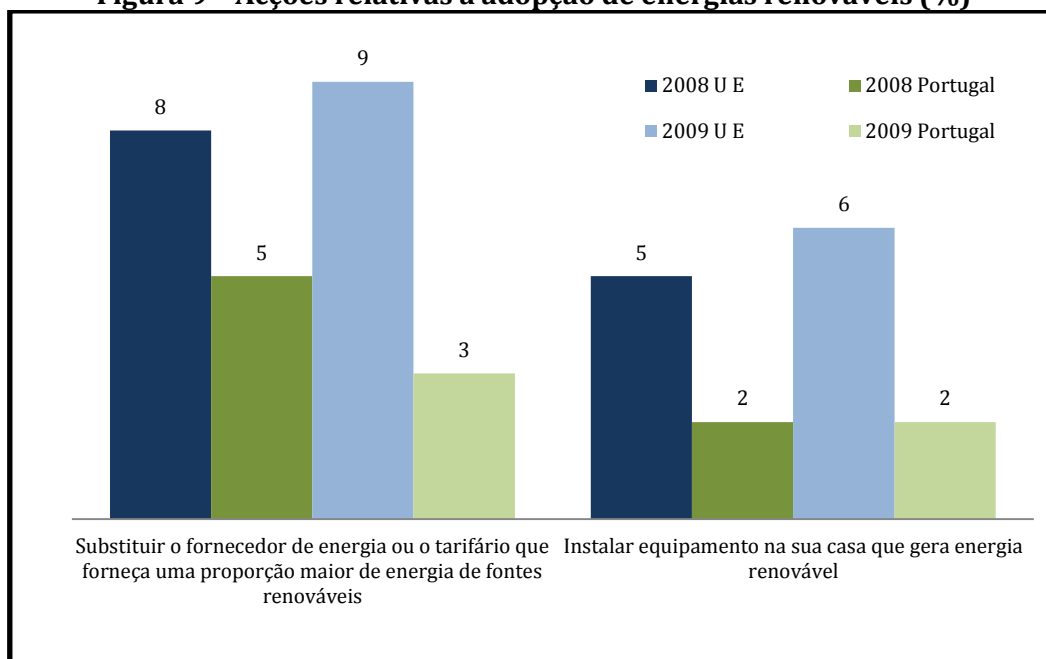
<sup>5</sup> Nota: *Perguntas*: Poupar energia, por exemplo, usando menos água quente, fechar janelas e portas para manter o calor (1992-1995) / Reduzir consumo de energia (economizar electricidade e outros equip. electricos) (1993-1996-1999-2003-2009)

Durante os anos 90, os dados parecem indicar que os hábitos de poupança de energia dos portugueses foram gradualmente aumentando, acompanhando a tradição já evidenciada e também a tendência europeia observada (Fig. 8). Mais recentemente, em 2008 e 2009 (nos dois inquéritos sobre AC), verifica-se que a média da UE estabiliza, enquanto Portugal continua a apresentar uma ligeira tendência para subir, provavelmente articulada à crise económica que atravessa. A redução do consumo de energia poderá ser assim mais fruto dos limites orçamentais dos

agregados domésticos, do que o reflexo de uma sensibilidade aos impactos das alterações climáticas ou às fontes e modelos de produção energética utilizadas no dia-a-dia.

No contexto das AC, o tema da energia ganha espaço nos Eurobarómetros, surgindo duas outras categorias relativas às energias renováveis – “substituir o fornecedor de energia ou o tarifário que forneça uma proporção maior de energia de fontes renováveis” e “instalar equipamento na sua casa que gera energia renovável”.

**Figura 9 – Acções relativas à adopção de energias renováveis (%)**



Fonte: Eurobarómetros EBS AC 69.2 (2008) e 71.1 (2009)

Trata-se de práticas que não atingem os 10% na UE27, e que apresentam valores residuais para o caso português, não ultrapassando os 5%. No âmbito dos

recentes incentivos governamentais, desde 2008 e face aos objectivos esperados, foram ainda poucos os portugueses que aderiram a essa oportunidade de investimento em

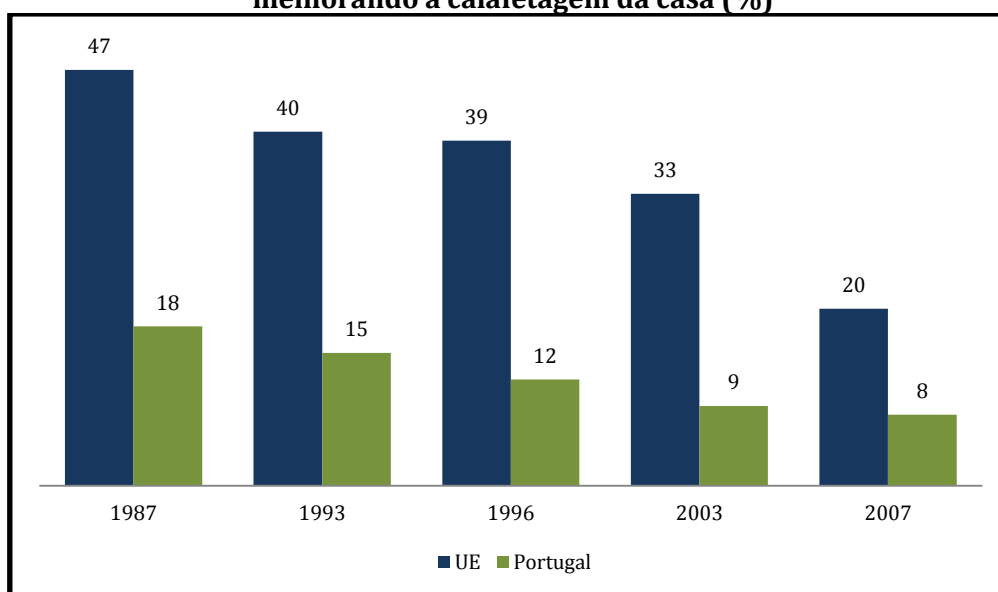
energias renováveis, equipando a sua casa com novas fontes de energia. A este propósito podemos ainda fazer a seguinte consideração: várias pessoas que possam ter instalado salamandras ou recuperadores de calor podem não estar informadas de que se trata de um equipamento de energia renovável – designada tecnicamente de “biomassa”, e que para o cidadão comum é apenas entendida como “lenha”.

Além disso, o sistema monopolista de fornecimento de energia que tem funcionado em Portugal, apesar da legislação já ter aberto o mercado a novos fornecedores, não facilita uma abertura do consumidor à escolha do seu fornecedor de energia, como já acontece noutros países europeus.

Se tivermos em conta os dados relativos à “redução de custos com aquecimento,

melhorando a calafetagem da casa” nos dados provenientes dos EB Especiais sobre Energia, constata-se que Portugal se tem situado bastante abaixo da média europeia em todas as décadas, e simultaneamente acompanha a tendência decrescente que se observa a nível europeu. Para esta evolução decrescente contribuíram factores como o eventual aumento da qualidade das técnicas e dos materiais utilizados na construção de habitação, tornando as práticas individuais de calafetagem menos necessárias. No entanto, em Portugal, verifica-se uma certa estabilidade na década de 2000 e, em 2007, a distância à média europeia torna-se menor (Figura 10).

**Fig. 10: Reduzir custos com o aquecimento (gás, combustível, eletricidade) melhorando a calafetagem da casa (%)**



Fontes: Eurobarómetros EBS Energia 28 (1987), 39.1 (1993), 46.0 (1996), Standard 57 (2003), 65.3 (2007)

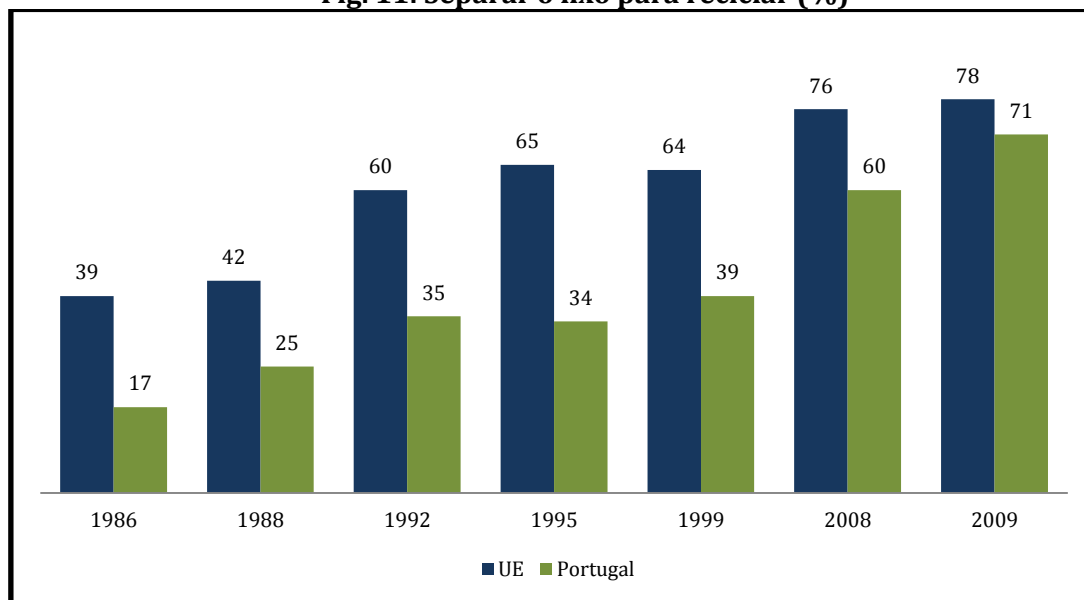


### *Práticas de consumo e de produção de lixo: do fim da cadeia à circulação*

A questão das práticas relativas ao lixo é abordada ao longo do período analisado nos EB de Ambiente e de AC, através de

uma dimensão mais doméstica/privada que se traduz na expressão “separar o lixo doméstico para reciclar” (1986, 1988, 1992, 1995, 1999, 2008 e 2009).

**Fig. 11: Separar o lixo para reciclar (%)**



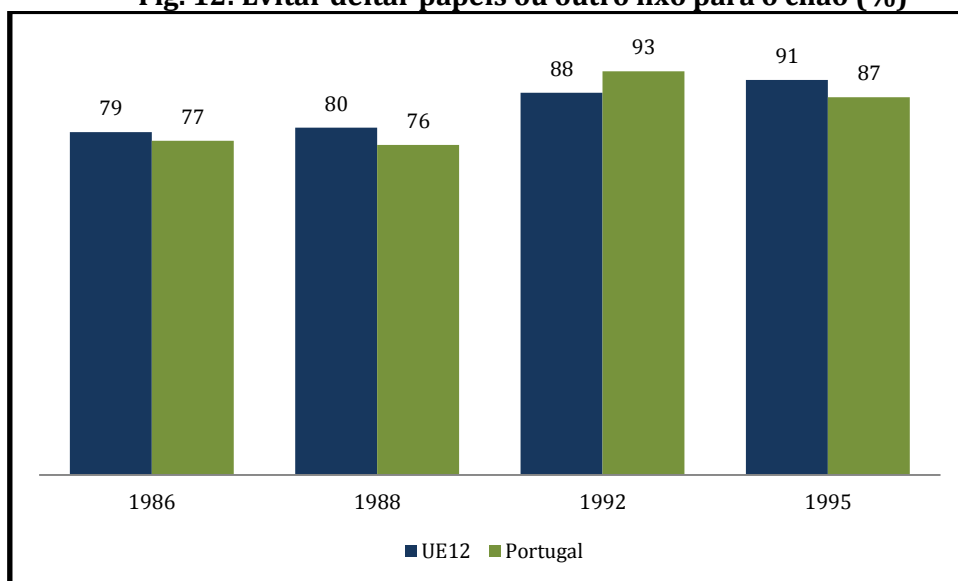
Fonte: Eurobarómetros EBS ambiente 25 (1986), 29 (1988), 37.0 (1992), 43.1 (1995), 51.1 (1999), EBS Acs 69.2 (2008) e 71.1 (2009).

Verifica-se que as práticas de separação para reciclar ao longo das últimas décadas têm vindo a ser crescentes, tanto nos países da União Europeia, como em Portugal. O aumento assinalado nos anos 90 a nível nacional, por comparação com os anos 80, aponta para o início deste tipo de recolha por impulso da integração na UE, ainda que se tratasse de uma recolha muito restrita a alguns pontos do país e em termos de materiais; nos anos 80 só o vidro era recolhido para reciclagem num sistema de recolha a nível nacional. Mas é só em 2008 (EB de AC) que o diferencial entre Portugal e os

países da UE se vê reduzido substancialmente. Este crescimento observado em Portugal, deve-se ao alargamento da rede de ecopontos e ao investimento no âmbito da recolha seletiva, como já referimos anteriormente.

Para além desta dimensão mais privada e doméstica, até meados da década de 90 (1986, 1988, 1992 e 1995), uma dimensão de carácter mais público do lixo integrava a lista de práticas ambientais dos EB: “evitar deitar papéis ou outro lixo para o chão”.

**Fig. 12: Evitar deitar papéis ou outro lixo para o chão (%)**



Fonte: Eurobarómetros EBS ambiente 25 (1986), 29 (1988), 37.0 (1992), 43.1 (1995).

À semelhança da categoria de resposta “fazer menos ruído” (analisada adiante), esta dimensão do lixo de dimensão mais pública só esteve presente nos EB de Ambiente até meados dos anos 90. Trata-se de uma categoria que remete para uma dimensão de educação cívica, com carácter consensual, que surge nas respostas dos portugueses com valores semelhantes aos da Europa (perto dos 80%). Em 1992, ultrapassa mesmo a média europeia, eventualmente por se começar a ter uma percepção mais crítica sobre a quantidade de lixo nas ruas e a sua sujidade. Aliás, enquanto esta categoria esteve presente nos EB, era a que recolhia mais peso em termos de práticas, com um pendor mais cívico do que ambiental, como acção apropriada. A questão da produção do lixo passa a ter mais recentemente um enfoque na

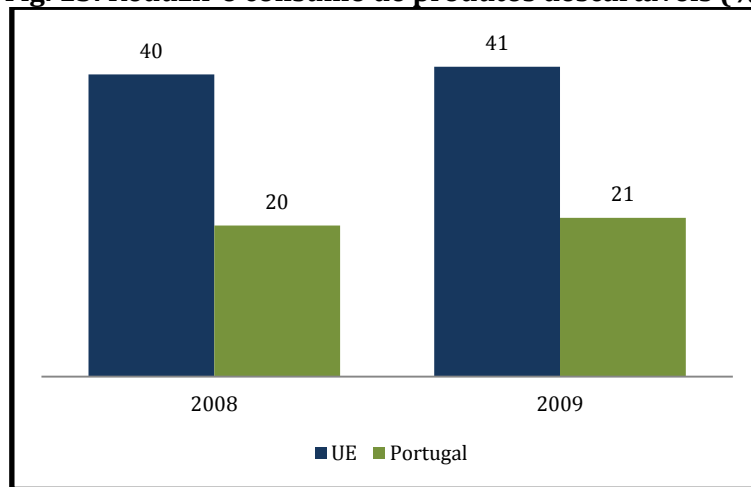
“redução do consumo de produtos descartáveis (sacos de plásticos, certo tipo de embalagens)”. Esta ideia da “redução” (em vez do discurso da poupança) está também presente nos casos da energia e da água. Ou seja, actualmente o ênfase político e económico das práticas do lixo na UE remetem para a necessidade de cumprir metas de separação para reciclagem e de levar menos produtos para casa passíveis de serem reconvertidos em lixo quando se vai às compras (“embalagens descartáveis”), ou seja, reduzir o lixo produzido.

Em 1999, ano em que a dimensão de carácter público do lixo desaparece da lista de práticas, foi a primeira vez que surgiu uma categoria que relaciona o acto de consumir com o lixo que se produz: “comprar produtos cuja embalagem possa ser reciclada”. Esta questão é importante porque enquadra

na esfera do consumo momentos de produção de lixo. Isto é, em vez de se ver o lixo como a última etapa de uma longa cadeia da vida de um produto, admite-se antes que o lixo faz parte integrante, tanto da produção como do consumo, sendo o elo de ligação dos ciclos e fluxos de produção-consumo. Por outras palavras, o lixo deixa de aparecer de

forma restrita no final de uma cadeia de produção - sendo atirado para o chão ou sendo conduzido para a reciclagem - surgindo a sua produção em momentos prévios, imiscuído nas práticas de compra/consumo, remetendo para uma visão de circulação, fluxos consumo-lixo-produção.

**Fig. 13: Reduzir o consumo de produtos descartáveis (%)**



Fonte: Eurobarómetros ACs 69.2 (2008) e 71.1 (2009)

Neste contexto de articulação da prática de consumo com a produção de lixo, Portugal apresenta valores bastante abaixo da média europeia (cerca de metade). Ou seja, apenas uma percentagem baixa dos portugueses, quando está a fazer compras, está também a ter em conta o lixo que vai fazer depois do uso dos produtos, o que reflecte uma eventual falta de informação/percepção do ciclo de vida dos bens de consumo. Ou expressando, tal como na utilização do aquecimento (usos da energia para aquecer a casa), o

carácter invisível e inconspícuo de muitas das práticas diárias com impactos no ambiente.

É em 1992 que surge pela primeira vez nos EB de Ambiente a questão do consumo numa versão mais economicista e colocando o indivíduo numa situação de mercado, através da categoria: “comprar um produto amigo do ambiente mesmo que seja mais caro”, questão que se repete em 1995. Esta inclusão da problemática do consumo na questão do ambiente nos anos 90 também se verifica ao nível dos EB Especiais de Consumo através de

perguntas em que se inclui o ambiente como critério de compra ou como informação pertinente a incluir na rotulagem dos produtos.

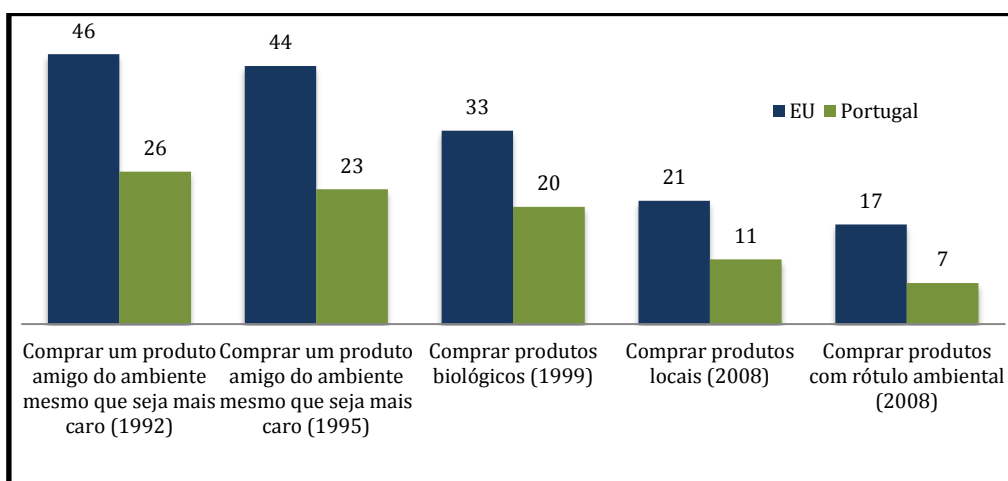
Em 1999, há uma nova categoria que surge e que versa a “compra de produtos biológicos”. É única vez que esta categoria está presente nos EB de Ambiente. Mais recentemente, as categorias desdobram-se no “comprar produtos locais” e “comprar produtos com rótulo ambiental”. Ou seja, só a partir dos anos 90 é que se problematizam as compras amigas do ambiente nos EB de Ambiente, primeiro tendo em conta a questão do seu preço que era distintiva, depois focando-se nas etiquetas ecológicas de produtos amigos do ambiente (incluindo na aquisição de um carro) e de uma forma especial os produtos alimentares (biológicos e locais) (ver Truninger 2010).

Em 2008 e 2009, com as AC no topo da agenda política da UE, a questão do

consumo surge com outro prisma, nomeadamente “comprar produtos da estação e locais para reduzir as emissões de carbono”. A questão centra-se sobretudo no impacto de comprar local e produtos de estação, o que assume um novo significado em termos de emissões poluentes ao remeter para novas problematizações sobre a “redução dos quilómetros alimentares” (a distancia que vai da produção ao consumo), movimentos de alimentação local e comércio de proximidade, etc.

Identificam-se, assim, duas facetas das questões que envolvem as compras de produtos ecológicos. Por um lado, a compra de produtos amigos do ambiente ou biológicos que surge desde 1992 nos EB de Ambiente. Por outro lado, nos EB de AC, o consumir com o mínimo impacto ao nível das emissões de carbono.

**Figura 14 - Comprar produtos amigos do ambiente (%)**



Fontes: Eurobarómetro EBS ambiente 37.0 (1992), 43.1 (1995), 51.1 (1999), 68.2 (2008), EBS ACs 69.2.

Observados no seu conjunto, o que os dados fazem realçar é que, no que diz respeito ao consumo chamado “ecológico”, Portugal se tem encontrado ao longo do período em análise bastante longe da UE em termos de práticas quotidianas de consumo. Não se observa uma evolução crescente neste âmbito, oscilando entre um quinto e um quarto dos portugueses aqueles que revelam alguma preocupação ambiental nos actos de consumo.

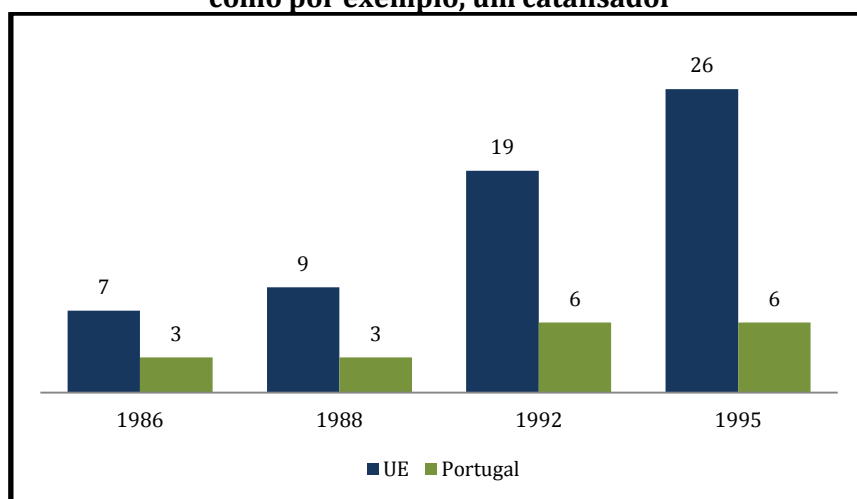
#### *Práticas de mobilidade e de uso do carro*

Nos anos 80 a questão do uso do carro era considerada na listagem das práticas

ambientais, visando tornar o carro menos poluente - “instalar no automóvel um dispositivo para limitar as emissões poluentes, como por exemplo, um catalizador”. Isto é, não se punha em causa o uso do carro mas invocava-se a possibilidade de torná-lo menos agressivo em termos ambientais, nomeadamente no que respeitava à poluição atmosférica.

Se a média europeia revela uma tendência crescente, verificando-se aliás um grande salto nos anos 90, Portugal mantém sempre um nível bastante residual no que respeita a esta acção sobre o carro.

**Fig. 15: Instalar no automóvel um dispositivo para limitar as emissões poluentes, como por exemplo, um catalizador**



Fonte: Eurobarómetros EBS ambiente 25 (1986), 29 (1988), 37.0 (1992), 43.1 (1995).

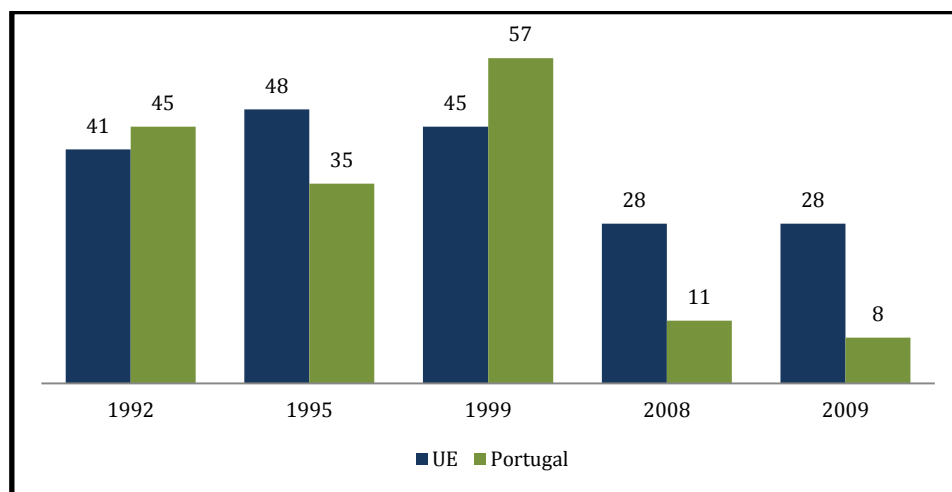
Na década de 90, para além de se instalar no carro equipamento que o torne menos poluente, surge também a substituição do carro por outras formas de

mobilidade mais “amigas do ambiente” (Nave, Schmidt e Sousa 2003). Verifica-se que, no contexto recente das AC, Portugal se situa bastante abaixo da média europeia no que respeita à utilização de

“meios de transporte menos poluentes”, o que indicia o peso do carro como o meio de transporte eleito pelos portugueses, não sendo os problemas

ambientais que os desmobilizam dessa prática quotidiana.

**Fig. 16: Escolher meio de transporte amigo do ambiente (%)**

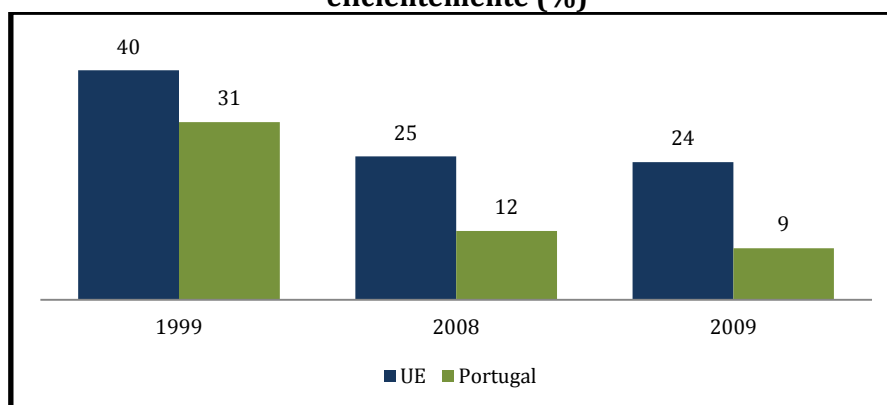


Fonte: Eurobarómetros EBS ambiente 25 (1986), 29 (1988), 37.0 (1992), 43.1 (1995).

Situação semelhante se verifica noutra questão que implica uma mudança relativa ao uso do carro: reduzir. Portugal tem valores baixos e bastante inferiores comparativamente à média

européia (cerca de metade) nos EB de AC. Como vimos também no EB de Ambiente de 2008, o “usar menos o carro” é a prática ambiental menos popular entre os portugueses.

**Fig. 17: Reduzir o uso do carro por exemplo, car-sharing ou usar o carro mais eficientemente (%)**



Fonte: Eurobarómetros EBS ambiente 25 (1986), 29 (1988), 37.0 (1992), 43.1 (1995).

Actualmente, enquadrado na problemática em torno das AC, as

práticas relativas à mobilidade desdobram-se em várias alíneas, que

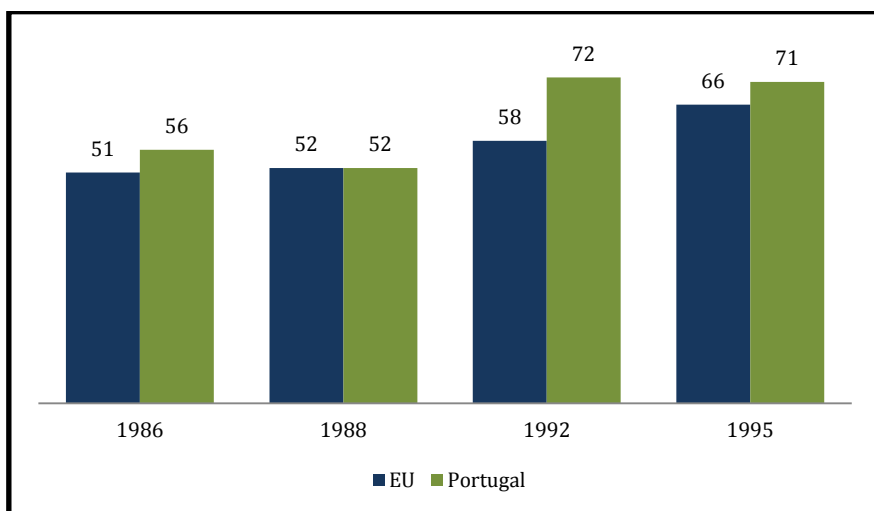
remetem para as escolhas individuais e seus impactos ao nível das emissões. É neste enquadramento que surge “sempre que possível evitar voos de curta distância”, que em Portugal apresenta valores residuais.

Incluímos neste ponto a prática “não fazer muito barulho”, que remete para o problema ambiental do **ruído**, presente na lista de práticas ambientais dos EB entre 1986 e 1995. Verifica-se que ao longo deste período esta prática foi crescente, com Portugal a apresentar valores acima da média, o que é raro no contexto das práticas ambientais em geral.

Observa-se um pico em 1992, o que poderá coincidir com campanhas de sensibilização pro-ambientais articuladas

a uma tentativa de implementar a legislação do ruído e a episódios de conflito em torno destas questões em Portugal. Outras razões podem explicar o grande peso desta categoria a nível nacional: as características atribuídas aos povos do sul da Europa como sendo mais “ruidosas” e ainda com comportamentos considerados pouco cívicos, como deitar o lixo para o chão ou falar alto, às quais se junta um fraco isolamento de som nas casas, o que faz com que os vizinhos sejam sempre considerados “barulhentos”, seja um café que fecha à meia-noite, seja um adolescente a ouvir música em casa ou mesmo uma conversa familiar mais animada.

**Fig. 18 - Não fazer muito barulho (%)**



Fonte: Eurobarómetros EBS ambiente 25 (1986), 29 (1988), 37.0 (1992), 43.1 (1995).

Esta questão deixa de estar presente nos EB a partir de 1995, provavelmente porque começa a ser articulada ao

trânsito e poluição urbana, e não tanto numa esfera de acção individual.

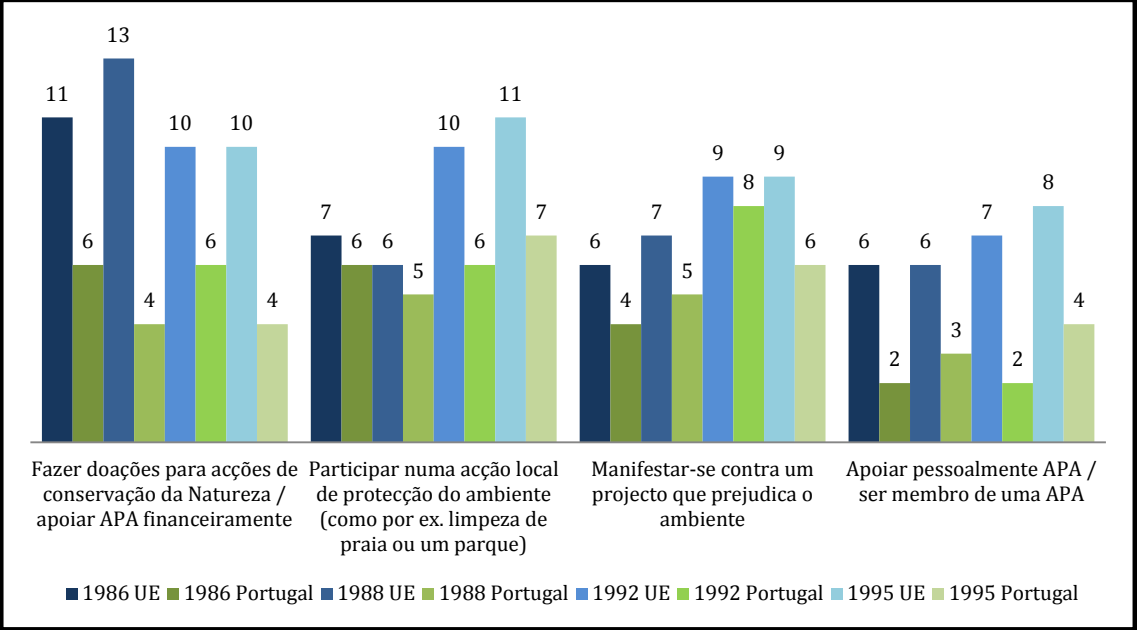
### Participação e Cidadania Ambiental

As questões da cidadania e participação ao nível do ambiente estão enquadradas nas práticas até 1995, nomeadamente: “fazer doações para acções de conservação da Natureza”; “participar numa acção local de protecção do ambiente (como por ex. limpeza de praia ou um parque)”; “manifestar-se contra um projecto que prejudica o ambiente”; “apoiar pessoalmente associação de protecção do ambiente”. Depois desse ano, estas questões surgem autonomizadas e formuladas de forma diversa, o que não permite apresentar uma evolução no tempo.

No que respeita a acções de cidadania e participação ambiental, Portugal regista valores sempre inferiores à média da

União Europeia. As acções que ganham maior participação (embora com percentagens baixas variando entre os 6 e os 8%) são “fazer doações para acções de conservação da Natureza/Apoiar uma associação de protecção do ambiente” e “participar numa acção local de protecção do ambiente (como a limpeza de uma praia)”. No entanto, em 1992 “manifestar-se contra um projecto que prejudica o ambiente” sobressai claramente em relação às outras acções. Esta é uma fase que corresponde à indignação das populações residentes perto das lixeiras, em crescimento exponencial e com intensa mediatização. É também a época da conferência ECO 92 e das manifestações e campanhas pró-ambientais, que então ocorreram.

**Fig. 19: Quais das seguintes acções já fez? (1986-1995)**



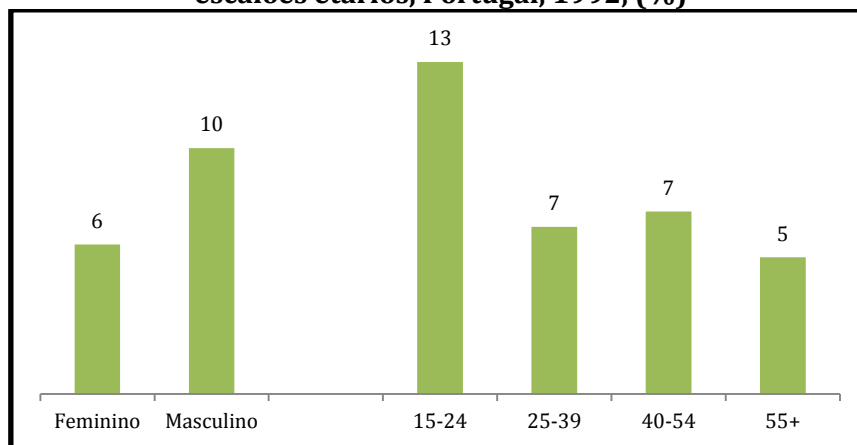
Fonte: Eurobarómetros Standard 25 (1986), 29 (1988), 37.0 (1992) e 43.1 (1995). Pergunta de reposta múltipla juntamente com outras (ao longo dos anos variando entre 9 a 15 categorias de resposta).



Ao fazermos um enfoque relativo a “manifestar-se contra um projecto que prejudica o ambiente” em 1992, ano em que alcançou visivelmente uma maior percentagem em Portugal, verifica-se que são os inquiridos do sexo masculino e os

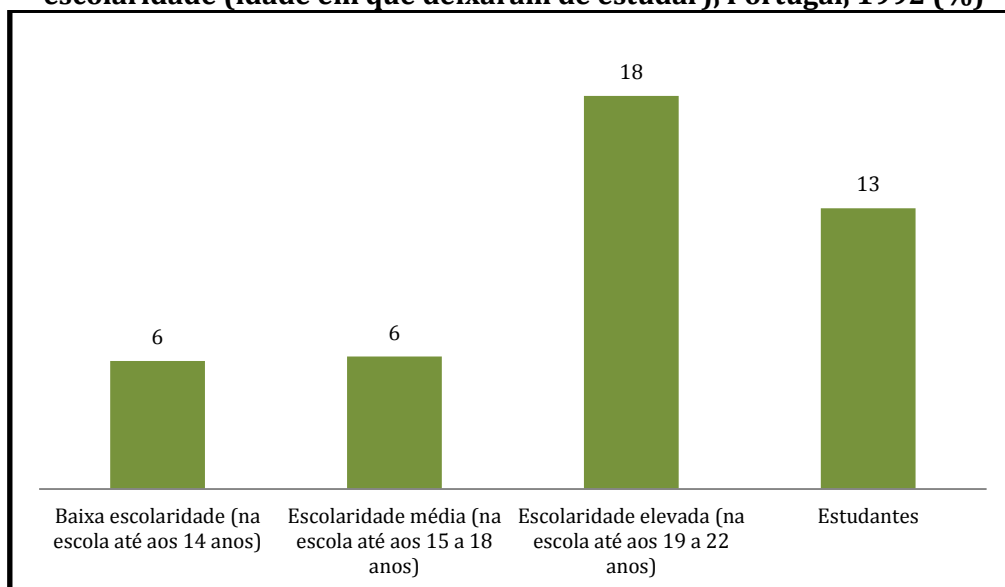
mais jovens (15-24 anos), bem como aqueles que frequentaram a escola até mais tarde que participam neste tipo de acção (Figuras 20 e 21).

**Fig. 20: Manifestar-se contra um projecto que prejudica o ambiente, por género e escalões etários, Portugal, 1992, (%)**



Fonte: Eurobarometro Standard 37.0 (1992)

**Fig. 21: Manifestar-se contra um projecto que prejudica o ambiente, por escolaridade (idade em que deixaram de estudar), Portugal, 1992 (%)**

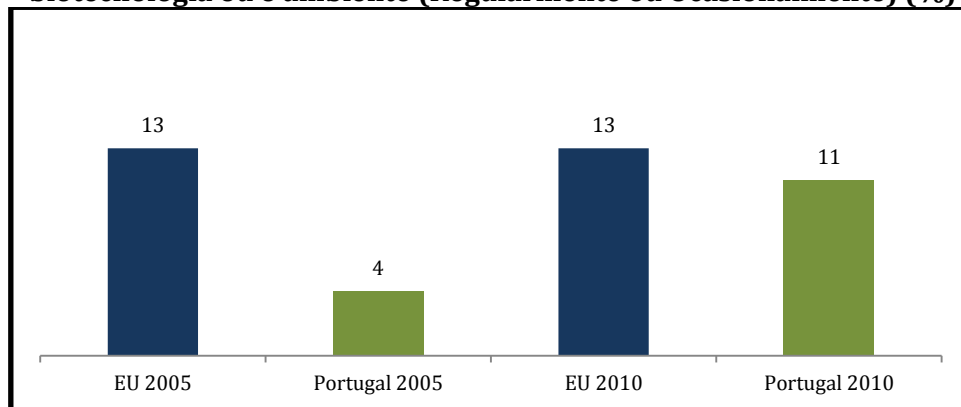


Fonte: Eurobarometro Standard 37.0 (1992)

Em contrapartida, a acção que recolhe uma participação mais fraca dos portugueses é “apoiar pessoalmente uma associação de protecção do ambiente/ser membro de uma associação de defesa do ambiente”. De facto, a não adesão ao movimento associativo mais formal é um traço característico da população portuguesa, como já observado em numerosos estudos, e não só para o caso do ambiente. No entanto, destaca-se uma subida da participação dos portugueses como membros de associações de ambiente em 1995, embora a uma clara distância da média europeia.

A formalização da participação ambiental numa organização não é uma prática comum entre os portugueses. Mais facilmente se mobilizam, por exemplo, para acções locais de limpezas de praias ou florestas do que para a inscrição e mobilização através de associações ambientalistas. Em 2005 e 2010, os EB Especiais sobre ciência e tecnologia, mostram que os portugueses também aderem muito pouco a acções como “assinar petições ou juntar-se a manifestações sobre o nuclear, a biotecnologia ou o ambiente” (Figura 22).

**Fig. 22: Assinar petições ou juntar-se a manifestações sobre o nuclear, a biotecnologia ou o ambiente (Regularmente ou Ocasionalmente) (%)**



Fonte: Eurobarómetros EBS Ciência e Tecnologia 63.1 (2005) e 73.1 (2010)

Apesar de se registar valores mais baixos do que na média europeia, é interessante frisar que para Portugal há uma subida a registar entre 2005 e 2010, aproximando-se da EU, o que significa um crescente empenho cívico nas questões ambientais, associado a uma

geração mais formada e informada nestes temas.

### III. Informação e confiança nas fontes

A informação sobre questões ambientais é um dado indispensável para compreender as respectivas práticas e atitudes, ainda que nem sempre seja possível estabelecer entre estes dois termos uma “relação proporcional directa” (Casanova *et al* 2004: 361).

Na secção que se segue apresentam-se dados relativos à auto-percepção da informação sobre ambiente, as fontes de informação mais utilizadas e a confiança que nelas é depositada. Tal como noutras secções deste relatório, procura-se descrever os resultados mais recentes para Portugal e para a Europa, comparar a situação dos diferentes países europeus, traçar a evolução no período considerado e ainda compreender as clivagens internas que se verificam na população portuguesa.

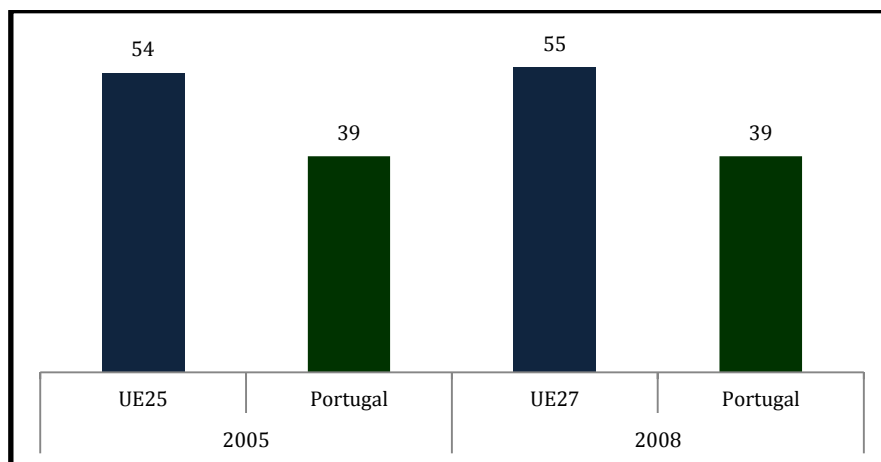
#### ***Nível de informação sobre ambiente***

No que respeita à auto-percepção do nível de informação que detêm, sobre

questões ambientais, os portugueses registam valores substancialmente abaixo da média europeia (Figura 1). Apesar da escassez de dados para fazer séries temporais longas (esta questão apenas foi incluída nos dois últimos inquéritos sobre ambiente do Eurobarómetro), verifica-se que este desfasamento tende a manter-se. Esta tendência é conforme aos resultados obtidos em estudos anteriores, como o inquérito “Os Portugueses e o Ambiente” (Nave e Fonseca 2004: 242).

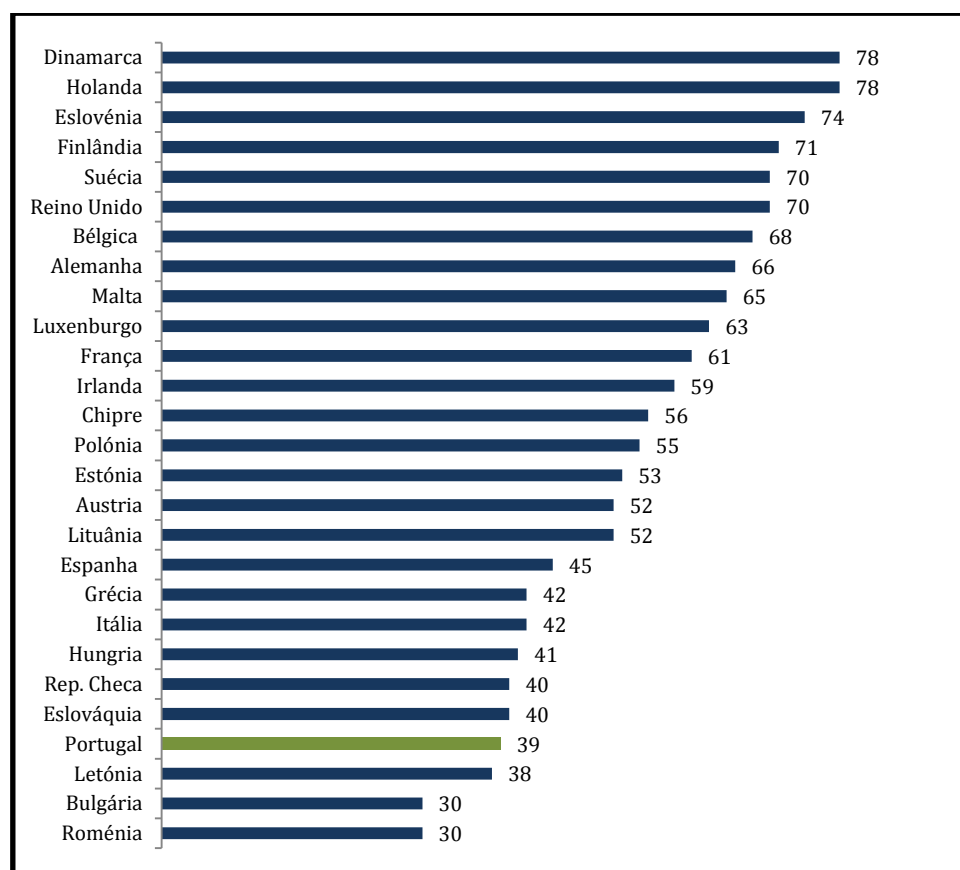
Analisando a variação segundo os países europeus (Fig. 2), constata-se que Portugal está de facto entre os países onde as populações se consideram menos bem informadas sobre questões ambientais, acima dos mais recentes aderentes à União Europeia (Roménia e Bulgária) mas ligeiramente abaixo dos congéneres do Sul e do Leste da Europa. No extremo oposto encontram-se países nórdicos e do Norte da Europa.

**Fig. 1: Cidadãos que se sentem bem ou muito bem informados sobre questões ambientais, na UE27 e em Portugal, 2005 e 2008 (%)**



Fonte: Eurobarómetro 66.2 (2005) e 68.2 (2008)

**Fig. 2: Cidadãos que se sentem bem ou muito bem informados sobre questões ambientais, por país da União Europeia, em 2008 (%)**

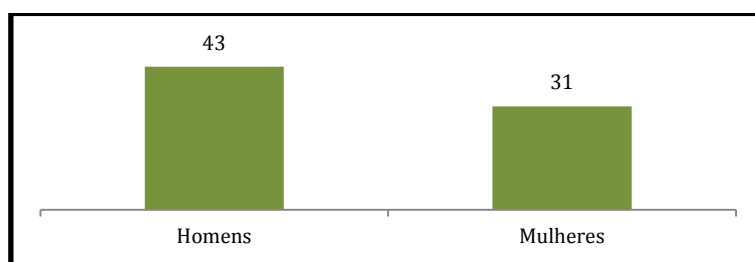


Fonte: Eurobarómetro 68.2 (2008)

Considerando agora as variações na percepção do nível de informação sobre questões ambientais segundo as características sociodemográficas em Portugal, verifica-se que são os homens

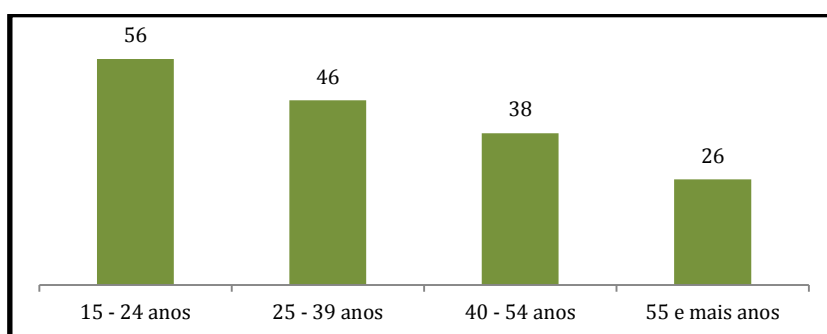
(Fig. 3), os mais jovens (Fig. 4) e os mais escolarizados (Fig. 5) que se consideram mais bem informados. Esta tendência encontra paralelo em estudos anteriores (Nave e Fonseca 2004: 244-245).

**Fig. 3: Cidadãos que se sentem bem ou muito bem informados sobre questões ambientais, por género em Portugal, em 2008 (%)**



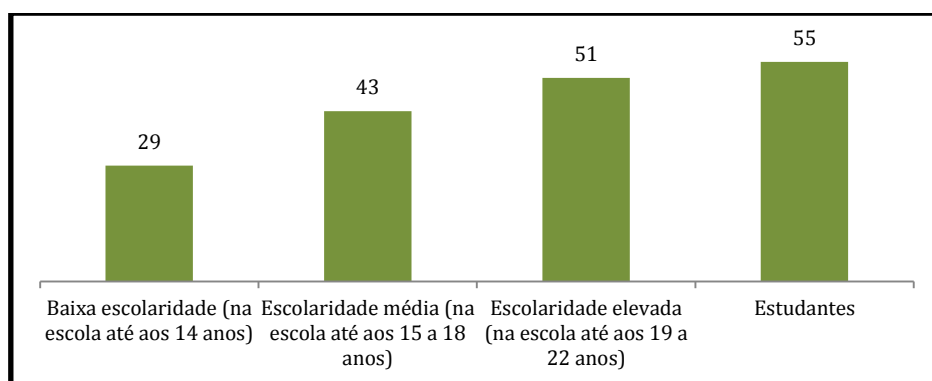
Fonte: Eurobarómetro 68.2 (2008)

**Fig. 4: Cidadãos que se sentem bem ou muito bem informados sobre questões ambientais, por escalão etário, em Portugal, em 2008 (%)**



Fonte: Eurobarómetro 68.2 (2008)

**Fig. 5: Cidadãos que se sentem bem ou muito bem informados sobre questões ambientais, por escolaridade (idade em que deixaram de estudar), em Portugal, em 2008 (%)**



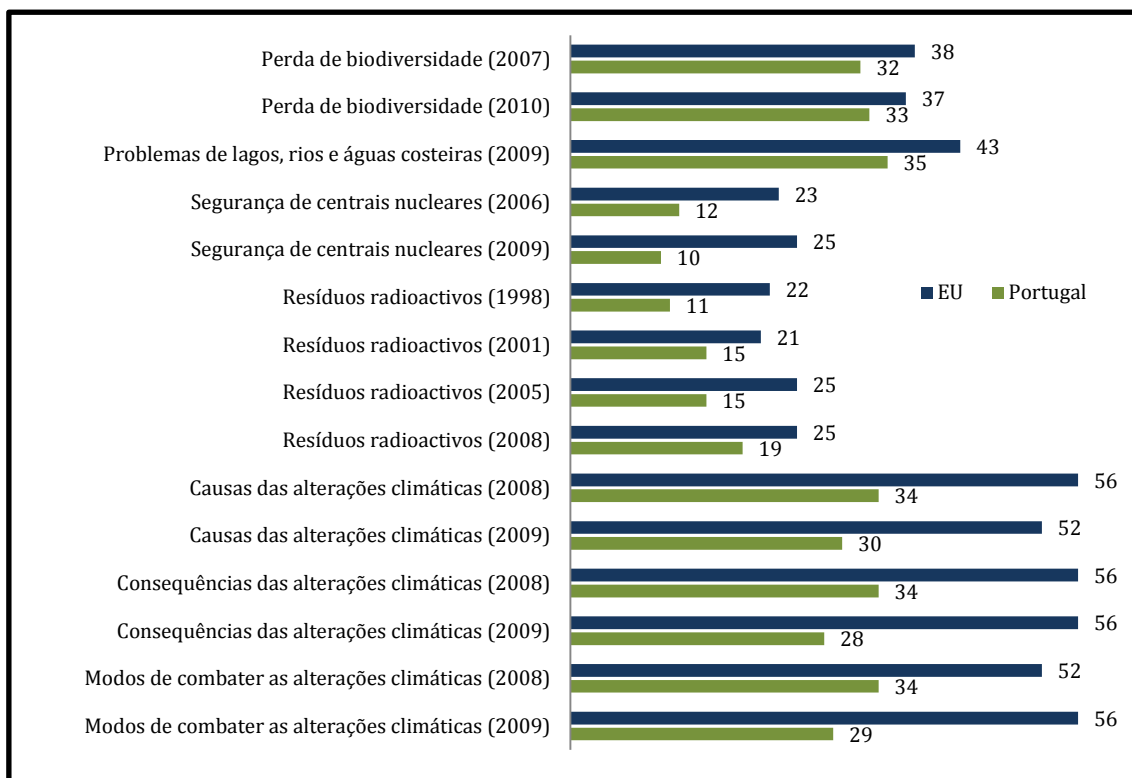
Fonte: Eurobarómetro 68.2 (2008)

Tendências semelhantes são encontradas noutros Eurobarómetros sobre problemas ambientais específicos (perda de biodiversidade, poluição de água doce, centrais nucleares, resíduos nucleares) (Fig. 6). Portugal regista sistematicamente valores abaixo da média europeia, que em alguns inquéritos ficam perto ou mesmo abaixo de metade dessa média (segurança das centrais nucleares, alterações climáticas). No caso da energia nuclear, tal poderá dever-se à ausência de centrais em Portugal, tornando-as um problema menos premente para a população. Já para as alterações climáticas, não há explicação evidente para um tão baixo nível de auto-avaliação da informação, a não ser, não só o seu âmbito global (mais distante das preocupações locais), como as incertezas e controvérsias científicas que têm ocorrido neste domínio. Nos casos em que questões semelhantes foram repetidas em várias operações de

inquérito (resíduos radioactivos, perda de biodiversidade), regista-se uma tendência para a subida dos níveis de informação, mas tal não aconteceu no que respeita ao tema da segurança de centrais nucleares, nem das alterações climáticas.

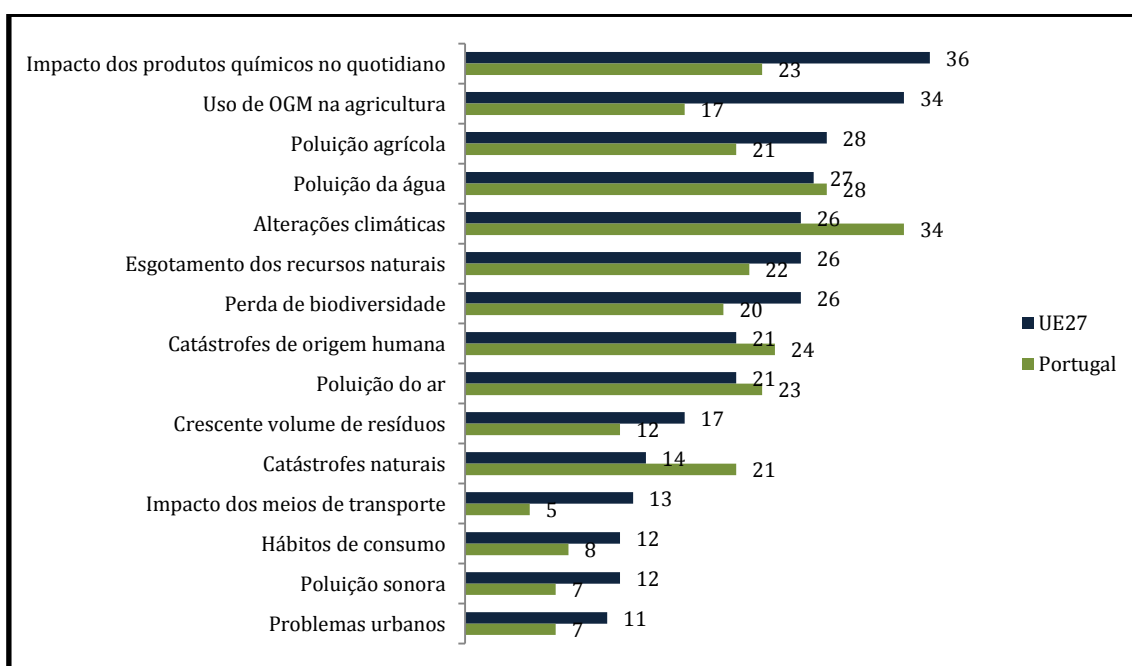
Tendo sido perguntado no último Eurobarómetro sobre ambiente, realizado em 2008, quais os problemas ambientais sobre os quais os cidadãos europeus sentiam faltam de informação (Fig. 7), constata-se que, paradoxalmente, as respostas dos portugueses são na maioria dos casos inferiores à média europeia. O inverso apenas se verifica no que respeita às alterações climáticas e catástrofes naturais (com uma diferença perto dos 10%) e, com menor distância, nas catástrofes antropogénicas, poluição da água e do ar – temas em que os portugueses revelam sentir mais falta de informação.

**Figura 6 Cidadãos que se sentem bem ou muito bem informados sobre problemas ambientais específicos, na UE27 e em Portugal (%)**



Fonte: Eurobarómetros Flash 219 (2007), Flash 290 (2010), Flash 261 (2009), 66.2 (2006), 72.2 (2009), 122 (1998), 56.2 (2001), 63.2 (2005), 69.1 (2008), 69.3 (2008) e 71.1 (2009).

**Fig. 7 Questões ambientais sobre as quais os cidadãos sentem falta de informação, na União Europeia e em Portugal, em 2008 (%)**

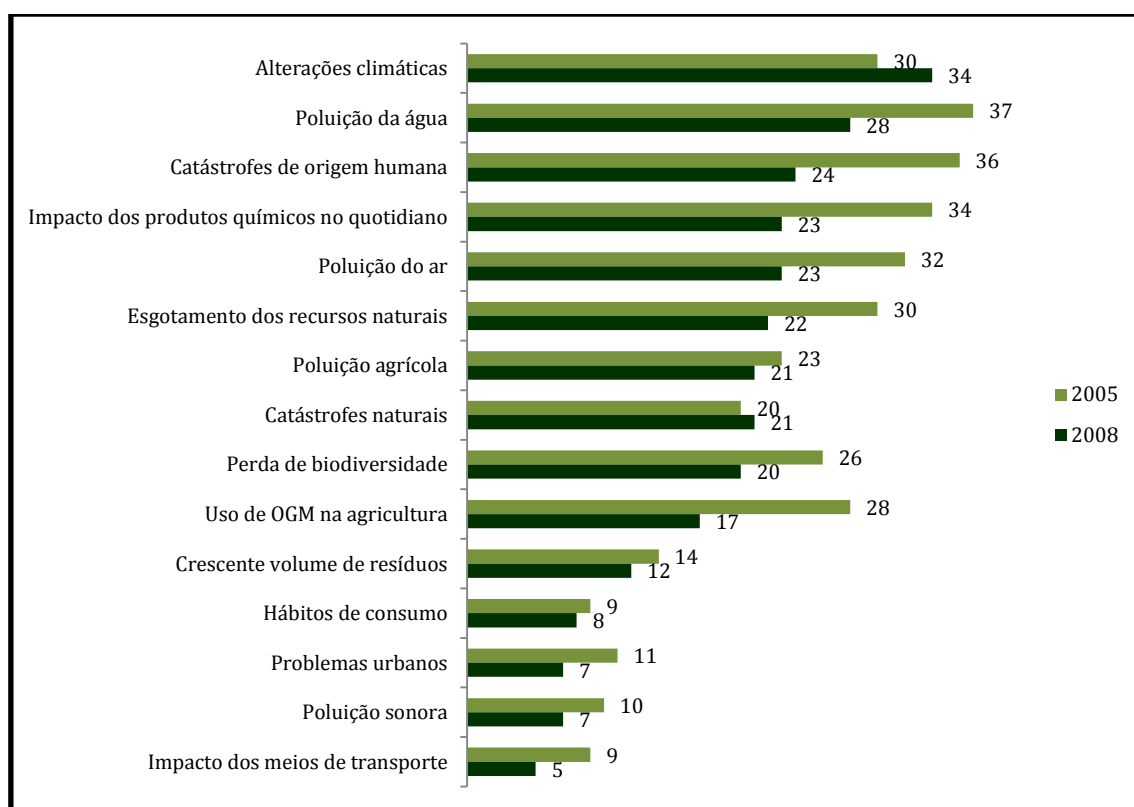


Fonte: Eurobarómetro 68.2 (2008); os inquiridos tinham de escolher no máximo 5 opções nesta lista

Ao examinar-se a variação nas respostas a esta questão, entre 2005 e 2008 (Fig. 8), verifica-se que a falta de informação declarada dos portugueses parece ter diminuído em todos os problemas

ambientais, excepto nas alterações climáticas, que, entretanto, se tornam um dos problemas que mais os preocupa, como vimos atrás.

**Fig. 8: Questões ambientais sobre as quais os cidadãos sentem falta de informação, em Portugal, em 2005 e 2008 (%)**



Fonte: Eurobarómetro 66.2 (2005) e 68.2 (2008); os inquiridos tinham de escolher no máximo 5 opções nesta lista

### **Fontes de informação sobre ambiente**

Considerando as fontes a partir das quais os europeus obtêm informação sobre questões ambientais (Figura 9), verifica-se que Portugal se distingue principalmente da média europeia de dois modos. Por um lado, verifica-se uma taxa mais elevada de recurso às notícias televisivas; por outro, taxas mais baixas

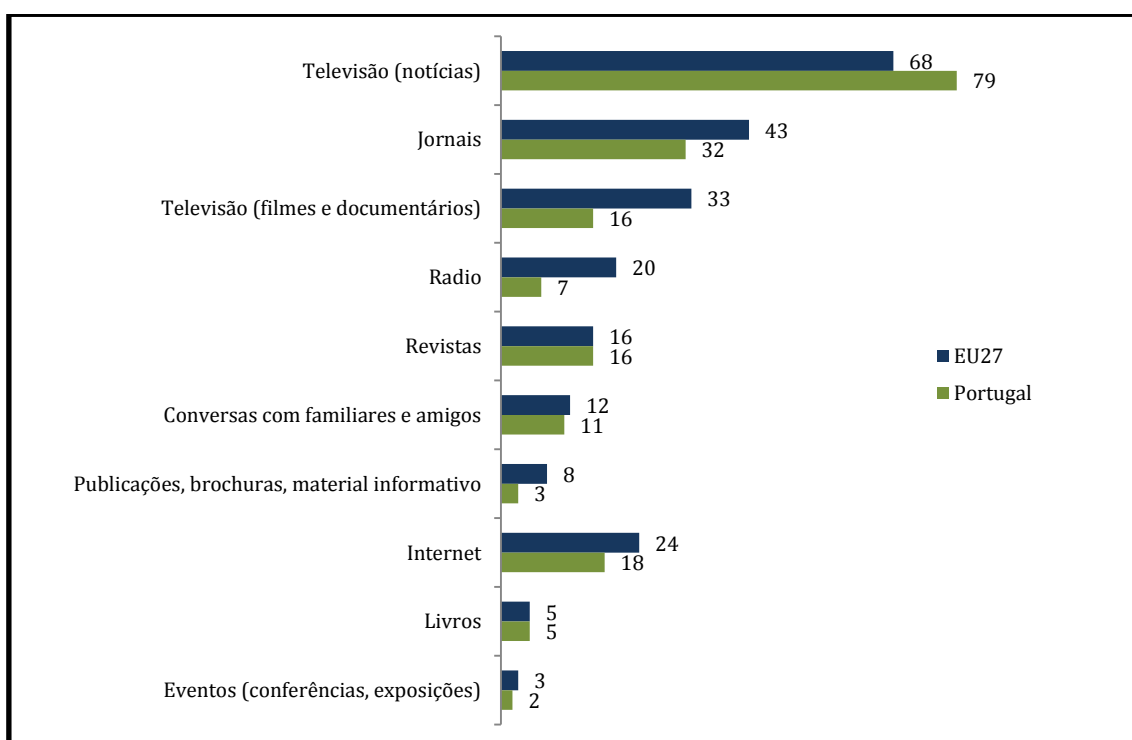
de uso de jornais, documentários e filmes na televisão, rádio, publicações e internet. Estes dados têm correspondência com as estatísticas conhecidas sobre o consumo de meios de comunicação social (cf. Obercom 2010) e com estudos anteriores, tanto de âmbito mais geral (como o inquérito Os Portugueses e o ambiente – Ferreira de Almeida 2004) como específicos sobre a



hegemonia televisiva nas questões ambientais (Schmidt 2003). Uma mesma tendência foi detectada quanto às práticas de contacto com informação científica (Costa *et al.* 2002: 62), onde também predomina uma forma de recepção de informação eminentemente

passiva (assistir a programas na televisão), por oposição à procura activa e deliberada, que exige esforço e concentração (leitura de livros e revistas de divulgação, participação em encontros científicos).

**Fig. 9: Fontes de informação sobre questões ambientais, na União Europeia e Portugal, em 2008 (%)**

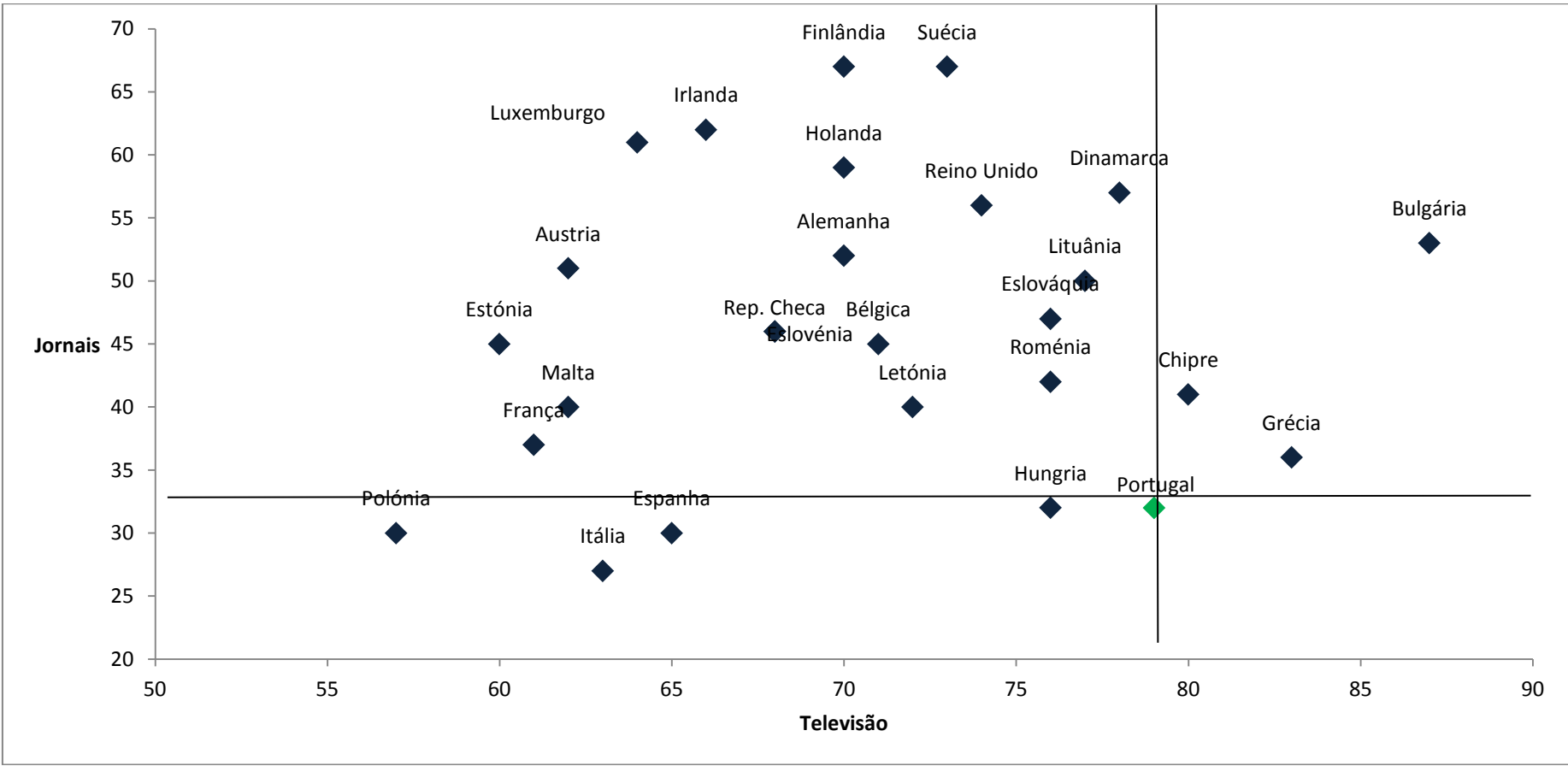


Fonte: Eurobarómetro 68.2 (2008); os inquiridos tinham de escolher no máximo 3 opções nesta lista

Comparando o uso das notícias televisivas e dos jornais nos diversos países europeus (Figura 10), constata-se que a recepção de informação ambiental através da imprensa escrita é preponderante nos países nórdicos e anglo-saxónicos e bastante mais baixa nos países do Sul da Europa. O consumo

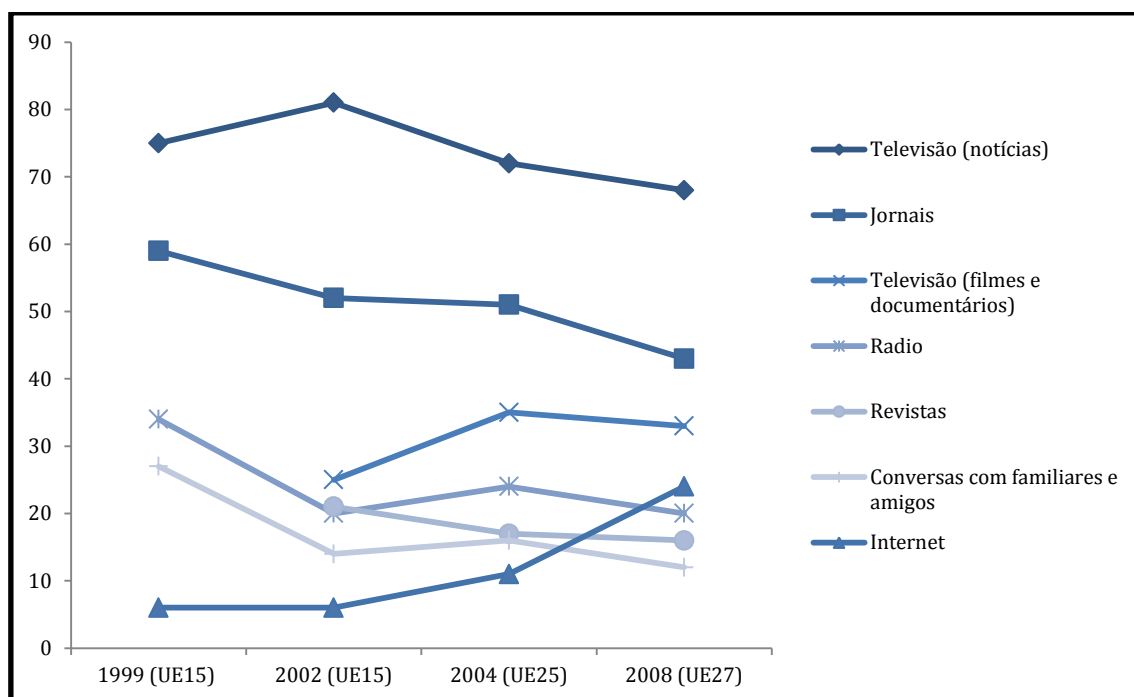
de notícias televisivas é mais elevado nos países de Leste, em Portugal e na Grécia.

Fig. 10: Fontes de informação (notícias na televisão e jornais) sobre questões ambientais, nos países da União Europeia, em 2008 (%)



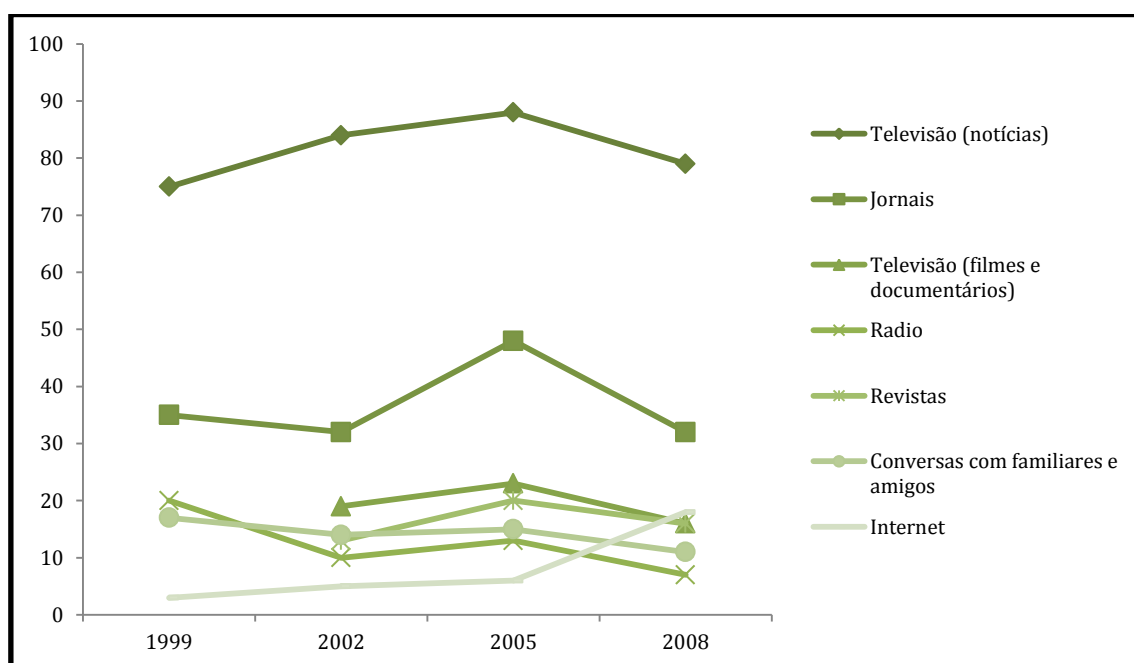
Fonte: Eurobarómetros 68.2 (2008)

**Fig. 11: Fontes de informação principais sobre questões ambientais, na União Europeia, entre 1999 e 2008 (%)**



Fonte: Eurobarómetros 51.1 (1999), 58.0 (2002), 62.1 (2005) e 68.2 (2008)

**Fig. 12: Fontes de informação principais sobre questões ambientais, em Portugal, entre 1999 e 2008 (%)**



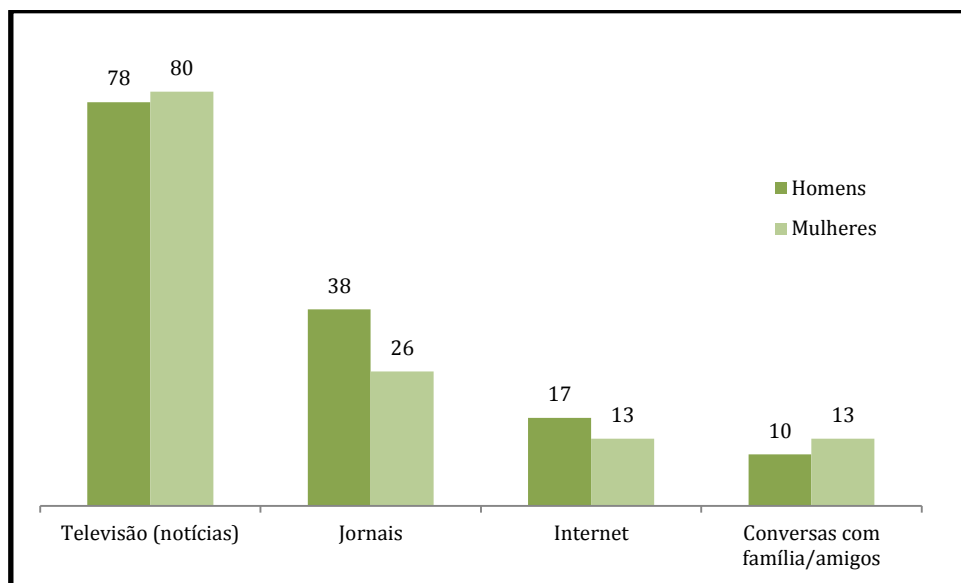
Fonte: Eurobarómetros 51.1 (1999), 58.0 (2002), 62.1 (2005) e 68.2 (2008)

No que respeita à evolução das principais fontes de informação ambiental na União Europeia entre 1999 e 2008 (Fig. 11), verifica-se a tendência de declínio dos noticiários televisivos e dos jornais, da rádio e das conversas com amigos, face ao crescimento acentuado do recurso à internet.

Já quanto a esta variação em Portugal (Fig. 12), constata-se que quase todas as fontes registaram um pico em 2005 (que

poderá talvez dever-se às controvérsias ambientais com grande projecção mediática, como a co-incineração) e que o recurso à rádio e às conversas com familiares e amigos apresenta uma trajectória descendente. Ao inverso, o uso da internet tem crescido assinalavelmente ao longo destes anos, o que é conforme aos dados estatísticos gerais existentes (cf. Obercom 2010).

**Fig. 13: Fontes de informação principais sobre questões ambientais, por género, em Portugal, em 2008 (%)**



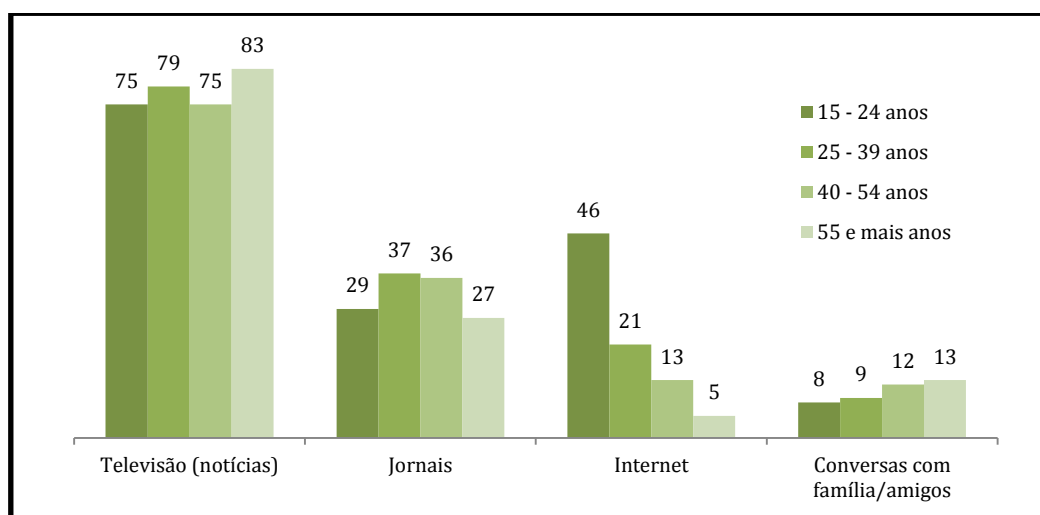
Fonte: Eurobarómetro 68.2 (2008)

Verificam-se ainda diferenças segundo as características sociodemográficas no uso das fontes de informação sobre ambiente. Enquanto os homens tendem a recorrer mais aos jornais e internet, as mulheres socorrem-se, numa proporção ligeiramente superior, dos noticiários televisivos e das conversas com familiares e amigos (Figura 13). Os mais

velhos fazem um uso mais frequente da televisão (notícias) e das conversas com amigos e os mais jovens da internet, enquanto os escalões etários intermédios têm uma maior proporção de leitores da imprensa escrita (Figura 14). Por fim, a escolaridade tem uma relação inversa com o recurso aos noticiários na

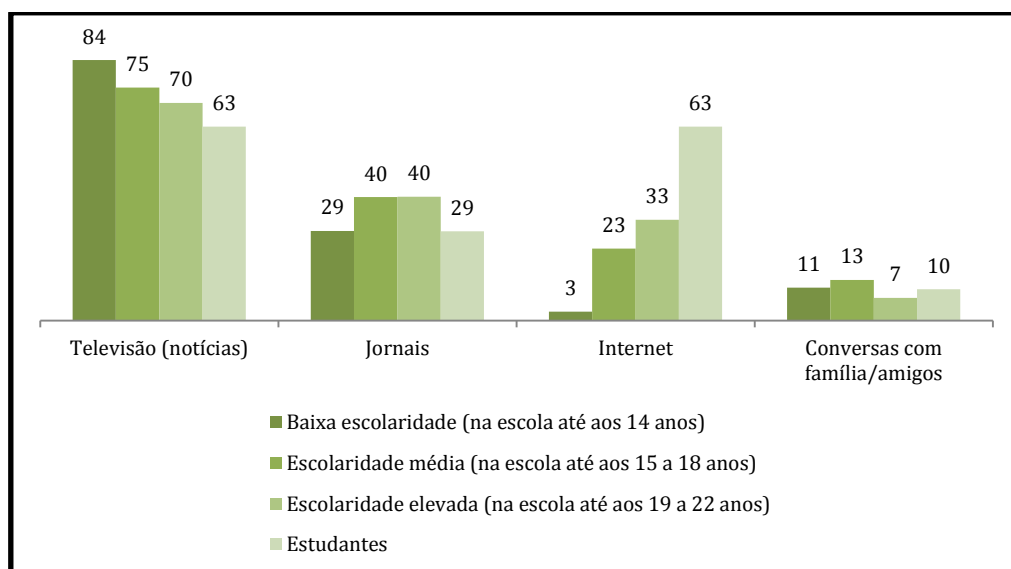
televisão e uma associação positiva à consulta da internet (Figura 15).

**Fig. 14: Fontes de informação principais sobre questões ambientais, por escalões etários, em Portugal, em 2008 (%)**



Fonte: Eurobarómetro 68.2 (2008)

**Fig. 15: Fontes de informação principais sobre questões ambientais, por escolaridade (idade em que deixaram de estudar), em Portugal, em 2008 (%)**

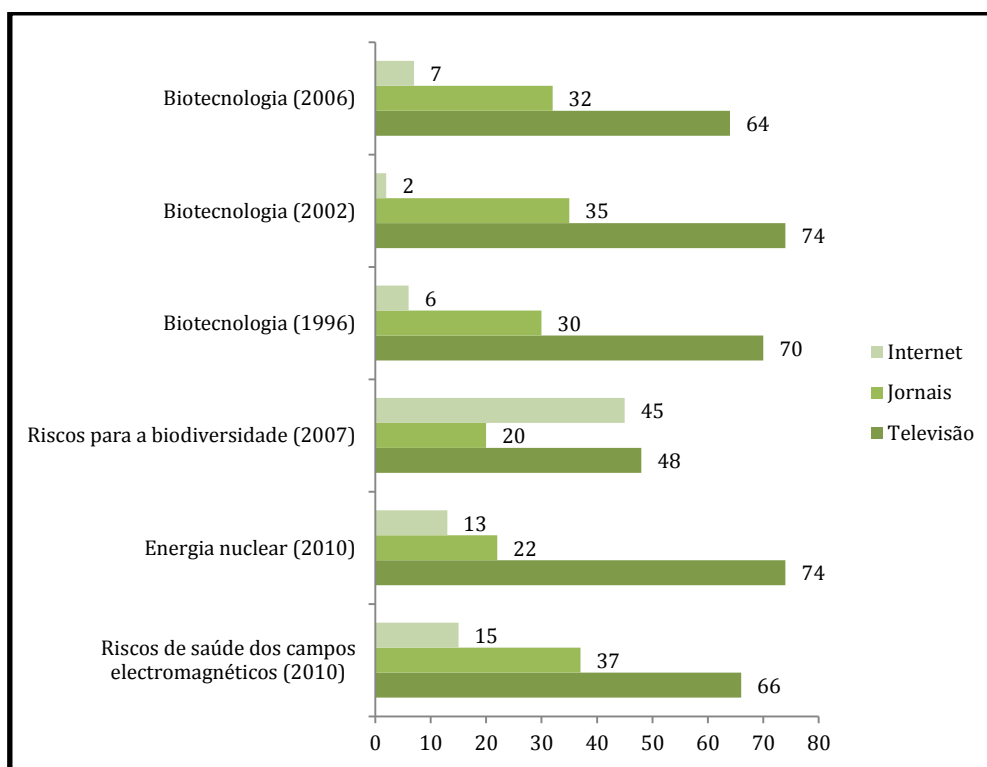


Fonte: Eurobarómetro 68.2 (2008)

Quando se examinam as respostas dos portugueses sobre fontes de informação em Eurobarómetros sobre problemas ambientais específicos (Figura 16), o

mesmo padrão emerge: o predomínio da televisão, o baixo uso de jornais e a importância ainda menor (mas crescente) da internet.

**Fig. 16: Fontes de informação principais sobre questões ambientais específicas, em Portugal (%)**



Fonte: Eurobarómetros 73.3 (2010), 72.2 (2010), Flash 219 (2007), 46.1 (1996); 58.0 (2002) e 64.3 (2006)

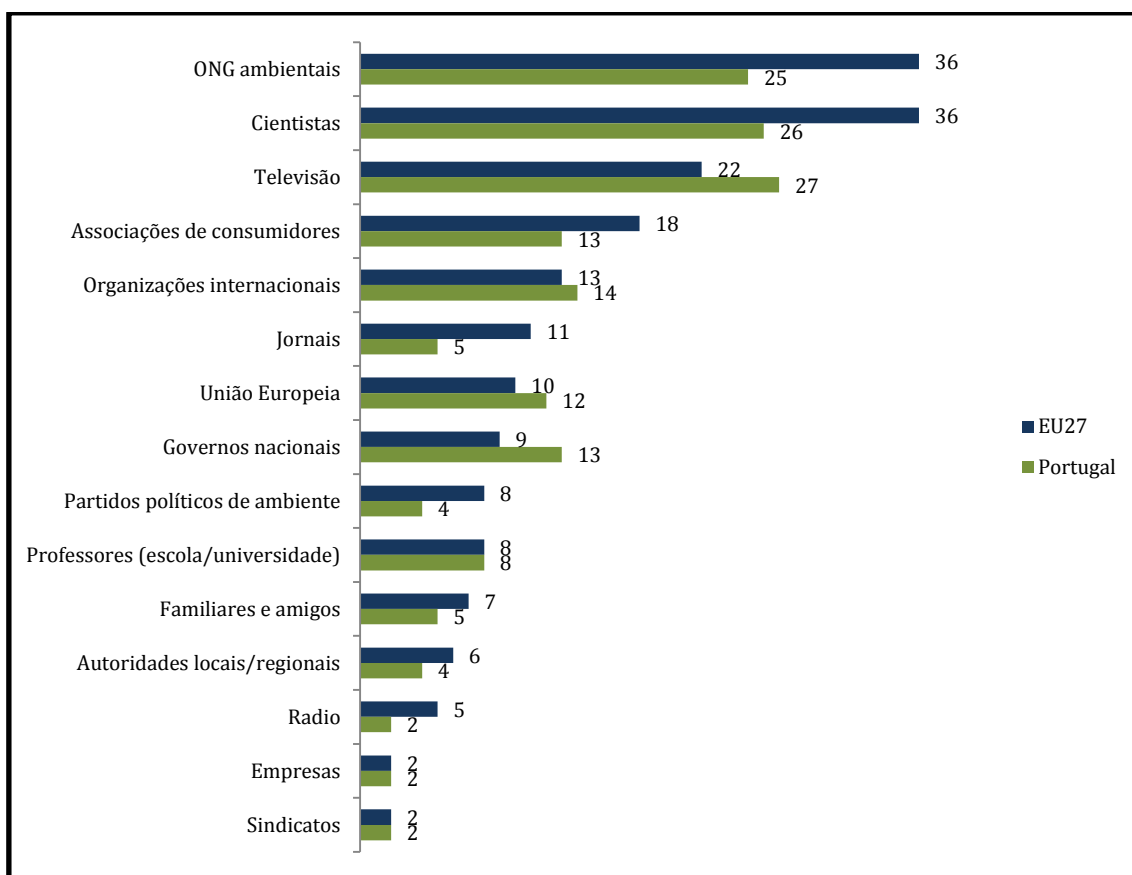
### ***Confiança nas fontes de informação***

Para além de identificar as fontes de informação ambiental mais usadas, é essencial medir a confiança que os cidadãos têm na origem dessa informação. Como tal, vários Eurobarómetros têm incluído questões sobre este aspecto.

Os dados mais recentes indicam que se, entre Portugal e a média europeia, as fontes em que se deposita mais confiança não diferem muito (ONG ambientais,

cientistas, televisão), já os níveis de confiança dos portugueses estão geralmente bem abaixo da média (Fig. 17). Por outro lado, uma tendência inversa (maior confiança por parte dos cidadãos nacionais) regista-se no caso da televisão, da União Europeia e nos governos nacionais. Entre as entidades que despertam menos confiança encontram-se as empresas e os sindicatos.

**Fig. 17: Fontes de informação sobre questões ambientais em que os inquiridos mais confiam, na União Europeia e em Portugal, em 2008 (%)**



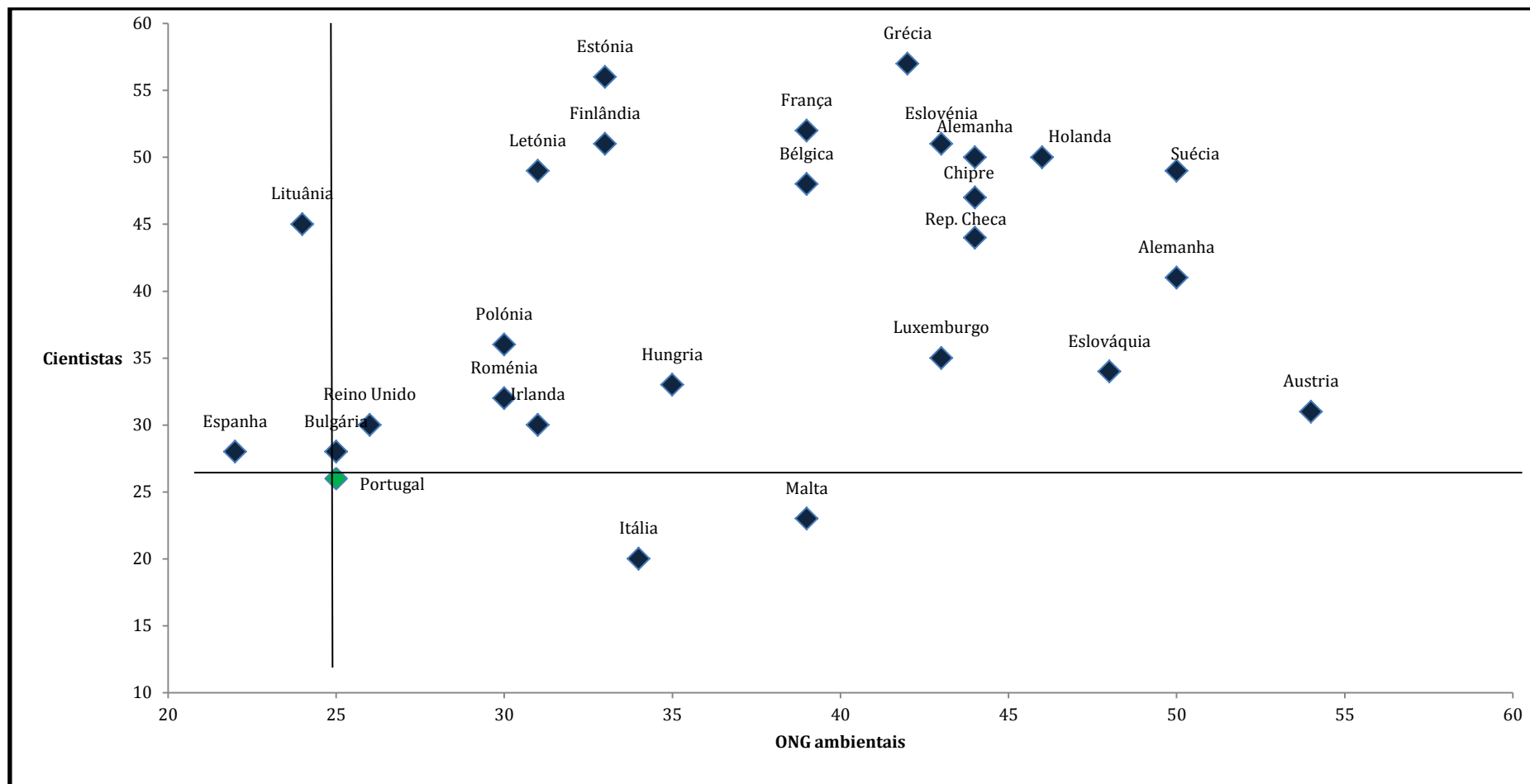
Fonte: Eurobarómetro 68.2 (2008)

Examinando agora as diferenças por país quanto às duas fontes de informação mais confiáveis (Fig. 18), constata-se que a Europa do Sul (excepto Grécia) revela taxas de confiança mais baixas em ambas as fontes, que os países em torno do Báltico demonstram elevada confiança nos cientistas, mas baixa nas ONG ambientais, e que os países da Europa do Norte e central registam níveis de confiança mais elevados.

Comparando os níveis de confiança na União Europeia e nos governos nacionais

(Fig. 19), constata-se que o grupo de países que mais confiança revela em ambas as fontes são os mais recentes aderentes, que os países nórdicos (à excepção da Suécia) demonstram bem mais confiança nos governos nacionais que na EU, e que as taxas de confiança mais baixas se encontram na Europa do Norte e Centro, demarcando-se Portugal dos seus congéneres do Sul (Espanha e França), com uma posição intermédia.

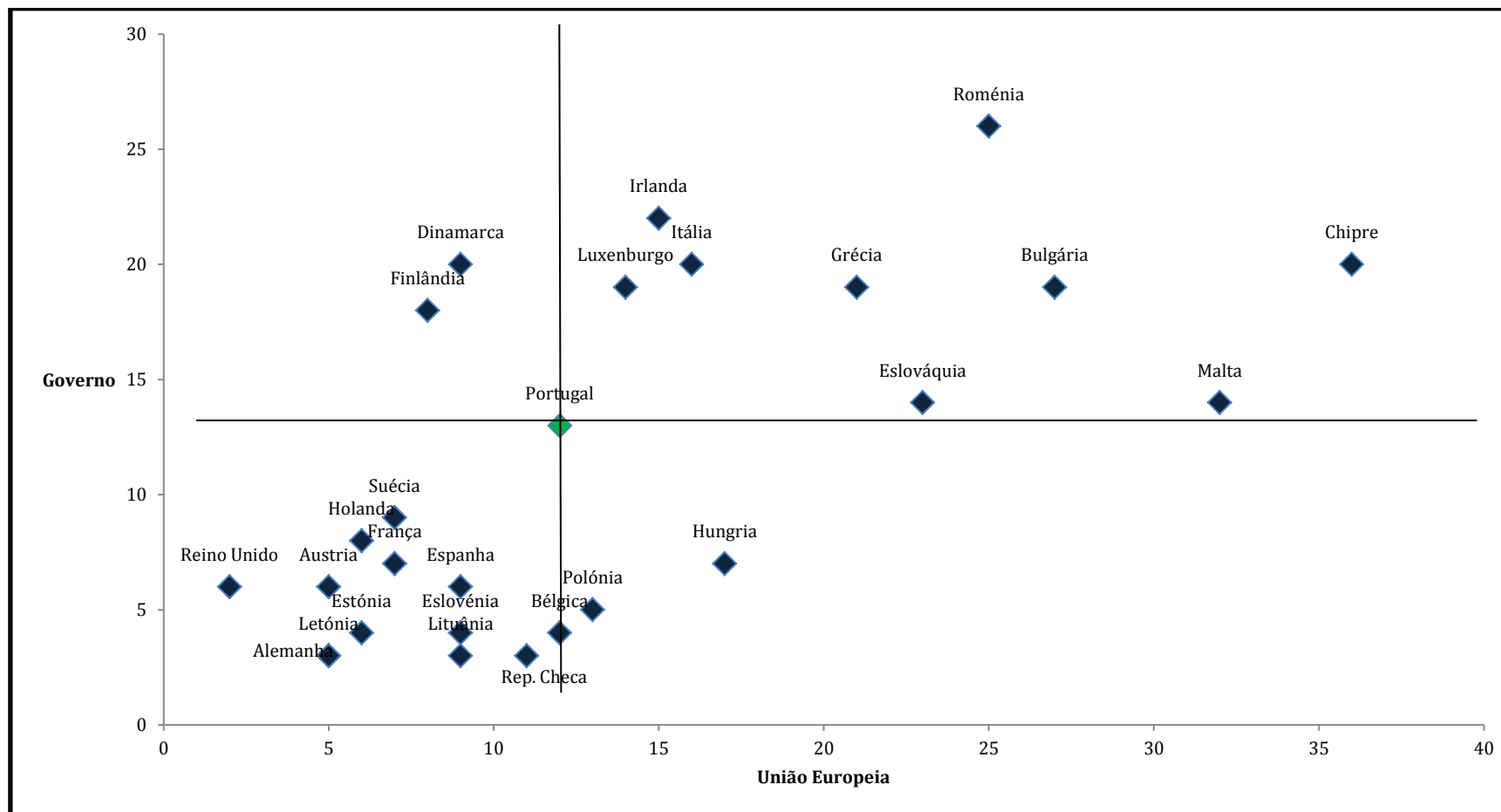
**Fig. 18: Fontes de informação (ONG ambientais e cientistas) sobre questões ambientais em que os inquiridos mais confiam, nos países da União Europeia, em 2008 (%)**



Fonte: Eurobarómetro 68.2 (2008)

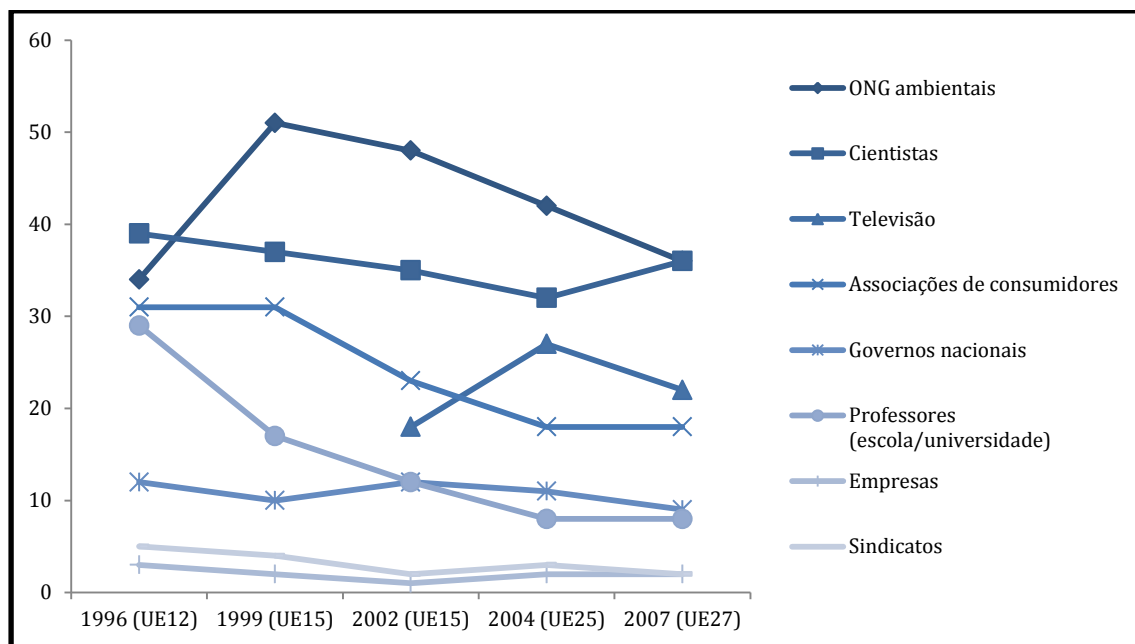


**Fig. 19: Fontes de informação (União Europeia e governos nacionais) sobre questões ambientais em que os inquiridos mais confiam, nos países da União Europeia, em 2008 (%)**



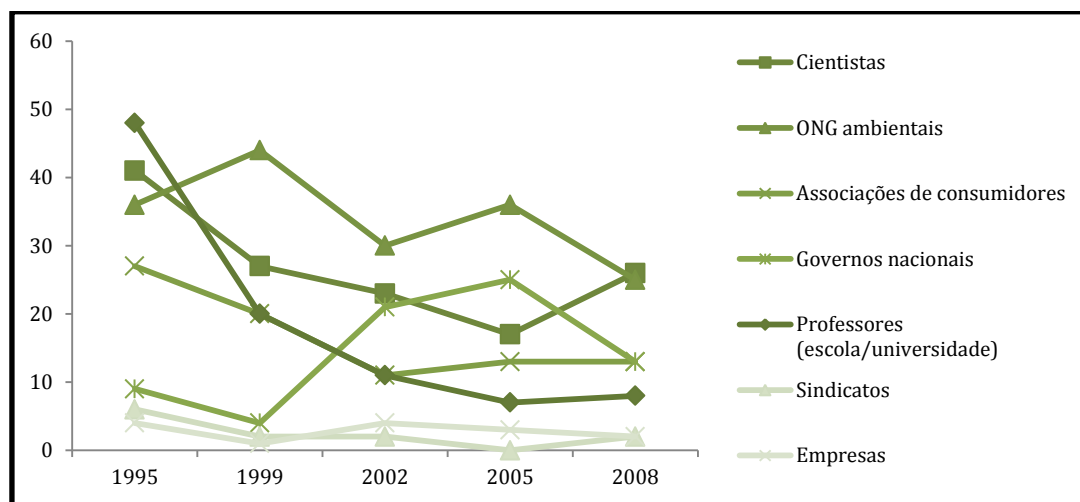
Fonte: Eurobarómetro 68.2 (2008)

**Fig. 20: Fontes de informação sobre questões ambientais em que os inquiridos mais confiam, na União Europeia, entre 1996 e 2008 (%)**



Fonte: Eurobarómetros 43.1 (1995), 51.1 (1999), 58.0 (2002), 62.1 (2005), e 68.2 (2007)

**Fig. 21: Fontes de informação sobre questões ambientais em que os inquiridos mais confiam, em Portugal, entre 1996 e 2008 (%)**



Fonte: Eurobarómetros 43.1 (1995), 51.1 (1999), 58.0 (2002), 62.1 (2005), e 68.2 (2007)

Considerando a evolução desde os anos 90 na Europa (Figura 20), olhando apenas as fontes de informação que se têm repetido nos inquéritos, verifica-se um declínio na confiança demonstrada

em quase todas as fontes, que é mais acentuada no caso das ONG ambientais, nos governos e nos professores. A tendência de decréscimo da confiança nos cientistas foi contrariada nos últimos anos de que há dados disponíveis, a que

não será alheio o investimento na ciência na Europa nos últimos anos.

No que respeita a mudanças ao longo do tempo em Portugal (Fig. 21), verifica-se igualmente a tendência de declínio da confiança nos professores, ONG ambientais e de consumidores, e uma subida na confiança depositada no governo, enquanto sindicatos e empresas mantêm níveis sistematicamente baixos e com tendência à descida.

Quanto aos cientistas, depois de uma década de ligeiro decréscimo de confiança, regista-se uma recuperação no último ponto temporal, a que estará associado o substancial esforço de divulgação da ciência que se faz em Portugal dos últimos anos<sup>6</sup>. Há também que considerar que os cientistas se têm tornado figuras mais conhecidas do público, com uma presença mais assídua nos noticiários televisivos (Schmidt 2008: 101), por vezes mesmo em representação de ONG ambientais. E ao contrário do que sucede noutros países, a cobertura mediática da ciência (por exemplo, no caso das alterações climáticas analisado por Ramos e Carvalho 2008), tende a representar mais o consenso e a solidez do

conhecimento científico que as divergências e incertezas.

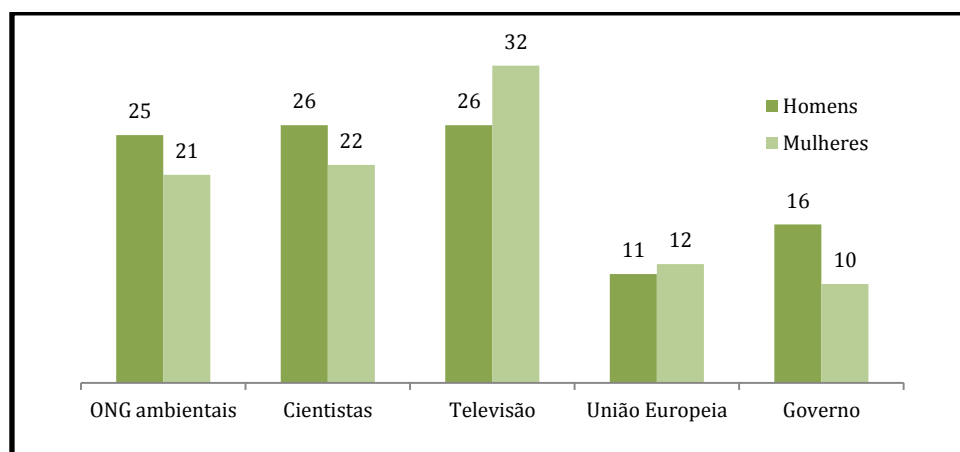
Considerando as variações por características sociodemográficas, verifica-se que os homens tendem a revelar maior confiança na informação veiculada pelas ONG, cientistas e governo, e as mulheres pela televisão (Figura 22). A confiança aumenta com a idade no caso da televisão, enquanto os mais jovens conferem maior peso à informação disseminada pelas ONG, cientistas e União Europeia (Figura 23). Paralelamente, os cientistas suscitam maior confiança nos que ainda se encontram a estudar e a televisão nos menos escolarizados (Figura 24). Estas tendências estão associadas ao forte papel que a escola desempenha não só na educação e literacia científica<sup>7</sup>, mas também ambiental<sup>8</sup>, sendo mais comum os mais jovens reconhecerem o papel dos cientistas nas ONG ambientais.

<sup>7</sup> Vide, por exemplo, o papel dos projectos de ensino experimental nas escolas, promovidos pela Agência Ciência Viva desde meados dos anos 90 (Costa *et al* 2005), mas também as mudanças legislativas no ensino básico e secundário nesta área nos últimos anos (formação de professores, disponibilização de recursos didácticos, construção e equipamento de laboratórios).

<sup>8</sup> Atente-se ao recenseamento e análise dos projectos de educação ambiental nas escolas e em organizações não escolares, efectuado por Schmidt *et al* (2010).

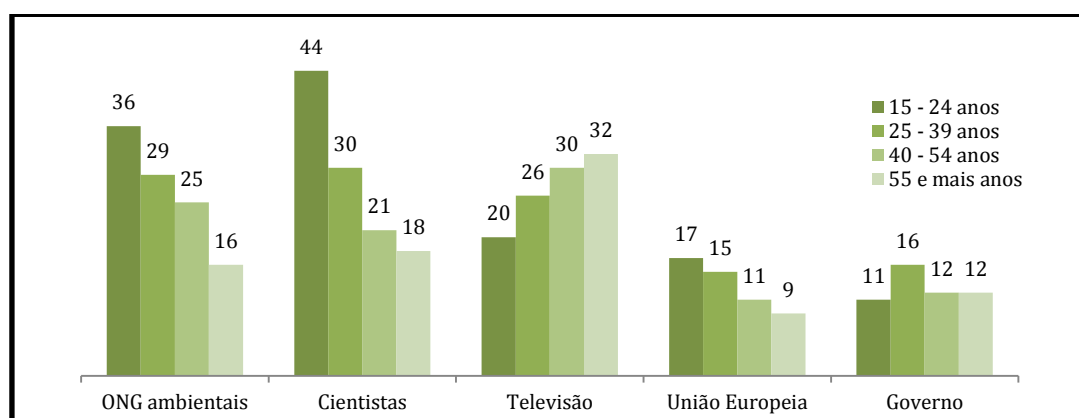
<sup>6</sup> Patente na multiplicação de actividades de promoção da cultura científica (cf. Costa *et al* 2005, Delicado, 2006), mas também na crescente cobertura mediática da ciência (Mendes 2003, Fonseca e Gonçalves 2009).

**Fig. 22: Principais fontes de informação sobre questões ambientais em que os inquiridos mais confiam, por género, em Portugal, em 2008 (%)**



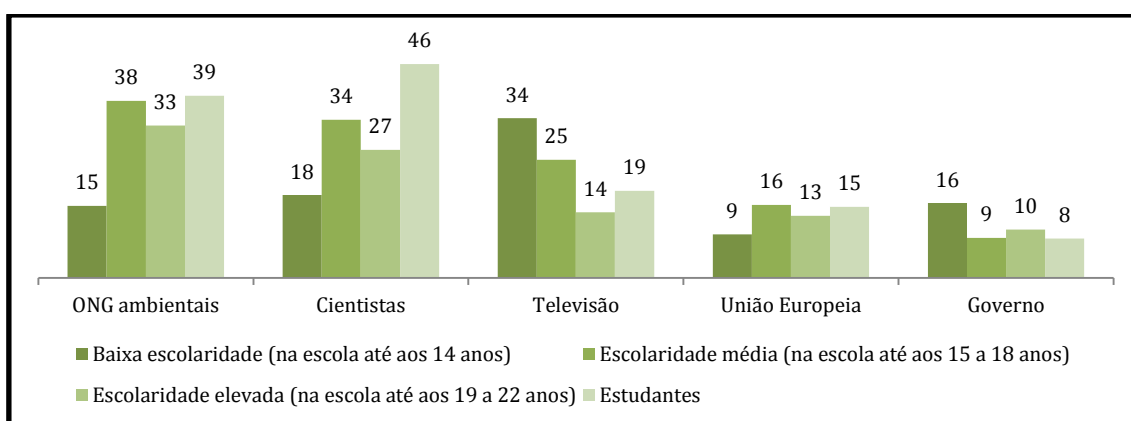
Fonte: Eurobarómetro 68.2 (2008)

**Fig. 23: Principais fontes de informação sobre questões ambientais em que os inquiridos mais confiam, por escalões etários, em Portugal, em 2008 (%)**



Fonte: Eurobarómetro 68.2 (2008)

**Fig. 24: Principais fontes de informação sobre questões ambientais em que os inquiridos mais confiam, por escolaridade (idade em que deixaram de estudar) em Portugal em 2008 (%)**

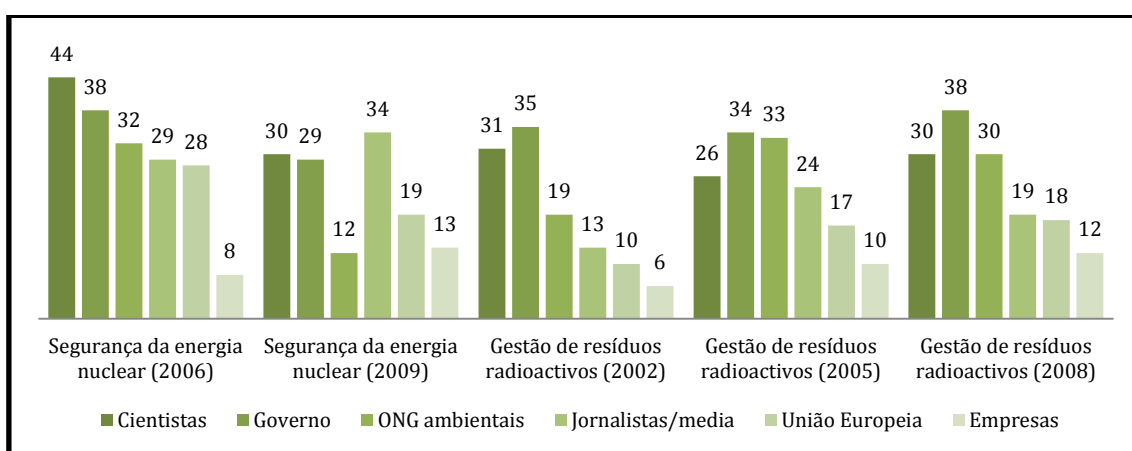


Fonte: Eurobarómetro 68.2 (2008)

Examinando os Eurobarómetros sobre problemas ambientais específicos, questões muito semelhantes são encontradas. A título de exemplo, no que se refere à energia nuclear (centrais e gestão de resíduos), verifica-se que maior confiança é depositada nos cientistas e governo e muito menos nas

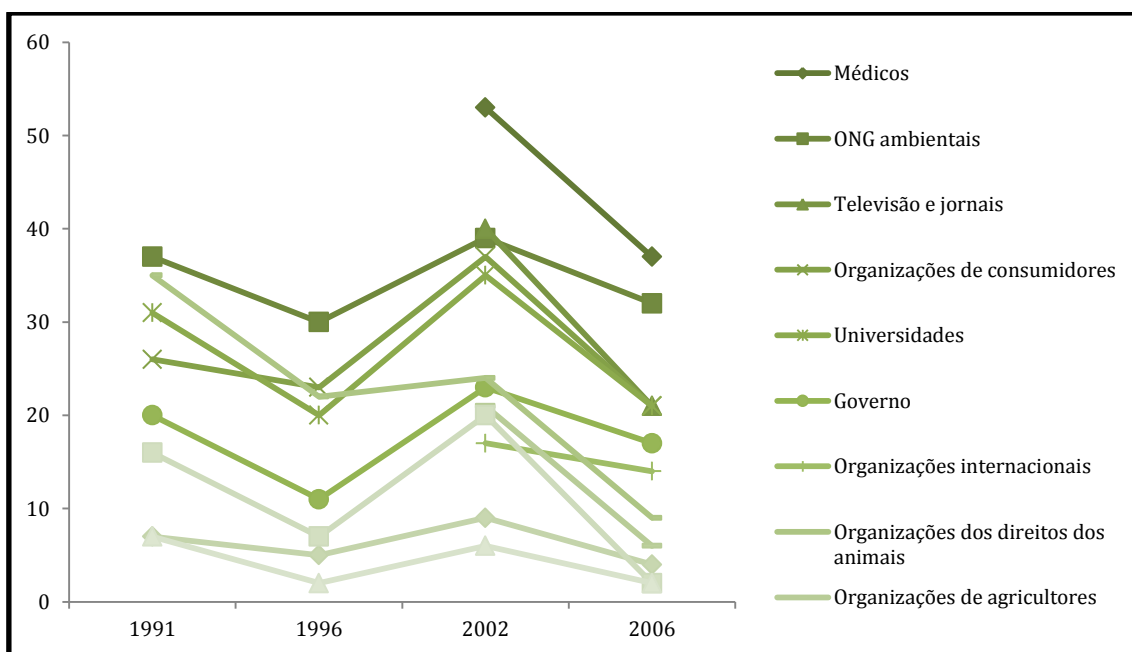
empresas (Figura 25). Já sobre biotecnologia, os portugueses confiam principalmente nos médicos e ONG ambientais e muito menos nos partidos políticos, organizações religiosas em empresas (Figura 26). Porém, a tendência geral é de decréscimo dos níveis de confiança.

**Fig. 25: Confiança nas fontes de informação sobre energia nuclear em Portugal (%)**



Fonte: Eurobarómetros 66.2 (2006), 72.2 (2009), 56.2 (2002), 63.1 (2006) e 69.1 (2008)

**Fig. 26: Confiança nas fontes de informação sobre biotecnologia em Portugal (%)**



Fonte: Eurobarómetros 35.1 (1991), 46.1 (1996), 58.0 (2002) e 64.3 (2006)

#### **IV. Políticas: Escala preferencial para a Governação das Questões Ambientais**

Para o estudo da percepção sobre a escala política mais adequada para a resolução dos problemas ambientais, foram analisadas as respostas a uma pergunta que ocorre regularmente nos inquéritos do Eurobarómetro, desde que a questão foi introduzida em 1990.

A formulação da pergunta não sofre praticamente variação nas duas décadas: “Algumas pessoas acreditam que certas áreas das políticas devem ser decididas pelo Governo de (PAÍS), enquanto outras áreas das políticas devem ser decididas em conjunto na Comunidade Europeia. Quais das seguintes áreas das políticas acha que deve ser decidida pelo Governo de (PAÍS), e quais acha que devem ser decididas em conjunto na União Europeia?”

As áreas de políticas que são oferecidas como opção de resposta sofrem variações ao longo dos anos; no entanto, a opção “protecção do ambiente” ocorre sempre, proporcionando assim, como base de análise, uma bastante completa série de 27 inquéritos.

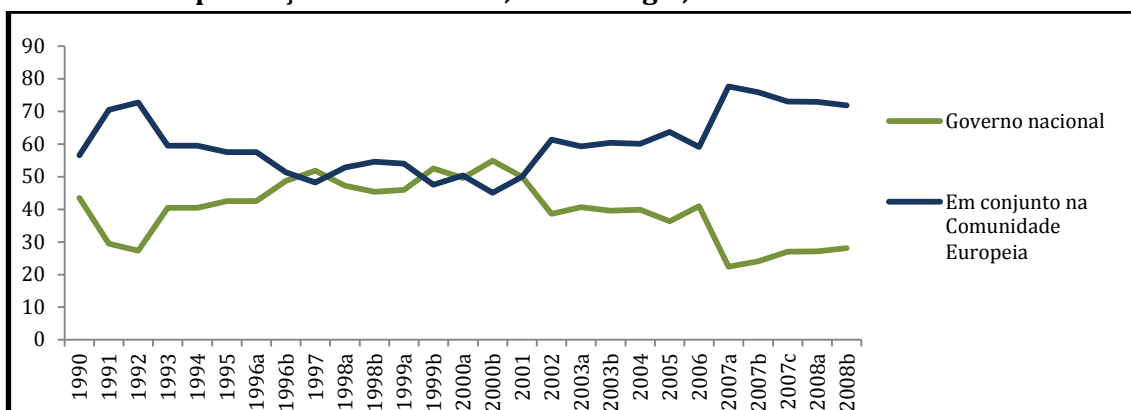
A percepção sobre qual a escala mais indicada para uma mais efectiva governação política das questões ambientais – entre escala e

protagonistas nacionais ou europeus – envolve pelo menos duas componentes principais de influência. Por um lado, a percepção das escalas mais relevantes no impacto das questões ambientais – questões ambientais que, por sua vez, se têm alterado ou eventualmente amadurecido ao longo destes 25 anos. Por outro lado, a percepção da qualidade e efectividade de cada uma das duas diferentes escalas de acção política – o que, por sua vez, é influenciado por condições estruturantes de evolução, mas também por elementos e actores de conjuntura, notavelmente a nível nacional.

Numa primeira apreciação das percepções dos inquiridos, ressalta uma preferência pela decisão conjunta entre as instituições nacionais e as instâncias europeias.

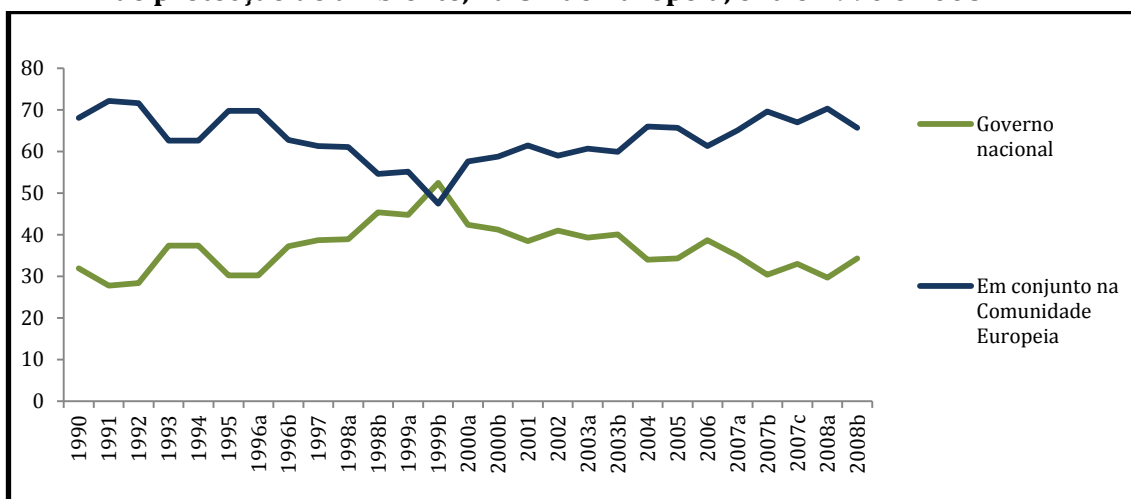
Regista-se no entanto um período, entre a segunda metade da década de 90 e os primeiros anos da década de 2000 (entre 1996 e 2001), em que se reforça uma abordagem sobretudo nacional. Esta tendência verificada em Portugal, mostra-se relativamente similar – mas em menor regularidade – às curvas das médias europeias, e notavelmente no ano de 1999, único ano onde as médias Europeias registam a escala nacional como preferente na acção política sobre as questões ambientais.

**Fig. 1: Percepção sobre a escala mais indicada para decisão ao nível das políticas de protecção do ambiente, em Portugal, entre 1990 e 2008**



Fonte: Eurobarómetro, 30, 34, 35, 37, 41, 44, 45.1, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54.1, 56.2, 57.1, 58.1, 60.1, 62, 64.2, 66.1, 67.2, 68.1, 68.2, publicados entre 1990 e 2008

**Fig. 2: Percepção sobre a escala mais indicada para decisão ao nível das políticas de protecção do ambiente, na União Europeia, entre 1990 e 2008**

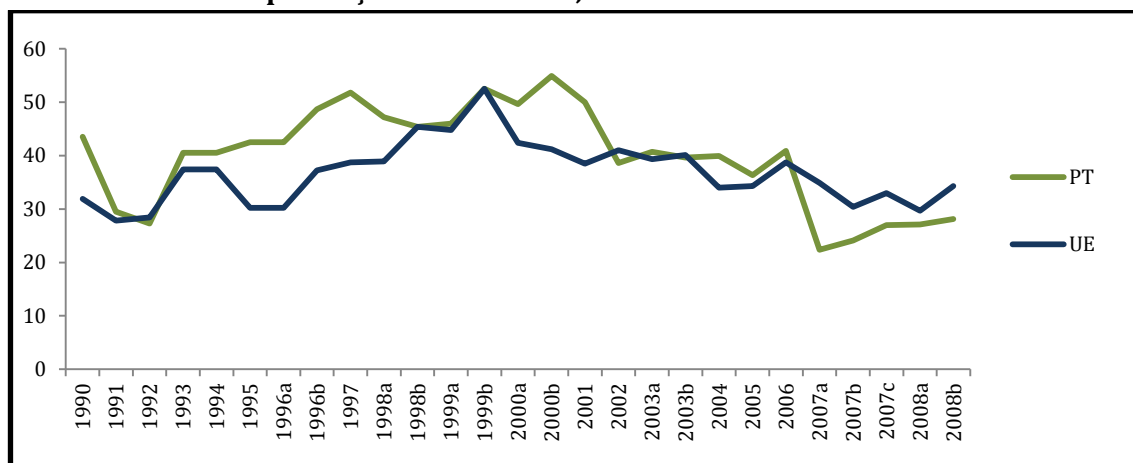


Fonte: Eurobarómetro, 30, 34, 35, 37, 41, 44, 45.1, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54.1, 56.2, 57.1, 58.1, 60.1, 62, 64.2, 66.1, 67.2, 68.1, 68.2, publicados entre 1990 e 2008

Esta irregularidade de preferência, para Portugal, pode ser vista como consideravelmente paradoxal, dado ter sido por influência da União Europeia que se efectuou muito do progresso ambiental no país, desde logo no plano legislativo, e justamente entre as décadas de 1990 e 2000. Este maior relevo da escala

nacional, no período em apreço, dever-se-á a elementos de carácter semi-conjuntural da política nacional na área do ambiente, onde esta, nos períodos de 1996 a 2000, deteve uma projecção social considerável, devido a dossiers e actores políticos de relevante mediatização.

**Fig. 3: Comparação entre Portugal e a média da UE, quanto à preferência pelo nacional como escala mais indicada para decisão ao nível das políticas de protecção do ambiente, entre 1990 e 2008**

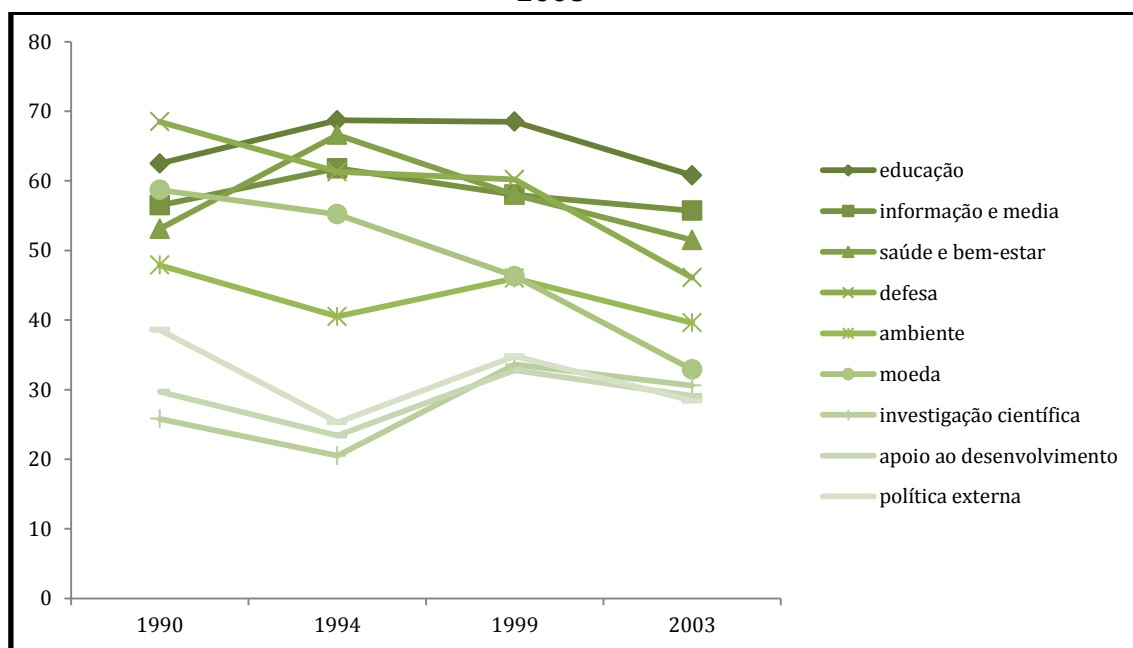


Fonte: Eurobarómetro, 30, 34, 35, 37, 41, 44, 45.1, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54.1, 56.2, 57.1, 58.1, 60.1, 62, 64.2, 66.1, 67.2, 68.1, 68.2, publicados entre 1990 e 2008

Analisando de forma simultânea outras áreas e sectores de regulação política, ressalta que a preferência

pela escala nacional tende, no geral, a ceder à preferência para a escala europeia de tomada de decisão.

**Fig. 4: Comparação da preferência pela escala nacional, em Portugal, como escala mais indicada para decisão ao nível de diversas políticas, entre 1990 e 2008**



Fonte: Eurobarómetro, 30, 1990, 41, 1994, 51, 1999, 60.1, 2003.



A tendência de preferência por políticas concertadas com as instituições europeias regista-se em dimensões onde, justamente, se conjugam as dificuldades de acção meramente nacional, com as perspectivas de actuação de âmbito mais amplo. Tal efeito é manifestamente visível, não só na protecção do ambiente, mas sobretudo nas políticas monetárias e nas políticas de defesa e segurança. Esta preferência sofre uma considerável variação, em menos de 15 anos, favorável à decisão em conjunto com as instâncias europeias.

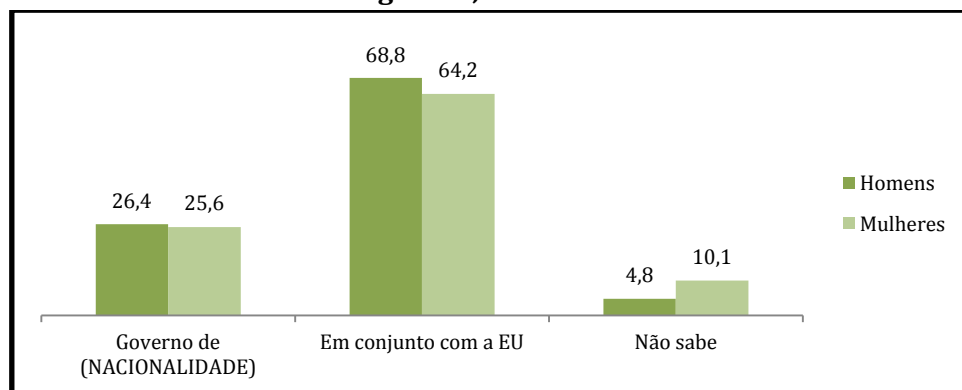
Os resultados dos inquéritos do Eurobarómetro realizados entre 1990 e 2003 confirmam ainda uma consolidada preferência pela actuação política de escala europeia para áreas como a política externa, a cooperação, a ciência e tecnologia. E, por outro lado, uma preferência de decisão nacional para áreas como a educação, os media, a

saúde e a segurança social. Não obstante, o panorama global, em todas as diferentes áreas inquiridas, mostra ser o de uma crescente tendência para a um posicionamento primordial para as políticas de escala europeia.

É ainda de referir um aspecto metodológico em nosso entender muito relevante: dadas as incidências e implicações, cada vez mais perceptíveis, dos problemas ambientais e suas soluções, à escala local, seria importante que esta questão convocada pelo EB contemplasse ainda esta escala, como hipótese de preferência na acção política e governativa.

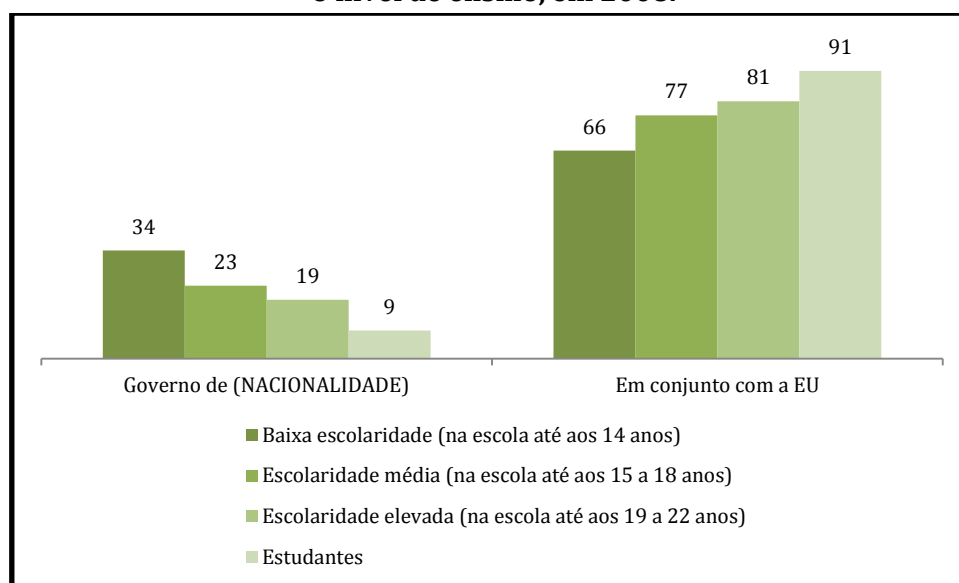
Uma única observação para os dados relativos ao género, que não revelam particular divergência de percepções, e onde apenas se destaca uma ligeira incidência de mais respostas “não sabe” entre os respondentes do sexo feminino.

**Fig. 5: Escala preferencial para a resolução dos problemas ambientais, por género, em 2008.**



Fonte: Eurobarómetro 70.1, 2008

**Fig. 6: Escala preferencial para a resolução dos problemas ambientais, segundo o nível de ensino, em 2008.**

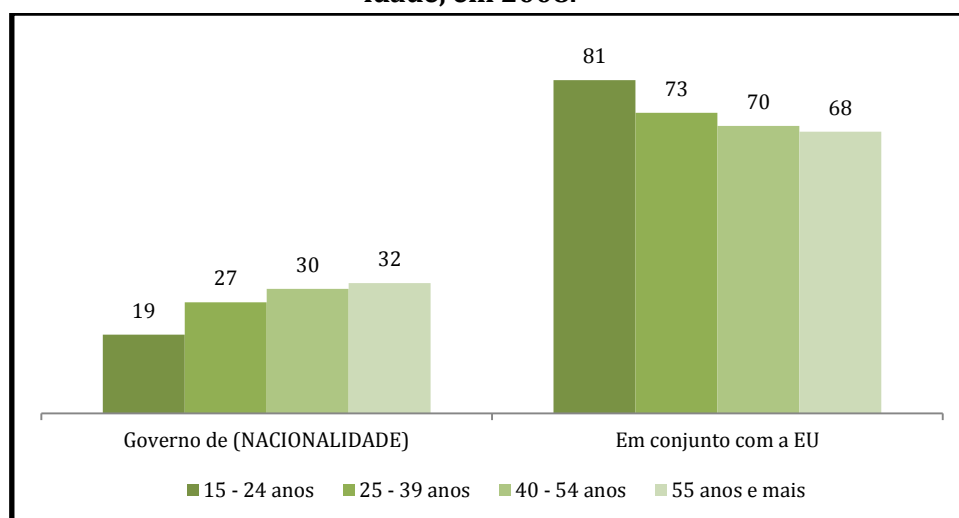


Fonte: Eurobarómetro 70.1, 2008

Os dados revelam, como esperado, uma significativa correspondência entre um maior tempo de escolaridade, e uma maior confiança nas instâncias europeias na definição de políticas de protecção ambiental. Um mesmo tipo de correlação

se verifica face aos dados etários, sendo os mais jovens aqueles que mais julgam a escala europeia como a mais adequada para a procura de soluções para os problemas ambientais.

**Fig. 7: Escala preferencial para a resolução dos problemas ambientais, segundo a idade, em 2008.**



Fonte: Eurobarómetro 70.1, 2008

## Síntese

Da análise dos vários tópicos abordados neste estudo resultam algumas conclusões, que adiante se apresentam.

Começando pela percepção dos problemas ambientais, e segundo os inquéritos mais recentes (2005 e 2008), os portugueses acompanham no geral as preocupações da média dos cidadãos europeus, mas distinguem-se na maior preocupação com problemas ambientais “clássicos”, ou de primeira geração, como a poluição da água e a poluição do ar, enquanto os restantes europeus estão mais preocupados com problemas de segunda geração, alguns deles ainda emergentes (como é o caso do esgotamentos dos recursos naturais e dos hábitos de consumo). Verifica-se também maior tendência por parte dos portugueses para negligenciar as consequências dos meios de transporte e dos problemas em meio urbano (como é o caso do trânsito, da poluição e da falta de espaços verdes). Na análise das principais preocupações ambientais em Portugal, por estratos etários e nos dados de 2008, por entre uma relativa homogeneidade sobressaem, no estrato mais jovem, a biodiversidade (quase o dobro), a poluição do ar e as alterações climáticas. O segmento dos 25 aos 39 anos mostra-se particularmente preocupado com os desastres naturais, enquanto a poluição da água é um tema

que preocupa sobretudo os mais velhos (55 e mais anos). É curioso notar que os picos de diferenciação são mais relevantes no segmento jovem (15-24 anos), evidenciando uma quebra geracional que não ocorre na média europeia – em que os níveis de preocupação são bastante mais homogéneos entre faixas etárias. Quando analisados sob o prisma da escolaridade, os dados apresentam uma leitura similar: percebe-se desde logo que a biodiversidade, preocupação de muito maior incidência entre os mais jovens, apresenta também destacada incidência entre os que estão ainda a estudar. Estes mostram-se também bastante mais preocupados com os desastres naturais, sendo ainda este grupo o que evidencia, junto com o grupo dos inquiridos com mais anos de escolaridade, a maior preocupação pelas alterações climáticas e pelos desastres antrópicos. Em suma, biodiversidade e alterações climáticas são por excelência as causas de uma nova geração escolarizada. Isto representa uma convergência com os padrões europeus, cujos dados, mais uma vez, apresentam maior homogeneidade e, logo, menor fosso geracional na percepção dos problemas ambientais.

Ainda no que toca a percepções, a análise da séria longa do confronto entre economia e ambiente, proporcionada

pelo Eurobarómetro, obriga a olhar através das significativas diferenças na formulação das perguntas, entre 1986 e 2009. Considerando as preferências de clara opção pela economia, mesmo que sacrificando o ambiente, esta posição é claramente minoritária, em Portugal como na Europa, ao longo dos 25 anos. Aliás, quando confrontados com uma escolha dicotómica entre economia e ambiente, nos inquéritos desde 2004, portugueses e europeus em geral optam sempre pelo ambiente, com valores acima dos 60%. Contudo, entre os que preferem a economia, na série completa, há uma variação que importa registar: os portugueses passam de posições mais “desenvolvimentistas” na década de 90, para o inverso a partir de 2000, em que a prioridade à economia recebe, em média, mais apoio do cidadão europeu do que do português. O que é também visível, ao longo de toda a série, é o número bastante superior de inquiridos nacionais que optam pela resposta “não sabe” – número que é ainda mais elevado entre as mulheres, na análise segundo o género. Sendo esta questão da relação entre economia e ambiente, um indicador da visão quanto ao paradigma do desenvolvimento sustentável, um elevado número de respostas “não sabe” indicia um maior desconhecimento deste conceito na sociedade portuguesa.

Ao nível das práticas, os portugueses revelam-se menos activos do que a

média dos europeus, sendo que apenas se aproximam destes nos hábitos de separação de lixo e de redução do consumo de água. Note-se que, na separação de lixo, há um movimento de progressiva convergência que leva a população portuguesa de menos de metade, em 1986, para uma diferença de apenas alguns pontos percentuais em relação à média europeia, em 2009. Nas suas práticas, os portugueses revelam estar mais preocupados com questões ambientais de primeira geração, tanto antes, como depois de 2000: enquanto subsistiram nos inquéritos, referiram sempre como práticas, muito acima da média europeia, não deitar papéis ou outro lixo para o chão” e “não fazer barulho”, práticas que se situam num plano cívico elementar; nos anos mais recentes, a separação de lixo, a redução do consumo de água, e a de energia, que também assume algum peso, foram as práticas mais assinaladas. Estas práticas revelam que ainda subsiste em Portugal uma leitura algo elementar da crise do ambiente, tardando a impor-se a visão integrada destes problemas, dentro de um paradigma de sustentabilidade. Sintoma disso será ainda o facto dos portugueses também se mostrarem bastante aquém da média da Europa, no que toca a tendências de comportamento mais recentes e que revelam uma maior compreensão da interligação dos problemas ambientais, como a

preferência por compras ecológicas ou a redução de produtos descartáveis, áreas em que apresentam valores da ordem da metade da média europeia. Um nota de mudança emerge contudo do facto de, entre os estudantes e os mais escolarizados, ser mais elevado o empenho em acções realizadas por razões ambientais.

No que toca à informação, a maioria dos inquiridos considera saber pouco sobre as questões ambientais, contrariamente à média europeia, em que este grupo é minoritário. Esta percepção de menor informação é tanto maior, quanto maior é a idade: são os jovens aqueles que se consideram mais informados, o que é certamente correcto, considerando que a escola, e os novos media, lhes proporcionaram uma maior literacia ambiental. Tirando a poluição da água, em que os valores são idênticos, os assuntos em que os portugueses revelam maior carência de informação não são os mesmos que os dos restantes europeus: enquanto os portugueses sentem não saber o suficiente sobre as alterações climáticas, as catástrofes naturais e as de origem humana, bem como a poluição do ar; a média dos cidadãos europeus revela sentir-se pouco informado sobre o impacto dos produtos químicos usados no quotidiano, ou o uso de OGM na agricultura, temas cuja discussão se situa num plano mais tecnológico e que, por cá, não serão mais assinalados por não

serem sequer (re)conhecidos como problemas.

As notícias televisivas são, pelos dados mais recentes (2008), a fonte de informação principal dos portugueses, sendo também a mais assinalada pela média dos europeus, mas com menos projecção que em Portugal. Em contrapartida, os portugueses ficam abaixo da média europeia no recurso a vários outros meios de informação, de forma mais marcante no recurso à rádio (quase um terço), ao filme e documentário pela televisão (quase metade), mas também à leitura de jornais, de publicações e brochuras, e à internet. Na análise etária dos dados de Portugal, revela-se que os noticiários televisivos são preferidos como fonte pelos mais idosos; que os segmentos médios da população recorrem mais que os restantes aos jornais; e que o recurso à internet se destaca claramente entre os jovens. Na série evolutiva revela-se que, desde 2005, todas as fontes de informação perderam peso, tendo subido a internet. Ao nível da confiança, são os cientistas e as ONG ambientais que merecem a preferência dos portugueses, que nisso acompanham a média do cidadão europeu, embora lhe fiquem bastante atrás. A tendência europeia é também seguida na escolha da televisão, mas aqui os portugueses adiantam-se em relação à média europeia. Por outro lado, os portugueses diferenciam-se na sua

maior confiança na União Europeia e no Governo, enquanto fontes de informação ambiental, segundo os dados de 2008. Olhando para a série temporal de Portugal, sobressaem as variações nesta confiança: mantendo-se alta em relação à média europeia, a confiança no Governo caiu bastante de 2005 para 2008, depois de ter subido desde 1999.

Na dimensão política das questões ambientais, os inquéritos do Eurobarómetro colocaram, de forma contínua ao longo de todo o intervalo, uma opção de preferência nas tomadas de decisão: exclusivamente à escala nacional, ou em conjunto com as instituições europeias. De modo geral, entre 1986 e 2008, é maioritária a preferência pela resolução conjunta com as instituições europeias. No entanto, na segunda metade dos anos 90 há um reforço da inclinação pelo nacional – o que acompanha uma tendência geral europeia. Quando analisados os dados nacionais de 2008 segundo critérios sócio-demográficos, ressalta que são, simultaneamente, os mais jovens e os que tiveram mais anos de ensino, ou se encontram ainda a estudar, aqueles que mais confiança depositam nas decisões políticas a uma escala europeia.

Esta é, aliás, uma das observações transversais que pode fazer-se neste estudo: uma nova geração, com mais

escolaridade e mais literacia ambiental, revela, nas suas práticas e percepções, uma dinâmica de convergência com os padrões europeus. Outras conclusões emergem da leitura cruzada dos resultados. Desde logo, que os portugueses estão próximos dos europeus na sua preocupação com os assuntos ambientais, mesmo quando a opção por um desenvolvimento económico à custa do ambiente seria tentadora, num país de competitividade cronicamente baixa. Não pode, porém, ignorar-se que os níveis de preocupação assinalados pelos inquiridos não são correspondidos no plano da acção, evidenciando-se aqui uma cultura cívica “privatista”, por ou lado, e por outro a carência de infra-estruturas que possibilitem a mudança (veja-se o caso dos resíduos, ou dos transportes públicos). De outro ponto de vista, e à excepção da nova geração que assinalámos, os dados nacionais denotam uma representação da crise ambiental feita sobretudo de problemas ambientais de primeira geração, que ainda não se actualizou suficientemente acerca das novas facetas da crise global do ambiente, nem tem inteiramente presente uma noção integrada do desenvolvimento sustentável.

## ANEXO 1

**Tabela 1: Diferenças entre perguntas colocadas nos inquéritos entre 1986 e 2007**

| ANO                  | PERGUNTA   | RESPOSTA   |
|----------------------|--|--|
| 1986<br>1988         | Gostaria de apresentar-lhe algumas opiniões que são frequentemente expressas acerca dos problemas ambientais.<br><br>Com qual destas opiniões concorda mais? | 0 Não sabe/Não responde<br>1 O desenvolvimento da economia deve ter prioridade sobre as questões do ambiente<br>2 Por vezes é necessário fazer escolhas entre o desenvolvimento económico e a protecção do ambiente<br>3 Proteger o ambiente e preservar os recursos naturais são condições necessárias para assegurar o desenvolvimento económico |
| 1992<br>1995<br>1997 | Vou ler-lhe três opiniões que por vezes se ouve acerca dos problemas ambientais. Qual se aproxima mais da sua própria opinião?                               | 0 Não sabe<br>1 O desenvolvimento económico deve receber maior prioridade que a protecção do ambiente<br>2 O desenvolvimento económico deve ser assegurado, mas o ambiente deve, simultaneamente, ser protegido<br>3 A protecção do ambiente devia receber uma maior prioridade que o desenvolvimento económico<br>4 Não sabe                      |
| 2004<br>2007         | E pensando na protecção ambiental, de qual das duas seguintes opiniões se sente mais próximo?<br><br>A protecção do ambiente...                              | 1 Deve ter prioridade sobre a competitividade da económica<br>2 Não deve ter prioridade sobre a competitividade da económica<br>3 Não sabe   |

## Referências

- Casanova, José Luís, Costa, António Firmino da e Almeida, João Ferreira (2004), "Atitudes ambientais da população portuguesa", in J. F. Almeida (org.), *Os Portugueses e o Ambiente*, Oeiras: Celta, 337-381.
- Costa, António Firmino *et al* (2002), *Públicos da ciência em Portugal*, Lisboa: Gradiva.
- Costa, António Firmino *et al* (2005), *Cultura científica e movimento social*, Lisboa: Celta.
- Delicado, Ana (2006), "A promoção da cultura científica nos museus em Portugal", *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 51, 53-72.
- Ferreira de Almeida, João (coord.) (2000), *Os Portugueses e o Ambiente I*, Oeiras: Celta
- Ferreira de Almeida, João (coord.) (2004), *Os Portugueses e o Ambiente II*, Oeiras: Celta
- Fonseca, Rui Brito e Gonçalves, M. Eduarda (2009), "A Biologia na imprensa portuguesa 2000-2004", in M. E. Gonçalves e J. Freire, *Biologia e biólogos em Portugal*, Lisboa: Esfera do Caos, 243-271.
- Lima, Luísa, Vala, Jorge e Villaverde Cabral, Manuel (2004), *Atitudes Sociais dos Portugueses IV: Ambiente e Desenvolvimento*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais
- Mendes, Hugo (2003), "Visibilidade da ciência na imprensa em Portugal (1990-1997)", in M. E. Gonçalves (ed), *Os Portugueses e a Ciência*, Lisboa: Dom Quixote, 31-78.
- Nave, Joaquim Gil, Schmidt, Luísa e Sousa, David (2003), *O Automóvel: Usos e Desusos do Transporte Individual*, Lisboa: OBSERVA.
- Nave, Joaquim Gil e Fonseca, Susana (2004), "Entre a cultura ambiental e o efeito Nimby", in J. F. Almeida (org.), *Os Portugueses e o Ambiente*, Oeiras: Celta, 237-335.
- Obercom (2010), *Anuário da comunicação 2008-2009*, Lisboa: Obercom.
- Ramos, Rui e Carvalho, Anabela (2008). Science as rhetoric in media discourses on climate change. In J. Strunck, L. Holmgreen, & L. Dam (Eds.), *Rhetorical aspects of discourse in present-day society* (pp. 223-247). Cambridge: Cambridge Scholars Press.
- Schmidt, Luísa (2003), *O ambiente no ecrã: emissões e demissões no serviço público de televisão*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Schmidt, Luísa, Martins, A (2007). *Separar2 - Sensibilização e Mudança Comportamental Relativamente à Recolha Selectiva de Resíduos Sólidos Urbanos*, Relatório Final. Lisboa: ICS-UL/CEEETA



Schmidt, Luísa (2008), “Comunicar a ciência: o papel dos media e os problemas científico-ambientais”, in L. Schmidt e J. Pina Cabral, *Ciência e cidadania: homenagem a Bento de Jesus Caraça*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 85-114.

Schmidt, Luísa, Nave, Joaquim Gil e Guerra, João (2010), *Educação ambiental: balanço e perspectivas para uma agenda mais sustentável*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Truninger, Mónica (2010), *O campo vem à cidade: agricultura biológica, mercado e consumo sustentável*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais